



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 116 QUARTA-FEIRA, 05 DE AGOSTO DE 2015

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz ^(3,37) Benedito de Lira ^(16,18,44) Walter Pinheiro ^(31,36,43) Telmário Mota ^(4,38,42) Regina Sousa ⁽⁴¹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa ^(22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha ⁽³²⁾ Walter Pinheiro ^(31,36,43) Lindbergh Farias ⁽³⁰⁾ Fátima Bezerra ⁽³⁴⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz ^(3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota ^(4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira ^(16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz ⁽¹³⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão ⁽¹²⁾</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB ⁽²⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira ⁽³³⁾ Wilder Moraes ⁽⁴⁶⁾ Antonio Anastasia ⁽⁴⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima ⁽¹⁷⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer ⁽²³⁾ Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁴⁰⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado ⁽⁶⁾</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino ⁽³⁹⁾</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB ^(11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros ^(15,19,29) Vanessa Grazziotin ^(21,26) Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe ^(1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha ⁽⁴⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros ^(15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues ^(24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin ^(21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi ⁽⁹⁾ Eduardo Amorim ⁽⁸⁾ Marcelo Crivella ^(2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor ^(5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi ⁽⁹⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽⁸⁾</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella ^(2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo Líder Delcídio do Amaral - PT ⁽⁴⁸⁾</p>

EXPEDIENTE

<p>Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO	
1.1 – ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL	
Nº 22/2015.....	7
2 – ATA DA 126ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE AGOSTO DE 2015.....	9
2.1 – ABERTURA.....	9
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	9
2.2.1 – Oradores	
SENADORA ANA AMÉLIA – Destaque à importância do cooperativismo para o desenvolvimento da economia do País; e outros assuntos.....	11
SENADOR GLADSON CAMELI – Registro das atividades realizadas por S. Exª no Estado do Acre durante o recesso parlamentar.....	14
SENADOR JORGE VIANA – Repúdio ao ataque com bomba ocorrido no Instituto Lula; e outros assuntos.....	16
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Expectativa com o papel da Câmara dos Deputados e do Senado Federal na retomada do crescimento e da estabilização econômica do País.....	18
SENADOR FERNANDO BEZERRA COELHO – Considerações sobre as questões a serem discutidas pela Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo.....	19
2.2.2 – Expediente encaminhado à publicação.....	22
2.2.2.1 – Requerimentos	
Nº 873/2015, de autoria do Senador Romero Jucá, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 87/2010 e 447/2011 e do Projeto de Lei da Câmara nº 30/2015.....	23
Nº 874/2015, de autoria do Senador Omar Aziz, de informações ao Ministro de Estado da Justiça.....	24
Nº 878/2015, de autoria do Senador Hélio José e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 5 de novembro próximo, destinada a homenagem os 120 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Japão.....	27
2.2.2.2 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 501/2015, de autoria do Senador Omar Aziz, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir o tema do envelhecimento nos currículos da educação básica.....	29
Nº 502/2015, de autoria do Senador Blairo Maggi, que altera o art. 9º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para assegurar aos Conselhos Deliberativos das Superintendências Regionais de Desenvolvimento a determinação dos montantes de repasse dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento dos bancos administradores para as outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e repasse mínimo aos bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito.....	32
Nº 503/2015, de autoria da Senadora Sandra Braga, que institui estímulos a doações de produtos alimentícios, altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, e a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.....	38
Nº 504/2015, de autoria da Senadora Sandra Braga, que altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982.....	44
Nº 505/2015, de autoria da Senadora Sandra Braga, que dispõe sobre os reservatórios de acumulação de recursos hídricos em rios de domínio dos Estados e da União.....	49
Nº 506/2015, de autoria do Senador Romário, que destina percentual da arrecadação das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs e para as Associações Pestalozzi.....	53
2.2.2.3 – Projeto de Resolução	
Nº 32/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a designação dos membros de comissão parlamentar de inquérito.....	57
2.2.2.4 – Abertura de prazo	

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 32/2015.....	60
2.2.2.5 – Comunicações	
Realização de sessão especial amanhã, às 11 horas, destinada a comemorar o cinquentenário das atividades da TV Globo, nos termos do Requerimento nº 459/2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado e outros Senadores	60
Da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Temporária destinada a analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131/2015. (Ofício nº 94/2015). <i>Designação da Senadora Regina Sousa para compor a referida Comissão</i>	60
Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituições e indicações de membros na Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre as Medidas Provisórias nºs 681, 682, 683, 684 e 685/2015. (Ofícios nºs 143 a 152/2015). <i>Serão feitas as substituições solicitadas</i>	61
Do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, de renúncia do Conselheiro Lourival Santos à condição de suplente do referido Órgão (Ofício nº 51/2015)	71
Do Conselho do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico, referente à sua instalação, eleição do Presidente e do Vice-Presidente (Ofício nº 1/2015)	72
2.2.2.6 – Avisos do Tribunal de Contas da União	
Nº 781/2015, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.662/2015	73
Nº 791/2015, na origem, que encaminha cópia dos Acórdãos nºs 1.703/2015 e 3.375/2013	73
2.2.2.7 – Mensagem da Presidente da República	
Nº 8/2015-CN (nº 268/2015, na origem), que encaminha o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas referente ao terceiro bimestre do corrente. <i>Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.</i>	77
2.2.2.8 – Avisos de Ministros de Estado	
Nº 318/2015, na origem, do Ministro-Chefe da Casa Civil, em resposta ao Requerimento nº 430/2015, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira	80
Nº 265/2015, na origem, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 338/2015, de autoria do Senador Alvaro Dias.....	80
Nº 266/2015, na origem, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 999/2014, de autoria do Senador Ricardo Ferraço	80
Nº 55/2015 (nº 211/2015, na origem), que encaminha Relatório do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, no bimestre de março/abril de 2015.....	81
Nº 256/2015, na origem, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao Requerimento nº 340/2014, de autoria do Senador Roberto Requião	85
2.2.2.9 – Ofícios de Ministros de Estado	
Nº 37/2015, na origem, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em resposta ao Requerimento nº 416/2015, de autoria do Senador Romero Jucá e outros Senadores	85
Nº 175/2015, na origem, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em resposta ao Requerimento nº 547/2015, de autoria do Senador Aécio Neves.....	85
Nº 495/2015, na origem, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, em resposta ao Requerimento nº 149/2015, de autoria do Senador Roberto Rocha	85
Nº 22.140/2015, na origem, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta ao Requerimento nº 374/2015, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte	85
2.2.2.10 – Publicação de pareceres	
Pareceres nºs 30 a 48/2015-CN, que concluem pelo arquivamento das Mensagens nºs 115/2009-CN; 25/2010-CN; 90/2011-CN; e 95/2012-CN; 42/2013-CN; e 12/2014-CN; do Aviso nº 20/2006-CN; do Ofício nº 19/2015-CN; dos Avisos nºs 25/2012-CN; e 6/2013-CN; do Ofício nº 32/2013-CN; e dos Avisos nºs 4/2014-CN; 18/2014-CN, e 2/2015-CN; dos Ofícios nºs 15, 30 e 40/2014-CN; e 10/2015-CN; 16 e 9/2014-CN; e 23/2014-CN; e 8/2015-CN; dos Avisos nºs 3/2008-CN; 23 e 36/2010-CN; e 5 e 6/2011-CN; 20 e 24/2011-CN; 13, 17 e 20/2013-CN; e 5/2014-CN; 11,14 e 19/2014-CN; e 3 e 5/2015-CN; do Ofício nº 21/2015-CN; do Aviso nº 2/2014-CN; e do Ofício nº 20/2015-CN	85
2.2.3 – Oradores (continuação)	
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Registro do transcurso de dois anos da criação do Programa Mais Médicos e destaque a sua importância para o País.....	86
SENADOR JOSÉ MEDEIROS, como Líder – Apelo ao Incra para que solucione problemas atinentes às interdições nas rodovias do Estado do Mato Grosso.....	88
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Destaque a notícias favoráveis acerca da economia brasileira e defesa da proatividade para a resolução dos problemas enfrentados pelo País	89
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Apelo em favor dos aposentados e pensionistas do fundo Aerus.....	92
SENADORA LÍDICE DA MATA – Preocupação com as dificuldades do setor cacauzeiro no Brasil, em especial no Estado da Bahia	95

SENADOR DONIZETI NOGUEIRA – Críticas à Justiça paranaense pela suposta seletividade nas investigações e prisões decorrentes da Operação Lava Jato; e outros assuntos	96
SENADORA FÁTIMA BEZERRA – Relato da participação de S. Exª em solenidade de comemoração dos dois anos do Programa Mais Médicos, realizada hoje no Palácio do Planalto	98
SENADOR ACIR GURGACZ – Críticas às taxas de juros adotadas pelo governo brasileiro e defesa do aumento do crédito visando ao crescimento econômico do País.....	104
SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Defesa do projeto de lei, de autoria de S. Exª, que inviabiliza a utilização de recursos de origem ilícita para o pagamento das despesas de defesa judiciária, nas ações de improbidade administrativa, bem como nas ações penais por crimes contra a administração pública e o sistema financeiro nacional	106
SENADORA MARTA SUPLICY – Defesa de emendas de autoria de S. Exª à Medida Provisória nº 683/2015 que institui um fundo compensatório com vistas à unificação das alíquotas do ICMS no País.....	108
SENADOR VALDIR RAUPP – Destaque para a importância das feiras agropecuárias para a economia do Estado de Rondônia; e outro assunto	110
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Item 12 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Projeto de Lei da Câmara nº 24/2014 (nº 2.145/2011, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o “Código de Trânsito Brasileiro”, permitindo a doação de veículos e a venda de sucata abandonados, e revoga a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978. Aprovado , com as Emendas nºs 1 a 3 , de redação	113
Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 24/2014 (Parecer nº 471/2015-CDIR). Aprovada . À sanção	114
2.3.2 – Item 20 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 98/2015, de iniciativa da Comissão interna destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Transitórias da Constituição para reservar vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas três legislaturas subsequentes. Transcorre a segunda sessão de discussão em primeiro turno	119
2.3.3 – Item 8 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Projeto de Lei do Senado nº 196/2014, de autoria do Senador Pedro Taques, que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para limitar as exigências de regularidade aos consórcios públicos quando da celebração de convênios com a União ao próprio consórcio, sem estendê-las aos entes públicos que o compõem. Aprovado, após Parecer nº 472/2015-PLEN , proferido pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	119
Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 196/2014 (Parecer nº 473/2015-CDIR). Aprovada . À Câmara dos Deputados	123
2.3.4 – Item 11 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Projeto de Lei do Senado nº 303/2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que altera o Decreto Lei 6.017 de 17 de janeiro de 2007 (condiciona a celebração de convênio para a transferência de recursos da União). Retirado definitivamente , nos termos do Requerimento nº 875/2015 , lido e aprovado nesta oportunidade ...	126
2.3.5 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Parecer nº 305/2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 57/2015 (nº 31/2013, na origem), de Líderes Partidários, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Aprovado (votação nominal) (prejudicado o Ofício “S” nº 56/2011).....	126
2.3.6 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Parecer nº 306/2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 58/2015 (nº 5/2015, na origem), do Conselho Nacional do Ministério Público, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. OTÁVIO BRITO LOPES para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Aprovado (votação nominal)	132
2.3.7 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)	
Parecer nº 304/2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 53/2015 (nº 3/2015, na origem), do Conselho Nacional do Ministério Público, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Aprovado (votação nominal).....	136
2.3.8 – Item 19 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2013, (nº 368/2009, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação. Aprovada em primeiro turno	142
2.3.9 – Item 10 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	

Projeto de Lei do Senado nº 302/2015, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, que <i>altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências (permite que consórcios públicos contratem mão de obra pela CLT)</i> . Aprovado , após Parecer nº 474/2015-PLEN , proferido pelo Senador José Pimentel, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania...	153
Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 302/2015 (Parecer nº 475/2015-CDIR). Aprovada . À Câmara dos Deputados.....	154
2.3.10 – Leitura de requerimentos	
Nº 876/2015, de iniciativa de Líderes, de calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 84/2015. Aprovado	156
Nº 877/2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 14 de setembro próximo, destinada a celebrar os 72 anos da criação do Território Federal do Amapá. Aprovado	158
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Oradores	
SENADOR WALTER PINHEIRO – Destaque à importância do diálogo político com o Governo Federal para a saída do País da crise econômica	162
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Registro do discurso da aluna de Medicina Ana Luiza Silva de Lima, destacando a importância da interiorização das escolas médicas	169
SENADOR PAULO PAIM – Registro do transcurso, em 27 de julho, do Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho; e outro assunto.....	176
2.4.2 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADORA ÂNGELA PORTELA – Registro da importância da amamentação para a saúde da criança	179
2.5 – ENCERRAMENTO.....	180
3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL EM 4.8.2015	181
<u>SENADO FEDERAL</u>	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL.....	182
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	185
6 – LIDERANÇAS	186
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	188
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	201
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES.....	209
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	256
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
11 – COMISSÕES MISTAS	278
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS.....	291

Publique-se
em 4/8/2015
José Tadeu Farias Júnior
Mat.: 227277
Secretário-Geral da Mesa Adjunta

ATO DO PRESIDENTE Nº 12, de 2015

Institui Comissão Especial para análise do Projeto de Lei do Senado nº 131 de 2015 e revoga o Ato do Presidente nº 20, de 2015.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º Instituir Comissão Especial, composta por 14 (quatorze) membros titulares e igual número de suplentes com a finalidade de analisar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, o Projeto de Lei do Senado nº 131 de 2015.

Art. 2º A Comissão Especial terá como membros:

I - titulares:

1. Otto Alencar (PSD/BA), que a presidirá;
2. Lindbergh Farias (PT/RJ);
3. Delcídio do Amaral (PT/MS);
4. Cristovam Buarque (PDT/DF);
5. Ciro Nogueira (PP/PI);
6. Roberto Requião (PMDB/PR);
7. Ricardo Ferraço (PMDB/ES);
8. Simone Tebet (PMDB/MS);
9. Flexa Ribeiro (PSDB/PA);
10. José Serra (PSDB/SP);
11. Ronaldo Caiado (DEM/GO);
12. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE);

13. José Medeiros (PPS/MT);

14. Blairo Maggi (PR/MT);

II – Suplentes:

1. Humberto Costa (PT/PE);

2. Fátima Bezerra (PT/RN);

3. Telmário Mota (PDT/RR);

4. Benedito de Lira (PP/AL);

5. Eunício Oliveira (PMDB/CE);

6. Edison Lobão (PMDB/MA);

7. Raimundo Lira (PMDB/PB);

8. Dalirio Beber (PSDB/SC);

9. Tasso Jereissati (PSDB/CE);

10. Wilder Moraes (DEM/GO);

11. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM);

12. Marcelo Crivella (PRB/RJ);

13. Fernando Collor (PTB/AL);

14. Marta Suplicy (Sem Partido/SP).

Art. 3º Revoga-se o Ato do Presidente nº 20, de 2015.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, de agosto de 2015.


Senador RENAN CALHEIROS

Presidente

Ata da 126ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 4 de agosto de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, da Srª Vanessa Grazziotin, do Sr. Donizeti Nogueira, das Sras Lídice da Mata, Regina Sousa e dos Srs. Paulo Paim e Garibaldi Alves Filho.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 2 minutos e encerra-se às 20 horas e 37 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 55ª Legislatura 1ª Sessão Legislativa Ordinária

126ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 04/08/2015 07:00:00 até 04/08/2015 20:45:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PR	MT	Blairo Maggi	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalirio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X	
PT	TO	Donizeti Nogueira	X	X
PTB	PE	Douglas Cintra	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTB	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PSD	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	
PSB	AP	João Capiberibe	X	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PPS	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PDT	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
-	GO	Lúcia Vânia	X	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X	
-	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
PDT	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
DEM	GO	Wilder Morais	X	X
PDT	MG	Zezé Perrella	X	X

Compareceram 75 senadores.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Há número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Iniciando os trabalhos no dia de hoje, dia 4 do mês de agosto, segundo dia do retorno aos trabalhos após um pequeno recesso parlamentar, nós iniciamos a sessão convidando para fazer uso da palavra os oradores inscritos.

A nossa primeira oradora inscrita, em permuta com o Senador Jorge Viana, é a Senadora Ana Amélia, a quem eu convido para fazer uso da palavra.

Eu estou inscrita para falar no espaço da Liderança do PCdoB.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador, quer pedir inscrição? Por Liderança ou por uma comunicação?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela Liderança do PSB. Pois não. O Senador Fernando Bezerra, pela Liderança do PSB.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC. *Fora do microfone.*) – Srª Presidente, inscreva-me pela Liderança do PP.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se V. Exª quiser se inscrever como comunicação inadiável, falará logo após a Senadora Ana Amélia, Senador Gladson.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, Senador Gladson, como comunicação inadiável.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cara Senadora Vanessa Grazziotin, que preside essa sessão, caros colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, acabamos, há pouco, uma sessão de homenagem às cooperativas brasileiras por ocasião da celebração do Dia Internacional do Cooperativismo, que foi no dia 4 de julho, e também dos 45 anos da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras).

Nessa cerimônia, que foi requerida pelo Deputado Osmar Serraglio e por mim, com muita honra, ficou muito claro que o sistema tem respondido adequadamente às necessidades do crescimento, da geração de renda e da inclusão social, porque, onde está a cooperativa, o IDH é bem mais elevado. É um fator relevante do ponto de vista do desenvolvimento. E a justificativa para a sessão de hoje está na questão de ser extremamente necessária, justa e merecedora.

E ali eu me lembrei de algo. Durante muitos anos, fiz cobertura do setor defendendo o sistema cooperativista, que é muito forte no Sul, mas que hoje está espalhado pelo Brasil inteiro. As cooperativas estão no Norte, estão do centro do País, estão no Nordeste, estão no Centro-Oeste, estão no Sudeste. Isso revela apenas a sua força e a sua participação ativa. No crédito cooperativo – por exemplo, estava aqui o representante do Presidente do Banco Central, Dr. Luiz Edson Feltrim –, os Estados Unidos, a Alemanha e o Brasil têm no sistema de crédito cooperativo um dos seus pilares do desenvolvimento e do financiamento à produção. E é exatamente por isso que vamos ampliar nosso debate para renovar a sua relevância. O próprio Presidente do Banco Central, o nosso Alexandre Tombini, tem se referido à capilaridade que têm as cooperativas de crédito.

E eu, ao encerrar a cerimônia, Senadora Vanessa Grazziotin, mencionei que o sistema cooperativista, Senador Gladson Cameli, que é muito forte no meu Estado e no Estado de Santa Catarina, onde nasceu a Senadora Vanessa, teve momentos de aguda crise. Nos anos 90, com a defasagem dos índices entre o custo do dinheiro e a remuneração do produto, a Câmara fez uma CPI do Endividamento, extremamente valiosa, em que se constatarem muitos problemas também de gestão que levaram à bancarrota ou à falência importantes cooperativas do meu Estado e de outras regiões do País. Só que o sistema teve a inteligência e a capacidade da reinvenção. O sistema se modernizou, se reinventou e superou aquela aguda crise, ajustando-se aos tempos novos de uma produção próspera, como é a produção de alimentos. E hoje o sistema tem um grau de força notável no Brasil inteiro, representando em algumas regiões a principal fonte de receita do Município. Eu cito dois apenas, que são o caso de Teutônia e Nova Petrópolis, no meu Estado, mas outros Municípios têm no cooperativismo a sua força motora da economia. E o que aconteceu com o sistema? Ele se reinventou, trouxe

uma gestão profissionalizada e qualificada, trouxe transparência, especialmente na relação com seu associado, trouxe responsabilidade administrativa e trouxe, sobretudo, boa governança.

Quando olhamos o País, não deixa de não ser diferente: se estamos vivendo uma crise aguda, aplicar a mesma reinvenção nos governos municipais ou estaduais ou Governo Federal, no sentido dessa reinvenção, uma reinvenção com transparência, com responsabilidade fiscal e, sobretudo, com boa governança, que também pode ser chamada de boa gestão. É o único caminho para que superemos a crise que estamos vivendo hoje.

E eu disse mais ainda: ética é fundamental nesse processo. E foi o que aconteceu nas cooperativas, porque, nas suas assembleias, os seus cooperados, Senador Blairo Maggi, que nos honrou com a presença, decidem o destino da cooperativa. E é exatamente esta a forma da transparência, mostrando a contabilidade da cooperativa e para onde está indo o dinheiro para reinvestir, para aumentar, para inovar e para conseguir o crescimento econômico tão desejado, na geração de renda, na geração de emprego e, sobretudo, na geração também dos impostos que sustentam as Administrações Públicas.

Por isso, eu estou muito à vontade. Quero agradecer todos os Senadores, o Presidente Renan Calheiros, o Deputado Waldir Maranhão, que presidiu a sessão, os Senadores que compareceram e que falaram, os Deputados, da mesma forma, e o Deputado Osmar Serraglio.

Eu trago aqui, caros colegas Senadores – especialmente o Senador Blairo Maggi, que tanto cuidou desta questão –, uma questão da greve dos caminhoneiros. Os caminhoneiros do meu Estado, especialmente das cidades de Caxias do Sul, Pelotas, Flores da Cunha e Ibiraiaras, bem perto da minha Lagoa Vermelha, voltaram a ligar para o meu gabinete – vários deles – reclamando que a portaria do BNDES para regular e permitir a facilitação na renegociação dos empréstimos que tomaram no Finame para compra do caminhão não está sendo cumprida. Aliás, a bem da verdade, ela está sendo cumprida, sim, pelos bancos públicos, que estão respeitando a portaria, mas, no sistema financeiro privado, isso não está havendo. Os caminhoneiros estão com sérias dificuldades nessas operações. Então, há um desequilíbrio: uma queda no frete, uma queda na receita agravando os problemas da renegociação que os caminhoneiros estão tendo com o sistema financeiro.

Os especialistas, aliás, estão falando que a recessão terá um período muito mais longo do que o que se imaginava. Exatamente por causa disso, os empréstimos se tornaram mais caros e mais difíceis. Muitos bancos estão limitando a renovação de contratos ou a renegociação dos programas de crédito do Governo, mesmo depois da regulamentação, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), das novas regras para financiar máquinas e equipamentos agrícolas via Finame, previstas na Lei dos Caminhoneiros, sancionada no mês de março.

Muitas vezes, nesta tribuna, eu cobre do Dr. Luciano Coutinho, o Presidente do BNDES, o cumprimento de um acordo que havia sido feito com a categoria dos caminhoneiros por ocasião daquela greve. Ali, num corredor do Senado, ele passou pro mim, parou, me cumprimentou e disse: “Senadora, estou atento às suas demandas e às suas reivindicações. Estamos cuidando dos caminhoneiros”. Foi feita a portaria, mas apenas os bancos públicos estão respeitando as orientações do BNDES. Eu queria trazer de volta esse tema, para continuar lembrando que é preciso criar as condições que foram oferecidas naquele momento.

Só no Rio Grande do Sul, a crise está atingindo centenas de transportadores. O setor estima que o transporte no Estado está reduzido, em média, em 30%. A associação dos caminhoneiros de Pelotas, presidida por Nelson Vergara, calcula que, dos 400 caminhoneiros associados, aproximadamente metade – ou seja, 200 – está com dificuldades para pagar as parcelas mensais do Finame, atrasadas em razão do agravamento da crise.

É aquela famosa bola de neve, Senador Fernando Bezerra; é o bitrem, uma coisa puxa a outra. É exatamente esse o processo lamentável do agravamento da crise e das dificuldades que têm aquelas pessoas, como esses profissionais, que querem pagar, acertar. Agora, não havendo condições, não havendo receita, tem que se fazer uma negociação de mais longo prazo para poder viabilizar e salvar a atividade, sob pena de terem de se desmobilizar de bens ou fazer outras operações.

Não fosse o setor agrícola do meu Estado, altamente apoiado pelo setor cooperativista, em algumas áreas que possibilitam o transporte, por exemplo, de adubos para as lavouras, a situação do transporte e do frete estaria ainda pior. Isso quer dizer que o que está salvando ainda é o setor da agropecuária.

A queda drástica do comércio, inclusive nas fronteiras do País, tem resultado em menor número de cargas para o transporte. E, por isso, muitos caminhões estão com a atividade reduzida. Essa situação aumenta os riscos de inadimplência no Finame. Mais caminhoneiros podem ser obrigados a se desfazer dos caminhões e, nos casos mais graves, sair até dessa atividade, como mencionei há pouco.

Diversos caminhoneiros têm reclamado das limitações para o acesso ao crédito dos bancos, mesmo após recorrerem às instituições credenciadas, com toda a documentação em mãos e os critérios atualizados e regulamentados, previstos na Lei dos Caminhoneiros.

É importante lembrar o trabalho que o Poder Legislativo fez em relação à Lei nº 13.103, de 2015, inclusive no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... da qual sou Presidente.

Eu já estou terminando, Srª Presidente.

A retomada do crescimento econômico é relevante ajuda para que a regulamentação por parte do BNDES surta os efeitos práticos.

Como sabem, antes das novas regras, as negociações para promover ajuste no transporte autônomo foram intensas e várias audiências foram realizadas, inclusive, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Blairo Maggi e Waldemir Moka, que foram designados por essa Comissão, coordenadas pelo Ministro Miguel Rossetto, no âmbito do Governo.

O pleno funcionamento dessas linhas de crédito é fundamental – e aí faço referência de novo a todos os caminhoneiros de Caxias do Sul, Pelotas, Flores da Cunha e Ibiraíaras, que recorreram ao gabinete.

Por fim, Senadora Vanessa, quero dizer que a situação do meu Estado – ontem eu usei a tribuna para falar sobre ela, abordar e dizer o que pensava...

(Interrupção do som.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora, mudou o sistema.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Mudou o sistema, eu sei. Agora ele está massacrando um pouco os Presidentes, mas é modernização e tecnologia.

Eu queria agradecer, Senadora Vanessa, e dizer que a situação do meu Estado continua crítica e aguda, e ontem fiz um pronunciamento a respeito disso. E eu queria dizer que, agora, a única saída é o diálogo, a compreensão, o debate aberto e franco com a sociedade.

Isso não acontece apenas no Rio Grande do Sul, outros Estados da Região Nordeste também fizeram parcelamento de salários. Mas é preciso que o líder do processo diga à sociedade o que pretende no horizonte, quais as medidas que vai tomar, para que possamos discutir nesse diálogo franco e aberto, Senadora Vanessa. É a única maneira de trazer confiança, credibilidade e também a transparência na administração de um Estado tão importante quanto o Rio Grande do Sul.

Lembro que, na gestão de Lula, havia sido criada uma vantagem, uma possibilidade de que os aposentados do INSS pudessem também receber a metade do seu décimo-terceiro salário no mês de julho/agosto.

Alguns aposentados que foram aos bancos receberam a notícia de que a primeira metade do décimo-terceiro salário não havia sido paga. A informação é de que, neste ano, isso não aconteceria.

O Ministério da Previdência Social, consultado pelo meu gabinete, informou que há um pedido, como acontece todos os anos. Veja só a burocracia. É preciso, todos os anos, encaminhar ao Ministério da Previdência Social e ao Ministério do Planejamento uma autorização para que esse dispêndio aconteça e a metade do décimo-terceiro dos aposentados pelo INSS seja depositada nas suas respectivas contas.

Até agora ainda não houve essa autorização do Ministério do Planejamento. O Ministério da Previdência Social espera que isso aconteça brevemente e que até setembro possa estar regularizado, como no ano passado e nos anos anteriores.

Então, eu trago isso apenas para sinalizar que a crise é bastante profunda e que é preciso muita serenidade e muita responsabilidade de todos nós neste processo e neste momento.

Obrigada, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Presidência cumprimenta V. Exª pelo pronunciamento, Senadora Ana Amélia, que destacou a sessão solene maravilhosa, realizada hoje pela manhã, em homenagem ao Sistema de Cooperativismo no Brasil.

Eu passei rapidamente, porque tinha outras reuniões, mas quero daqui cumprimentar a direção da Frente Parlamentar do Cooperativismo, da OCB, e todos os coordenadores estaduais pelo cooperativismo.

O Rio Grande do Sul, Santa Catarina, o Paraná, os Estados do Sul do Brasil têm muito Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – os Estados do Sul do Brasil – têm muito a indicar e ensinar aos demais Estados, sobretudo aos da minha Região Norte, onde fazemos um grande esforço para que as cooperativas sigam sendo criadas cada vez mais. Isso porque, efetivamente, são mais eficazes e contribuem mais para aumentar e melhorar o processo produtivo ou de prestação de serviço no País. Então, parabéns, Senadora Ana Amélia.

Com relação à crise do Rio Grande do Sul, é o mundo que vive uma crise, e V. Exª tem razão, nós precisamos ter muita serenidade, para enfrentar esse momento. A crise da China também é uma crise grave. Na Rússia,

a mesma coisa. Entretanto, o clima – como lá enfrentam isso – é um clima de abertura de oportunidades. O Brasil tem que se reinventar, tem que encontrar oportunidades, para sairmos melhores dessa crise. Sem dúvida nenhuma, todos devemos sair.

Cumprimento-a, Senadora Ana Amélia, e, dando sequência à lista de oradores, inscrito como orador para falar no período de breves comunicações, falará o Senador Gladson Cameli.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Senador Jorge Viana virá dirigir a sessão, em seguida.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Vanessa Grazziotin, Srªs e Srs. Senadores, ao mesmo tempo em que inicio este meu discurso, já peço a paciência e a tolerância de mais tempo, para que eu possa concluí-lo.

Quero cumprimentar todos que nos assistem pela TV Senado e pela Rádio Senado também e cumprimentar toda a população do meu Estado, o Estado do Acre, que represento nesta Casa.

Uma das muitas noções equivocadas que existem a respeito da atividade parlamentar relaciona-se ao recesso legislativo, que ocorre nos meses de janeiro e julho. Muitos pensam que se trata de um período de férias, de descanso, quando, na verdade, o recesso é um dos períodos em que mais se trabalha na política.

Acho que, ao dizê-lo aqui, não conto nenhuma novidade às senhoras e aos senhores, porque é durante o recesso que nós, Parlamentares, temos um pouco mais de tempo para visitar os nossos Estados. Nessas visitas, nós dialogamos com as lideranças políticas locais e com a população em geral, e esse diálogo é essencial, porque nos atualiza a respeito dos problemas da comunidade. Afinal, fomos todos eleitos, precisamente, para buscar, aqui em Brasília, soluções para esses problemas. É isso o que fazemos o resto do ano todo.

Srªs e Srs. Senadores, durante esse período em que estivemos de recesso aqui no Senado Federal, eu voltei ao meu Estado do Acre, com a intenção específica de conversar com o meu povo. Percorri diversos Municípios, desde a nossa capital, Rio Branco, até as cidades mais isoladas, como Jordão e Santa Rosa do Purus, passando também por Sena Madureira, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Acre, Bujari, Marechal Taumaturgo, enfim, todos os Municípios do nosso Estado. Além desses Municípios do meu Estado, também visitei Vista Alegre do Abunã, no Estado de Rondônia.

Conversei com prefeitos, vereadores, empresários, estudantes, lideranças culturais, religiosas, trabalhadores e colhi suas impressões, seus anseios, suas expectativas, quer fossem eles de oposição, quer fossem eles de situação, porque a construção da democracia exige diálogo e respeito a diferenças, sobretudo numa conjuntura de intensa polarização política, como é a que vivemos atualmente.

Srªs e Srs. Senadores, a questão que mais me sensibilizou nessa jornada que fiz durante o recesso foi a precariedade da infraestrutura viária do nosso Estado, o Estado do Acre. Como é de conhecimento de todos, a logística de transportes é um dos principais problemas da Região Amazônica. Quando há problemas nessa infraestrutura, o acesso a comunidades inteiras é prejudicado, comprometendo gravemente o desenvolvimento e o bem-estar da população local.

Nesse contexto, o que mais me tem preocupado, Srªs e Srs. Senadores, são as obras de recuperação da estrada BR-364, que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul. As obras até foram licitadas, mas, devido à crise financeira, os recursos ainda não foram liberados. Em consequência, o fluxo de bens, pessoas e serviços aos Municípios do Rio Juruá encontra-se ameaçado.

Quem paga essa conta é o povo, Srªs e Srs. Senadores: o mau estado da rodovia encarece em 36% os fretes para a região.

A restauração da BR-364 foi um dos principais temas de que tratei durante minha visita. Vamos fazer uma força-tarefa para abordar essa questão. Conto com meus conterrâneos, os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Viana, que se encontram aqui neste plenário, para avançar o tema da agenda legislativa deste segundo semestre aqui em Brasília.

Outra medida que requer prioridade, senhoras e senhores, é a construção da ponte sobre o Rio Madeira, em Vista Alegre do Abunã, no Estado de Rondônia. Nesse ponto, a BR-364 é interrompida. A travessia do Rio Madeira se faz por balsa, e então a rodovia continua, no outro lado do rio.

É importante que tenhamos uma ponte, porque então teríamos, enfim, uma conexão terrestre do Estado de Rondônia com o Estado do Acre. Seria um impulso decisivo para o desenvolvimento da região.

Por isso, vou trabalhar para que as obras da ponte sobre o Rio Madeira retomem o andamento regular.

Ainda sobre a infraestrutura, eu gostaria de ressaltar aqui também a visita que fiz às obras de expansão do Aeroporto Internacional de Rio Branco. Na companhia do Coordenador de Projetos na Infraero, Luciano Lima, e do Superintendente Estadual da Infraero, Jailson Araújo, analisei o progresso das obras no aeroporto,

de novos módulos de embarque e desembarque e de serviços. Visitamos os canteiros do pátio de impermeabilização da drenagem, dos serviços de Resa, das caixas de balizamento.

Eu, como engenheiro civil, posso atestar: é uma obra difícil. Na região amazônica, a terraplenagem é mais complicada, por causa da umidade, das tabatingas. Ainda assim, é importante que essas obras sejam concluídas logo. A população acriana necessita demais de um aeroporto à altura de suas necessidades, por isso eu pretendo fiscalizar a execução dessa obra até que ela seja concluída.

Além dessas obras, outra demanda importante da população do Acre, que nós precisamos avançar muito, é a instituição de Zonas de Processamento de Exportação, as ZPEs, na região do Alto Acre, e a abertura, por fim, dos *free shops*, na região fronteiriça do nosso Estado. Ambas as iniciativas, Sr^{as} e Srs. Senadores, teriam o condão de gerar emprego e renda para a juventude local. A Lei da ZPE já foi sancionada, mas ainda é preciso concluir sua instalação. Nesse ponto, precisamos ter pressa, por isso já vamos avançar, com celeridade, esse tema, durante o segundo semestre de 2015.

Também vou trabalhar pela execução das obras do Mercado do Peixe do Município de Tarauacá. Fiz uma emenda parlamentar ao orçamento da União, e, por meio dela, conseguimos liberar os recursos: foram cerca de R\$650 mil para o Mercado do Peixe. São obras extremamente importantes para o desenvolvimento da região.

Sr^{as} e Srs. Senadores, muito da economia local baseia-se na pesca, sobretudo a artesanal, e um Mercado de Peixes é essencial para que os pescadores possam vender diretamente o produto do seu labor, em vez de recorrer a intermediários.

Para concluir, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

(Soa a campanha.)

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – ... todas essas iniciativas que mencionei precisam ser tratadas como prioridade imediata aqui em Brasília, porque elas constituem um incentivo direto ao comércio, ao fluxo de bens e serviços, que gera emprego, renda e desenvolvimento para a comunidade. Elas são uma maneira de superar a distância em relação aos grandes centros, que é o tradicional ponto de estrangulamento para a expansão econômica do interior da Amazônia.

Mas, além dessas necessidades econômicas, eu gostaria de discutir aqui a questão da educação, Sr^a Presidente. Por ser o principal motor do desenvolvimento no longo prazo, esta também deve ser prioridade imediata de investimentos, tanto no Estado do Acre quanto no restante do Brasil.

Na visita que fiz durante o recesso, ouvi o desabafo de muitos cidadãos consternados com a greve dos professores. A categoria já está entrando no segundo mês de paralisação e não tem tido suas demandas salariais atendidas. Precisamos continuar cobrando do Governador do Estado que tenha humildade e sente com os professores para tentar acabar com essa greve, que solucione essa questão para que a sociedade acriana não saia mais prejudicada.

Sr^{as} e Srs. Senadores, se mediante a crise o Estado não tem como pagar o que os professores querem, que pelo menos sente à mesa para negociar, para entrar em um consenso, porque o diálogo é fundamental para todos os trabalhadores e para o Executivo.

Essa viagem que fiz ao meu Estado durante o recesso serviu para que eu e minha equipe nos aprofundássemos nos problemas da comunidade, para elaborarmos nossa estratégia para o segundo semestre deste ano. Mas não só para isso, serviu para renovarmos nosso ânimo, nossa inspiração em buscar soluções viáveis a esses problemas. O contato com o povo é muito importante para isso, como V. Ex^{as} sabem bem demais.

Em todas as cidades que visitei, fiquei impressionado com o carinho com que fui recebido, em cada cantinho, cada rincão do meu Estado.

(Soa a campanha.)

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Acho que eu falo por todos nós quando digo que esse amor do povo é a energia positiva que nos ajuda a continuar lutando pelos desafios de um Brasil melhor para todos. O trabalho nunca para, nunca está concluído. Nesse espírito, gostaria de desejar a todos um excelente retorno às atividades parlamentares.

Mas é muito bom deixar claro, ao finalizar o meu discurso, que não sou eu que vou executar todos os problemas do Estado, mas eu, como Senador da República, com certeza serei um fiscalizador para ajudar todos que pertencem ao Executivo, lutar por melhorias para o povo do meu Estado e para o povo do Brasil.

Quero aproveitar a oportunidade para afirmar a toda a população de Porto Walter e Taumaturgo que, no dia 16 próximo, estarei visitando esses dois Municípios, para que possamos ter um diálogo com a sociedade local.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr^a Presidente Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumprimenta V. Exª, Senador Gladson, pelo pronunciamento.

Dando sequência aos nossos trabalhos, convido para falar como orador inscrito, visto que, anteriormente, havia feito uma permuta com a Senadora Ana Amélia, o nosso Vice-Presidente, Senador Jorge Viana, que fala no período de oradores inscritos.

Com a palavra V. Exª, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Vanessa Grazziotin, caros colegas Senadores e todos que nos acompanham, eu tenho de ser breve no uso do espaço, que, regimentalmente, seria de 20 minutos. Já falei até com o meu colega Fernando Bezerra que estou chegando de uma audiência agora e tenho de abrir os trabalhos, que vamos retomar daqui a pouco, da Comissão da Reforma Política, que funcionou muito bem no primeiro mês, quando de sua instalação. Acredito que vamos intensificar e objetivar o trabalho agora, a partir de hoje à tarde, acertando um calendário de trabalho que possa nos ajudar a deliberar sobre as matérias que já estão vindo da Câmara e também apreciarmos as matérias que tenham origem no Senado e que possam seguir, depois de aprovadas no Plenário, para a Câmara dos Deputados.

Mas eu queria, primeiro, fazer um registro para cumprimentar a Presidenta Dilma, porque foi no seu Governo que o programa Mais Médicos foi criado. O Mais Médicos é um programa que tem, talvez, o maior percentual de aprovação do ponto de vista dos brasileiros e das brasileiras, ou seja, é um programa que atende o interesse público, porque é um programa que enfrenta um dos mais graves problemas que temos em todo canto, em toda parte, em toda casa, em toda família, que é o problema de saúde.

A saúde é cara em qualquer lugar do mundo. A maior economia do mundo ainda é a dos Estados Unidos. O Presidente Obama está há oito anos e seu projeto do sistema de saúde não consegue ser aprovado. Ele não consegue fazer a reforma do sistema de saúde americano, e há 50 milhões de americanos que não têm acesso à saúde.

O Brasil tem o mais ousado programa de saúde pública, que é o SUS. Quem já foi prefeito, quem já foi governador, quem já ocupou cargo de gestão pública sabe o quanto é verdade o que vou falar: a falta de recursos para a saúde é uma realidade. Dizem sempre que isso é uma máxima: não há ninguém rico para a saúde. Não adianta ter dinheiro para alguns e para a grande maioria não ter possibilidade de alcançar a saúde exatamente por não ter condições materiais e financeiras. E a Presidenta Dilma criou o Mais Médicos. São mais de 60 milhões de atendimentos.

Hoje, houve uma celebração no Palácio do Planalto, onde pudemos ver como uma política pública acertada alcança a população, melhora a vida das pessoas e mexe na Federação. São mais de cinco mil Municípios brasileiros com o Mais Médicos. No meu Estado, se não fosse o Mais Médicos, a situação da saúde seria ainda muito mais grave.

E eu queria aqui, nesse meio de tantas incertezas, de tantas preocupações, de tantas dúvidas, de tanto confronto, de tanta intolerância, de tanto enfrentamento, eu queria cumprimentar a Presidenta Dilma, o Ministro da Saúde, Chioro, e o próprio ex-Ministro Humberto Costa, que está aqui, que deu sua parcela de contribuição. Todos os Ministros que passaram criaram um ambiente para que o Governo da Presidenta Dilma, que sucedeu o Presidente Lula, pudesse criar o Mais Médicos. Se nós quisermos ser justos, se nós separarmos bem a coisa, só o programa Mais Médicos já merecia uma melhor avaliação, com todo respeito, do Governo da Presidenta Dilma.

Sei que temos muitos problemas. O Governo tem sido cobrado, e não é sem razão. Quem vai para o Executivo tem que dar as respostas. Mas eu queria aqui cumprimentar a Presidenta Dilma pela criação do Mais Médicos, que foi uma tentativa, de sucesso, de dar uma resposta ao clamor das ruas de junho de 2013. Claro que o programa já vinha sendo trabalhado pelo ex-Ministro Padilha, por uma equipe de profissionais. Mas, hoje, o Brasil tem um programa que vai melhorar ainda mais, quando implantarmos, definitivamente, a formação de mais brasileiros nessa área, que é tão necessária para que se possa, usando o conhecimento, a ciência, alongar ainda mais a vida média dos brasileiros – que tem melhorado nos últimos anos – e, com isso, dar uma resposta a todo o conjunto dos brasileiros.

Sei que foi, aqui, neste Plenário e no da Câmara, que se criou a CPMF – criação do acreano Adib Jatene – e foi aqui, com a voz firme dos que a criaram, que se pôs fim à CPMF.

Talvez a genialidade do grande médico humanista e grande cientista Adib Jatene tenha nos colocado diante de algo genial: todo mundo paga um pouquinho quando movimentar algum dinheiro e a saúde passa a ter muitos recursos para salvar vidas.

Jogamos fora a CPMF por conta de uma elite perversa que confunde o atendimento universal com o aumento de imposto. Quem é que aprova aumento de imposto? Mas mexer na qualidade dessa arrecadação, priorizar para onde ir...

Eu acho que este País não vai – aqui celebrando a questão do Mais Médicos – a lugar algum, enquanto não encontrar o financiamento da saúde. Se não é a CPMF, tem que ser algo muito parecido com ela. Algo que todo mundo dê sua parcela de contribuição. Aquilo era tão genial que quem tinha mais, pagava mais; quem tinha menos, pagava bem pouquinho. Nada mais justo, nada mais adequado.

Eu acho lamentável, porque poucos têm coragem de falar sobre isso. Mas eu acho que chegou a ser criminoso o embate político pondo fim à história da CPMF sem pôr algo no lugar, algo parecido que financie o atendimento à saúde, que financie as Prefeituras para que elas possam prestar o melhor serviço e a gente ter a eficácia tão desejada para o SUS, que é um programa ousado, corajoso. São poucos os países no mundo que podem dizer serviço único de saúde. Na maioria dos países, é opção: se tem dinheiro, segue vivo; se não tem, morre – como em muitos lugares do País, exatamente por falta de apoio.

Então, eu queria encerrar, porque falei que iria fazer apenas uma referência.

Concluo meu discurso, chamando atenção – como fiz ontem – para o grave atentado que foi praticado, em São Paulo, agora, no final da semana passada, contra o Instituto Lula, endereço onde o ex-presidente Lula trabalha e onde trabalhou antes de ser Presidente, em que desenvolveu, nesses 25 anos de Instituto Lula, um número enorme de projetos, trabalhando com profissionais sérios, com funcionários dedicados.

Talvez o Instituto seja uma das melhores referências do que um ex-presidente pode fazer, alguém que tem um compromisso humano como tem o ex-presidente Lula. E o que a gente viu? Marginais. Nessa onda de intolerância, lá passa um grupo em um carro e joga uma bomba. E logo setores da imprensa disseram: “É bomba caseira”. Para diminuir o quê? O potencial? Não existe essa história de bomba caseira ou não caseira. Ou é bomba ou não é. Mata ou não mata. E aquela bomba mata, arrombou a garagem. Se houvesse uma pessoa passando, como bem disse o jornalista Jânio de Freitas, se houvesse alguém próximo, ela teria morrido – como já ocorreu no Brasil.

Agora, pergunto: e se fosse um instituto do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, um homem honrado, um ex-presidente? Aliás, este País não lida, não aprendeu a lidar ainda com ex-presidentes; e, talvez, por não estar acostumado com a democracia, que é tão recente, ainda não respeita quem ocupa a Presidência por oito anos, como ocuparam o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o ex-presidente Lula, dois grandes brasileiros – e, ontem, eu falava aqui que eles não poderiam deixar de conversar, especialmente em momentos como este. E aí não interessa quem procura primeiro; quem diz não, quem diz sim.

O Brasil precisa de diálogo, precisa de entendimento entre as instituições para pelo menos duas coisas: seguir dando força a todos os que estão envolvidos, e às instituições, no combate à corrupção, na apuração, sim, mas também fazer isso de uma maneira em que sejam as instituições atuando; e, ao mesmo tempo, fazer uma ação para que possa dar mais transparência à relação entre empresas e Governo, ao uso de dinheiro público em obras e investimentos em serviços públicos. Isso é possível ser feito por uma ação que se determine que seja feita pelo próprio Executivo. Isso para que o País siga em frente, para que a marca, na hora em que o Brasil decide enfrentar a corrupção, não seja o desemprego, a falência das empresas; que seja um período em que o Brasil busque ficar melhor, criar uma ambiente melhor, uma pátria melhor para todos os brasileiros.

É nesse sentido que eu queria pedir, mais uma vez, aqui, da tribuna, uma ação enérgica, clara, declarada. E, primeiro, do Ministro da Justiça, da Polícia Federal, da Polícia de São Paulo, do Governador de São Paulo, do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, e que possa ser uma ação exemplar na busca de identificar os criminosos que atentaram contra o ex-presidente Lula, seu instituto, seu local de trabalho, mas atentaram também contra a liberdade, contra os brasileiros que trabalham naquele instituto.

Então, fica aqui esse apelo, esse registro, essa denúncia, porque, diante dessa crise enorme, alguns estão torcendo para que o Brasil tenha um cadáver. E eu estou aqui, como Senador, trabalhando, procurando ajudar, para que o nosso País reencontre o crescimento econômico, a busca de ampliar as conquistas sociais dos brasileiros que mais precisam e com as instituições funcionando harmonicamente e fortalecidas.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumpri-
menta V. Ex^a, Senador Jorge Viana.

Quero também me somar ao pronunciamento de V. Ex^a, prestando minha solidariedade. Não podemos aceitar esse tipo de atitude, não só em relação a um ex-Presidente da República – uma pessoa de tanto respeito não só no Brasil, mas no mundo inteiro –, mas a qualquer cidadão. Então, V. Ex^a tem plena razão quando levanta a preocupação da tribuna do Senado Federal.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, falará no tempo da Liderança do PT, porque houve uma permuta, o Senador Humberto Costa.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado.

Quero, inicialmente, agradecer a gentileza de V. Exª, de trocar de posição conosco para o uso do tempo da Liderança.

Quero iniciar manifestando também a minha preocupação, a minha solidariedade ao Presidente Lula por conta do ataque realizado na última semana ao seu escritório político e quero dizer que abordarei, ao longo desta semana, esse tema, de forma mais aprofundada.

Esta semana também pretendo falar um pouco sobre as questões que vimos nesses dias de recesso em que estivemos em Pernambuco, quando viajamos por mais de dez cidades do nosso Estado, constatando ações importantes do Governo Federal, constatando problemas também. Pretendo, esta semana, fazer uma prestação de contas aos pernambucanos desse trabalho que fizemos ao longo do recesso parlamentar.

Srª Presidente, estamos começando o ano legislativo neste segundo semestre de 2015 e quero, particularmente, enxergá-lo de uma forma positiva. Creio que o período de recesso foi muito importante para que o Congresso Nacional pudesse elaborar de uma maneira muito serena a forma como trabalhou no semestre anterior. Foi um tempo necessário para que todos nós analisássemos a qualidade e o alcance de alguns dos projetos que aprovamos aqui, muitos deles de afogadilho, e no que eles podem contribuir com o Brasil ou prejudicar a nossa caminhada.

Particularmente, entendo que Câmara e Senado amadureceram a idéia, e não sem certa ressaca, de que, na atual conjuntura, não agiram com o equilíbrio e o rigor cabíveis em muitos dos projetos apresentados, tramitados e aprovados nestas duas Casas nos primeiros meses deste ano, mas quero confiar plenamente que essa conduta será abandonada, que essa lamentável pauta-bomba é coisa que ficou para trás, porque o entendimento político elevado vai prevalecer a partir de agora.

Não há um setor neste País comprometido com a higidez das contas públicas que não tenha atacado duramente a postura do Congresso Nacional em alguns temas, acusando o Parlamento de agir irresponsavelmente.

Em muitos casos, não se julga o mérito ou a legitimidade das propostas aprovadas; o que se julga é a questão da oportunidade do cabimento de uma medida que se decide colocar em vigor para o benefício de determinados segmentos, ao mesmo tempo em que todo o Brasil faz enormes esforços para cortar cirurgicamente despesas que promovam a retomada do crescimento e evitem prejuízos sociais.

Acredito que essa compreensão prevaleceu e não penso que Parlamentares continuarão investindo no descalabro das contas públicas por conveniência política. É uma ignorância política ter diferenças com o piloto e, em razão disso, querer derrubar o avião.

Evidentemente, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal têm uma imensa responsabilidade na estabilização econômica do Brasil. Essa não é uma tarefa exclusiva do Executivo.

Fomos nós que daqui, deste Congresso, demos sinais trocados aos investidores e agências de risco quando decidimos seguir na contramão dos ajustes propostos pelo Governo Federal. Há, em muitos dos projetos aprovados, uma emissão clara de sinais de que não se deve confiar plenamente no Brasil.

Então, temos que definir de que lado jogamos, e isso nada tem a ver com política partidária; tem a ver com a solidez do País e com o compromisso de não disseminar uma crise de credibilidade internacional contra nós mesmos.

Há pelo menos uma dezena de projetos de lei de alto impacto nas contas públicas que alguns alienados querem desenterrar para atingir o Governo da Presidenta Dilma. Mas, como disse e reitero, creio que há uma crescente maturidade sobre esse tema que hoje já atinge a maioria dos Deputados e Senadores e deve evitar a tramitação desses gols que alguns querem fazer contra o Brasil.

Ontem à noite, estivemos, os Líderes no Congresso, em um jantar de boas-vindas oferecido pela Presidenta, em que conversamos sobre o atual período de travessia.

São incontáveis os analistas que veem como positiva a nossa conjuntura e acreditam que chegamos a um momento de reequilíbrio. Reduzimos a nossa vulnerabilidade, os setores econômicos estão se reajustando e, agora, já estamos na fase de tarefa de pós-ajuste, em que seguiremos com as mudanças estruturais na nossa economia.

Não tenho dúvidas de que, muito em breve, todo esse trabalho será traduzido em uma recuperação mais rápida, na queda dos juros e em um Brasil mais aberto e com mais oportunidades, em que a nossa classe média será muito mais agente ativa do que beneficiária desse País que se descortina.

A agenda de crescimento com que nos deparamos é extremamente animadora para este segundo semestre. E o Congresso Nacional tem um papel protagonista na elaboração desse trabalho. Cabe a nós o assumirmos.

Por isso, precisamos urgentemente, inclusive naquilo que diz respeito ao Senado, fazer o debate sobre questões cruciais.

A primeira delas é a aprovação definitiva do projeto que trata da desoneração das folhas de pagamento e que tem o objetivo exatamente de restabelecer a arrecadação da Previdência Social, as contribuições sociais para as empresas beneficiadas pela Cofins.

Também é muito importante que possamos avançar na legislação da unificação do ICM, e aqui está o Senador Fernando Bezerra, que sabe da importância que isso representa para sairmos desse cenário de pessimismo e despertarmos o interesse dos investidores no Brasil.

E o terceiro é aquele projeto que vai exatamente garantir as condições para a unificação desse ICMS a partir da criação dos fundos de desenvolvimento e compensação, que é o projeto que trata do repatriamento de recursos não declarados e que estão no exterior.

Portanto, nós entendemos que essa é a boa pauta. Queremos, na verdade, que sigamos por esse caminho, até porque – não nos enganemos – o estouro de qualquer pauta-bomba dentro desta Casa vai lançar estilhaços em todos os Estados e Municípios brasileiros e pode pôr a pique o próprio País.

Estou convencido de que nenhum de nós irá querer ser partícipe desse aventureirismo.

Muito obrigado a todos e a todas e a V. Ex^a, Presidenta, pela tolerância, juntamente com a de nossos companheiros.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senador Humberto, que faz um pronunciamento muito lúcido, sobretudo em decorrência da crise econômica que vivemos no Brasil e que grande parte do mundo vive também.

Dando sequência, consulto o Senador Fernando Bezerra, porque, na lista de oradores, ele é o próximo. Então, S. Ex^a fala como orador inscrito.

Mas, antes de chamar V. Ex^a, quero apenas anunciar.

Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Cássio Cunha Lima. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Acir Gurgacz. *(Pausa.)*

Também ausente.

Senador Fernando Bezerra é o orador inscrito.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. e Sr^{as} Senadoras, venho mais uma vez a esta tribuna para reafirmar a necessidade de um pacto federativo que garanta a cada ente federado, a cada Município, a cada Estado e à própria União seus justos direitos e seus inescapáveis deveres, um federalismo participativo e cooperativo em que cada ente possa agir com interdependência e autonomia, em que cada Município, cada Estado seja agente e objeto de uma solidariedade comum.

O federalismo brasileiro precisa continuar evoluindo. Tivemos períodos de centralização, como nas constituições de 1937 e de 1967, e períodos de maior descentralização, como nas constituições de 1891 e 1946.

A Carta de 1988, em teoria, pretendeu delegar poderes políticos e administrativos aos Estados e Municípios. Elevou inclusive os Municípios à categoria de entes federativos. Do ponto de vista fiscal, entretanto, o que observamos é uma grande assimetria. Cerca de 57,4% dos recursos da República Federativa estão concentrados nas mãos da União. Os Estados ficam com somente 24,3% e os Municípios, com apenas 18,3%.

O equilíbrio federativo está abalado. Os Estados brigam para oferecer benefícios fiscais que prejudicam sua arrecadação. Os Municípios, modo geral, são extremamente dependentes dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios. Mais da metade da receita de cerca de 80% dos Municípios é oriunda desse fundo.

Providências urgentes são necessárias. E foi por isso que representantes de Estados e Municípios vieram ao Congresso Nacional com uma extensa lista de reivindicações. Foi por isso que o Presidente, Senador Renan Calheiros, ciente do protagonismo que cabe ao Parlamento, fez instalar uma comissão para encaminhar a questão, a Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo.

A Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, na qual tenho a honra de atuar como Relator, iniciou seus trabalhos no último dia 27 de maio. Desde então temos trabalhado intensamente, sob a Presidência do Senador Walter Pinheiro, para alcançar, dentro do prazo fixado, o inadiável objetivo de debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo.

Nós levantamos as demandas dos governos estaduais e municipais e as agrupamos em três grandes categorias denominadas “finanças estaduais”, “finanças municipais” e “organização administrativa e serviços públicos.” São dezenas de demandas diferentes.

Identificamos as proposições legislativas em tramitação que contemplam essas demandas e estamos trabalhando no sentido de analisá-las e aprová-las o quanto antes.

É evidente que há matérias cuja aprovação depende de um debate mais profundo e há também algumas que não podem prosperar e outras que ainda aguardam iniciativa parlamentar.

Algumas dessas matérias serão apreciadas brevemente em Plenário, ou, em caráter terminativo, nas Comissões. Hoje mesmo, por decisão do Presidente Renan Calheiros, serão votados no Plenário do Senado Federal seis importantes projetos: o PLS nº 501, de 2013, do Senador Romero Jucá; o PLS nº 196, de 2014, do Senador Pedro Taques; o PLS nº 277, de 2014, do Senador Antonio Carlos Rodrigues; os PLS nº 302 e nº 303, ambos de 2015, de minha autoria; e o PLS nº 298, de 2015, do Senador Randolfe Rodrigues.

Os assuntos são variados e demonstram a celeridade imprimida ao processo legislativo pela atuação da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo. Trataremos, entre outros assuntos, da atualização do IPTU no início de cada mandato, da modernização da legislação do ISS e da simplificação burocrática do acesso dos consórcios municipais a transferências da União.

Neste segundo semestre, discutiremos também a reforma do ICMS, que, no meu entender, pode ser a contribuição mais importante da Comissão, a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional e a repartição de contribuições sociais, entre outros temas.

Enfim, a Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo está trabalhando com o máximo afinco para que possamos aperfeiçoar o relacionamento entre os entes federados, União, Estados e Municípios.

Sei que o momento econômico, Srª Presidenta, é desfavorável e que a conjuntura dificulta o encaminhamento de certas propostas, mas tenho a convicção de que as reformas que estamos examinando são necessárias para a retomada do crescimento.

No entanto, não basta crescer. Precisamos discutir também como crescer de forma mais justa e equilibrada, para que o crescimento e seus frutos não se convertam no privilégio de alguns. Por isso, nosso pacto federativo não pode prescindir de uma política nacional de desenvolvimento regional, uma política que oriente, de forma estratégica, convergente e eficiente, as ações e os investimentos públicos, uma política que tenha por objetivo o desenvolvimento integrado do território nacional.

Nossa Constituição, em seu art. 3º, inciso III, diz que é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Não vejo como atingir esse objetivo sem uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

O Brasil precisa urgentemente de uma política como essa. Uma política que permita replicar os casos recentes de sucesso de nossa história econômica e social; replicar casos como o deslocamento da produção nacional de grãos em direção ao Centro-Oeste e o sucesso dos polos dinâmicos de produção irrigada de frutas nos Vales do Rio São Francisco e do Rio Açu; fomentar a desconcentração industrial e o crescimento das cidades médias não metropolitanas.

Existe um Brasil, Srª Presidente, que os estatísticos chamam de “Brasil de Baixa Renda”, que reúne mais da metade das microrregiões brasileiras; abrange 70% do Território nacional; representa 29% da nossa população – 55 milhões de brasileiros; e responde por apenas 11,6% do nosso PIB! Esse Brasil clama por algo além de políticas de transferência de renda ou de benefícios previdenciários e assistenciais. Esse “Brasil de Baixa Renda” clama por uma política nacional que promova a convergência do nível de desenvolvimento das diversas regiões brasileiras; que promova a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento; que garanta a competitividade regional e a geração de renda em regiões com declínio populacional; que promova agregação de valor e diversificação econômica em regiões com forte especialização na produção de *commodities*; que consolide uma rede de cidades policêntrica; uma política, enfim, que desconcentre e interiorize o desenvolvimento do País.

O Brasil precisa de uma política de desenvolvimento baseada no federalismo cooperativo; na solidariedade regional; na valorização da diversidade...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ...na sustentabilidade; na transparência; na competitividade e na equidade do desenvolvimento produtivo. Uma política nacional que intervenha, prioritariamente, no desenvolvimento social; no acesso a serviços públicos de qualidade; na educação e capacitação profissional; em ciência e tecnologia; no desenvolvimento do setor produtivo e em infraestrutura.

Foi por acreditar que o Pacto Federativo não pode prescindir de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, que apresentamos, no último dia 17 de junho, na Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, o texto-base de uma proposta para essa Política. Quando ocupei a pasta do Ministério da Integração, nós tivemos a oportunidade de elaborar um projeto para essa Política de Desenvolvimento Regional. E eu faço questão de dizer que fomos “nós” que elaboramos...

(Interrupção do som.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... porque esse projeto foi construído a muitas mãos, com ampla participação da sociedade (*Fora do microfone.*) e de representantes de todos os Estados; por meio de conferências estaduais, macrorregionais, e da Primeira Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, realizada em Brasília, em março de 2013.

Nessa nova proposta de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, nós procuramos evitar alguns equívocos da Política de Desenvolvimento anterior, de 2003. Entre outras razões, aquele projeto não logrou pleno sucesso por limitações orçamentárias. Para evitar que essa nova iniciativa sofra dos mesmos males, nós propusemos a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional, um fundo destinado, exclusivamente, a financiar as ações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Para nossa alegria, Srª Presidente...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... o Governo Federal editou a Medida Provisória 683, de 2015, que cria o Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura, muito similar ao que propusemos nesta Casa.

Quero saudar essa iniciativa da Presidenta Dilma, que atende os apelos de Prefeitos, Governadores e Parlamentares, em especial daqueles que, como eu, vêm participando intensamente dos trabalhos em prol do aperfeiçoamento do Pacto Federativo.

Entre diversos aspectos positivos do Fundo de Desenvolvimento Regional criado pela Medida Provisória, quero destacar um que julgo de especial relevância. Trata-se da fonte de recursos para abastecer o Fundo de Desenvolvimento Regional.

Em um momento de escassez de recursos em todas as esferas, um momento em que o cidadão se preocupa com as dificuldades econômicas do País e o contribuinte teme o fantasma...

(Interrupção do som.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... da elevação da carga tributária, a Medida Provisória encontrou (*Fora do microfone.*) uma fonte de recursos que não onera o trabalhador, não onera o aposentado, não onera o setor produtivo. Essa fonte é a receita esperada com a regularização de ativos pertencentes a brasileiros e transferidos ao exterior sem a observância das regras fiscais e cambiais pertinentes.

Refiro-me à existência de patrimônios financeiros que não têm origem em atividades ilícitas ou criminosas, mas que foram depositados ou investidos no exterior sem quitar os devidos impostos e mediante operações cambiais não autorizadas.

O Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2015, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, cria o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária, cujo objetivo é permitir a declaração dos recursos irregularmente mantidos no exterior...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... desde que oriundos de atividades lícitas. Essa...

(Interrupção do som.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... regularização (*Fora do microfone.*) ocorreria mediante o pagamento de Imposto de Renda e multa, e a receita resultante seria destinada ao Fundo de Desenvolvimento Regional.

Vejam, Srªs e Srs. Senadores, que a arrecadação dessa receita não eleva os preços dos produtos, não reduz o poder de compra do cidadão honesto, que cumpre a lei e declara seus tributos, mas, pelo contrário, dá ao cidadão que conduziu seus negócios em desconformidade com a lei a oportunidade pagar o que deve à

Receita Federal e corrigir suas irregularidades. É difícil saber qual será o impacto exato dessa medida, mas creio que será relevante. Há estimativas de que a receita alcançará níveis expressivos e permitirá a implementação do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Nada mais justo...

(Interrupção do som.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... do que destinar à política de redução das diferenças regionais os recursos arrecadados com a regularização *(Fora do microfone.)* de patrimônios no exterior. Estamos acertando o passo e caminhando na direção certa. A um tempo, combatemos a manutenção irregular de fortunas lá fora e geramos recursos para combater a pobreza aqui dentro. Quem poderia discordar de semelhante iniciativa?

No entanto, nosso papel como Parlamentares não é apenas aprovar boas iniciativas, mas debatê-las com o intuito de aperfeiçoá-las. Por isso gostaria de mencionar a iniciativa do Senador Walter Pinheiro, que apresentará, em breve, uma proposta de emenda à Constituição para conferir estatuto constitucional ao Fundo de Desenvolvimento Regional e, assim, garantir...

(Soa a campainha.)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional não seja privada, por conjunturas políticas ou financeiras, dos recursos necessários à sua consecução, mas, pelo contrário, que conte com as condições para a sua continuidade e para a estabilidade de seus programas e ações.

O problema do desenvolvimento econômico e social do Brasil, o resgate do Brasil de baixa renda, só se resolverá com uma política nacional, coordenada, integrada, descentralizada, participativa e inteligente; uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional; uma política que nos permita construir, no Brasil de hoje, o País que queremos ter amanhã.

É nesta direção que estamos avançando hoje, aqui no Congresso Nacional, com a intensa participação das Sras e dos Srs. Senadores e – destaco também – com a oportuna colaboração do Governo Federal.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa é que cumprimenta o Senador Fernando Bezerra pelo pronunciamento. E, de fato, S. Exª levanta um tema candente, uma das próximas matérias importantes que este Plenário deverá analisar. E tendo claro que são matérias que visam a ajudar o Governo brasileiro, o Estado brasileiro, no enfrentamento dessa crise econômica.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa e que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

REQUERIMENTOS

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

REQUERIMENTO Nº 873, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, o apensamento do Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2011, do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2010 e do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015. Os referidos projetos deverão tramitar em conjunto por tratarem de matéria correlata.

Sala das Sessões,

Senador ROMERO JUCÁ

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente.)

REQUERIMENTO Nº 874, DE 2015

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requero que sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça as seguintes informações referentes ao Departamento de Polícia Federal (DPF):

1. Listagem das unidades do DPF situadas na faixa de fronteira;
2. Número de policiais federais, por cargo, e de servidores do Plano Especial de Cargos lotados em cada uma dessas unidades;
3. Número de apreensões de armas (por tipo: revólveres, pistolas, fuzis etc.) e drogas (por tipo: kg de maconha, kg de cocaína etc.) realizadas por cada uma dessas unidades em 2013 e 2014;
4. Breve explanação sobre a forma de emprego operacional do contingente policial do DPF na faixa de fronteira;
5. Breve relato das principais dificuldades e necessidades do DPF na faixa de fronteira;
6. Listagem das unidades do DPF que realizam atividades de polícia marítima, fluvial ou lacustre;
7. Número de policiais federais, por cargo, e de servidores do Plano Especial de Cargos lotados em cada uma dessas unidades;
8. Número de embarcações de que o DPF dispõe para realizar as atividades de polícia marítima, fluvial ou lacustre;

9. Breve explanação sobre a forma de emprego operacional do contingente policial do DPF nas atividades de polícia marítima, fluvial ou lacustre;

10. Breve relato das principais dificuldades e necessidades do DPF nas atividades de polícia marítima, fluvial ou lacustre.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil possui quase 17.000 km de fronteiras terrestres, que são palco de diversos crimes transnacionais, como o tráfico de armas, drogas e pessoas, o contrabando e o descaminho.

Além disso, cerca de 60% das fronteiras terrestres são fronteiras “molhadas”, isto é, rios, lagos etc.

A fronteira do Brasil com o Peru, país tido como o maior produtor mundial de folha de coca do mundo, é de cerca de 3.000 km, dos quais mais de 2.000 km são fronteiras “molhadas”.

A fronteira do Brasil com a Colômbia, país considerado o segundo maior produtor mundial de folha de coca é de cerca de 1.650 km, dos quais mais de 800 km são fronteiras “molhadas”.

A fronteira do Brasil com a Bolívia, país apontado como o terceiro maior produtor de folha de coca do planeta, é de aproximadamente 3.400 km, dos quais mais de 2.600 km são fronteiras “molhadas”.

A fronteira do Brasil com o Paraguai, supostamente palco de intenso tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho, é de quase 1.400 km, dos quais mais de 900 km são fronteiras “molhadas”.

Para que possamos fazer um diagnóstico da situação da segurança pública na faixa de fronteira e das atividades de polícia marítima, fluvial e lacustre, com foco na atuação do DPF, solicitamos à Mesa do

Senado Federal o encaminhamento deste Requerimento de Informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça para a devida manifestação, no prazo constitucionalmente determinado.

Sala das Sessões,

Senador OMAR AZIZ

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 878, DE 2015

Requeiro, nos termos dos arts. 199 do Regimento Interno, Sessão Especial do Senado Federal a realizar-se no dia 5 de novembro de 2015, às 11 horas, em homenagem aos 120 anos da assinatura oficial das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão (120 anos de Amizade Brasil-Japão). Esse relacionamento possibilitou nos anos seguintes a importante migração de cidadãos japoneses para o Brasil e que foram fundamentais na construção de nossa economia e nossa sociedade.

Em 5 de novembro de 1895, em Paris, Arasuke Sone, Ministro Plenipotenciário do Japão na França, e Gabriel de Toledo Piza e Almeida, Ministro Plenipotenciário do Brasil na França, firmaram o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação, que deu início as relações diplomáticas entre as duas nações. Em 2015, os dois países comemoram os 120 anos desse tratado, que estreitou o caminho entre estes povos de culturas e tradições tão diferentes e trouxe inúmeras conquistas para ambos.

Na época, a República brasileira ensaiava os primeiros passos e o país procurava perspectivas econômicas de crescimento. Do outro lado, o Japão começava a se abrir para o mundo e buscava novas áreas de relacionamento.

No contexto histórico, com a carência de mão de obra, havia na assinatura uma expectativa brasileira por imigrantes japoneses. Mesmo com a assinatura do Tratado em 1895, efeméride que agora comemoramos, essa parceria demorou a avançar. A primeira migração aconteceu em 1908, 13 anos depois da assinatura do tratado, com a chegada dos primeiros 781 imigrantes japoneses ao Brasil, a bordo do navio Kasato Maru. Seu destino foram as fazendas no interior do estado de São Paulo. Essa benéfica “invasão” contribuiu expressivamente para o desenvolvimento da agricultura nacional. Posteriormente, com o avanço da industrialização, além do fortalecimento da agricultura, passaram a ter destaque as imensas contribuições das parcerias nipônicas no campo industrial e dos recursos minerais.

Além da economia, o rico legado desse Tratado envolve as mais diversas áreas da sociedade. Particularmente, em termos culturais a

presença japonesa é muito relevante na introdução de novos costumes, tradições e gastronomia.

Hoje, a colônia japonesa forma a maior sociedade *Nikkei* do mundo, estimada em 1,6 milhão de pessoas.

É importante destacar, por derradeiro, a afinidade de nossas políticas externas e visões de relações internacionais nas últimas décadas. Os dois países têm adotado posições de busca pela paz, de diálogo e soluções pacíficas das controvérsias.

Tendo em conta que na Reunião de Chanceleres Brasil-Japão em setembro de 2013 e na Reunião de Cúpula Brasil-Japão em agosto de 2014 foi decidido que as comemorações dos 120 anos relacionamento diplomático deveria envolver os diversos setores, públicos e privados, das duas nações, além do segmento artístico e cultural, apresento essa proposta, certo de que o Senado Federal tem muito a contribuir para fortalecer ainda mais o intercâmbio Brasil-Japão.

Sala das Sessões,

Senador HÉLIO JOSÉ

1. José Medeiros

2. Mário

3. ELMÁRIO FERREIRA

4. Paulo R. Taveira

5. [assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

PROJETOS DE LEI DO SENADO**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 501, DE 2015**

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir o tema do envelhecimento nos currículos da educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.....

.....

§10. O tema do envelhecimento, envolvendo os cuidados e o respeito aos idosos, integrará os currículos da educação básica e será ministrado por profissionais habilitados em gerontologia.”
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A mudança no perfil da população brasileira tende a aportar uma série de vantagens para a sociedade, uma vez que o grupo etário em idade produtiva torna-se cada vez maior. Entretanto, o envelhecimento da população também apresentará desafios para os médio e longo prazos que, se não forem bem estudados, podem trazer grandes problemas para a sociedade como um todo e para os idosos em particular.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população acima de 60 anos deve chegar a 58,4 milhões (26,7% do total), em 2060. Em 2013 ela correspondia a 14,9 milhões (7,4% do total).

De fato, o envelhecimento da população tende a aumentar as demandas por serviços de saúde, de infraestrutura em condições adequadas de acessibilidade e de uma série de cuidados requeridos pelos idosos. Tudo isso vai exigir profissionais, equipamentos e novas configurações do espaço urbano.

Entretanto, há outra dimensão desta questão que não pode ser ignorada. É preciso incentivar, desde já, uma mudança cultural que recoloque o idoso, com autonomia, no contexto da vida familiar e comunitária. Esse processo só poderá ocorrer por meio da educação.

Destarte, a escola precisa ser chamada a colaborar na ação educativa das novas gerações para a compreensão das virtudes e vicissitudes da terceira idade, com vistas a permitir uma convivência intergeracional mais harmônica, em benefício de todos.

Tendo em vista que a família estendida deixa de ser o modelo predominante em nossa sociedade, em razão da modernização e da entrada do País no mundo global, torna-se necessário que outras instituições assumam a responsabilidade de disseminar os valores culturais do respeito, do cuidado e da empatia com os idosos.

Essa tarefa, deve-se ressaltar sempre, é uma via de mão dupla: ao oferecer cuidado e atenção ao idoso, as novas gerações só têm a ganhar em experiência e compreensão da vida.

Esta Casa, cujo nome se origina do latim *senex* (velho, idoso), deve assumir suas responsabilidades diante desse cenário de mudança demográfica e cultural. Assim, apresentamos o presente projeto que visa a incluir nos currículos da educação básica o tema do envelhecimento. Por meio dessa dinâmica, as crianças e jovens poderão ter contato, desde os

anos escolares, com o conhecimento acumulado pela ciência com vistas a cuidar, respeitar e acolher os idosos.

Por fim, nossa proposição determina que os referidos conteúdos sejam ministrados por profissionais qualificados, garantindo-se, de tal sorte, a qualidade das informações transmitidas.

Em virtude disso, conclamo os respeitáveis pares a se posicionarem favoravelmente à aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

Senador OMAR AZIZ

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, DE 2015

Altera o art. 9º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para assegurar aos Conselhos Deliberativos das Superintendências Regionais de Desenvolvimento a determinação dos montantes de repasse dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento dos bancos administradores para as outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e repasse mínimo aos bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigor com a seguinte redação:

“**Art. 9º**

§ 1º Observado o disposto no *caput* deste artigo, caberá aos Conselhos Deliberativos das Superintendências Regionais de Desenvolvimento definir o montante de recursos dos respectivos Fundos Constitucionais de Financiamento a serem repassados a outras instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º As instituições financeiras beneficiárias dos repasses deverão devolver aos bancos administradores, de acordo com o cronograma de reembolso das operações aprovadas pelo respectivo conselho deliberativo do desenvolvimento de cada região, os valores relativos às prestações vencidas, independente do pagamento pelo tomador final.

§ 3º Aos bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito, de conformidade com o § 5º do art. 2º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, no seu conjunto, sob seu risco exclusivo, fica assegurado o repasse de 10% (dez por cento) dos recursos previstos para cada exercício ou o valor efetivamente

demandado por essas instituições, o que for menor, desde que não ultrapasse o previsto no seguinte § 4º.

§ 4º O montante de repasse de que trata este artigo terá como teto o limite de crédito da instituição beneficiária do repasse junto ao banco administrador dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, observadas as boas práticas bancárias.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A ordem econômica deve ser conforme os objetivos constitucionais de uma sociedade livre, justa e solidária, de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais, como esposados no art. 3º da Constituição Federal.

Os fundos constitucionais, previstos no artigo 159, inciso I, da Constituição Federal, são importantes instrumentos para financiar o setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e municípios na área de ação da Sudene, nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Seu objetivo é abranger o financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), sendo utilizados para implantação de políticas de desenvolvimento regional e de redução das desigualdades inter-regionais do País.

Segundo a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamentou a instituição dos fundos constitucionais, o papel de administração destes recursos ficou a cargo do Banco da Amazônia (Basa), no caso do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO); do Banco do Nordeste (BNB), no caso do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); e do Banco do Brasil (BB), para o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), enquanto o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste não for criado. Assim, fica a cargo da Secretaria do Tesouro Nacional liberar os recursos dos fundos constitucionais ao Ministério da Integração Nacional, que, por sua vez, faz o repasse dos recursos diretamente às instituições administradoras dos fundos.

Com o intuito de dar maior dinâmica e eficácia ao repasse dos fundos constitucionais aos programas de desenvolvimento regional, o Art. 9º da Lei nº 7.827, de 1989, permitiu o repasse das administradoras dos fundos para as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), desde que comprovem capacidade técnica e estrutura operacional aptas a executar os programas de crédito criados com essa finalidade. Essas instituições, dentre as quais estão presentes os bancos cooperativos e as confederações de cooperativas de crédito, funcionam como operadores dos recursos, sendo importantes alternativas para atender, integralmente, ao território de abrangência dos fundos constitucionais.

Contudo, apesar de o cenário normativo incentivar o repasse dos recursos do FCO, do FNE e do FNO para as instituições financeiras operadoras, a partir da devida análise do seu risco e, por decorrência, de seus limites operacionais, o montante acessado pelos bancos cooperativos e pelas confederações de cooperativas de crédito tem sido bastante inferior aos valores demandados. Este fator se configura como um dos grandes obstáculos para que os fundos constitucionais alcancem maior eficácia.

No caso do FCO, por exemplo, o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), a partir da Resolução nº 419, de 2011, estimou, em sua programação orçamentária, o percentual de 7% do volume total de recursos do fundo para fins de repasse às instituições operadoras. Porém, o montante que vem sendo repassado pela instituição administradora varia entre 0,5% e 1,2%, dependendo do ano.

O principal fator que tem influenciado o repasse de recursos dos fundos constitucionais aquém do esperado às instituições operadoras diz respeito à análise de risco dos bancos administradores do fundo, desproporcional à realizada por outros bancos públicos. Tome-se o exemplo o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), que possui limite de R\$ 7,33 bilhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), porém somente R\$ 140 milhões junto ao Banco do Brasil.

O objetivo central do presente projeto de lei é assegurar o repasse de recursos dos bancos administradores dos fundos constitucionais para os bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito, no seu conjunto, de 10% (dez por cento) dos recursos previstos para cada exercício ou o valor efetivamente demandado por essas instituições, o que for menor, desde que não ultrapasse o limite de crédito das instituições beneficiárias.

Os riscos decorrentes destas operações passam a ser exclusivos dos bancos cooperativos e das confederações de cooperativas de crédito, assumindo qualquer responsabilidade sobre o montante repassado pelos bancos administradores dos fundos constitucionais. Com relação à solidez do cooperativismo de crédito, não há qualquer motivo para se duvidar que hoje o segmento está mais forte e consolidado.

Atualmente, o segmento é composto por dois bancos cooperativos (Bancoob e Banco Cooperativo Sicredi) e quatro grandes sistemas de cooperativas de crédito (Sicoob, Sicredi, Unicred e Confesol), cada qual com suas especificidades organizacionais e com diferentes áreas de abrangência territorial. Além dos bancos, das confederações e de suas centrais e cooperativas filiadas, existem as cooperativas independentes, que, apesar de não estarem filiadas a sistemas, atuam de acordo com os valores e princípios do cooperativismo. Distribuídas por todo país, as cooperativas de crédito, instituições financeiras sem fins lucrativos, reguladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, estão presentes e devidamente estruturadas em aproximadamente 95% dos municípios brasileiros, com mais de 5,3 mil pontos de atendimento.

Com grande interface com produtores rurais e mini e pequenos empreendedores, o cooperativismo de crédito hoje possui papel de fundamental importância para a inclusão financeira, com a melhor relação de distribuição de volume na carteira de crédito rural. Segundo dados do Banco Central relativos ao mês de abril de 2015, 76% de seus empréstimos ficam abaixo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). No âmbito do crédito rural de custeio, o cooperativismo de crédito responde por 14% do volume total de recursos distribuído aos produtores, e por 25% de todos os contratos, o que prova a relevância do setor e a sua contribuição para uma adequada diluição do crédito. As cooperativas também dispõem do mesmo portfólio de produtos que os bancos convencionais oferecem: conta corrente, cartões, seguros, previdência complementar, soluções de investimento e outros. A grande vantagem deste modelo é a participação do cooperado na gestão da cooperativa. Além disto, tudo que é gerado de resultado nas cooperativas de crédito retorna para o bolso dos cooperados.

Como já assinalado, as cooperativas de crédito são instituições financeiras reguladas, fiscalizadas e supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, assim como qualquer outra instituição financeira. Também possuem dentro de sua estrutura a figura do Conselho Fiscal, além de serem

supervisionadas por suas cooperativas centrais, auditadas por auditoria externa e independente, conforme legislação em vigor.

Ainda na estrutura das cooperativas de crédito, destacam-se as realizações das Assembleias Gerais Ordinárias (AGO), de tal sorte a privilegiar em elevada instância quesitos de total transparência de seus atos, compatibilizando com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que norteiam a Administração Pública. Para fortalecer ainda mais sua solidez, no início de 2014 foi instituído o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que oferece aos cooperados a garantia de suas disponibilidades financeiras até o limite de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), valor similar ao que é dado de cobertura no sistema bancário.

Cabe-nos assinalar também a solidez dos bancos cooperativos. Conforme recente avaliação de agência de classificação de risco internacionalmente reconhecida, os dois bancos cooperativos (Bancoob e Banco Sicredi) receberam avaliações que os nivelam com os grandes bancos nacionais, denotando baixíssimo risco.

Nas cooperativas, a responsabilidade social vai muito além de ser apenas um apelo mercadológico. Nelas, o interesse pela comunidade é princípio básico, pois as cooperativas surgem com o objetivo de atender os propósitos daquele grupo. Os tomadores das cooperativas são os próprios donos da instituição, o que gera um alto grau de comprometimento com a segurança e longevidade da organização.

Assim, a intenção da presente proposta é potencializar o alcance dos fundos constitucionais de desenvolvimento por meio do cooperativismo de crédito, de forma a ampliar o fomento das economias locais em seus mais diversos ambientes e particularidades. Quando se trata de aplicar seus esforços no fortalecimento da economia local de suas comunidades e nichos, o cooperativismo possui grande destaque, pois tem em um dos seus principais alicerces o interesse pela comunidade.

Sala das Sessões,

Senador BLAIRO MAGGI

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989.**

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências.

Art. 9º Observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com capacidade técnica comprovada e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade.

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 503, DE 2015

Institui estímulos a doações de produtos alimentícios, altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que *dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências*, e a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que *altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências*.

O SENADO FEDERAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui estímulos a doações por parte de fornecedores de produtos alimentícios.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º**

Parágrafo único. As disposições deste código não se aplicam aos consumidores de produtos alimentícios objeto de doação.” (NR)

Art. 3º O art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 13.**

.....

§ 2º

.....

IV – nas doações de produtos alimentícios com antecedência mínima de cinco dias do prazo de validade previsto na embalagem, o

limite da dedução prevista no inciso III será de até cinco por cento.”
(NR)

Art. 4º Sem prejuízo de outras sanções, a autuação pela ocorrência de produtos alimentícios expostos à venda com prazo de validade expirado implicará em multa equivalente a 10 (dez) vezes o valor do estoque em situação irregular.

Parágrafo único. Para o cálculo do valor do estoque em situação irregular, será considerado o maior preço anunciado ao consumidor no mês anterior à autuação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As ações de combate à fome no Brasil alcançaram a máxima notoriedade em 2014, no momento em o País deixou o Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em razão de ter conseguido reduzir a menos de 5% a parcela da população em situação de vulnerabilidade alimentar.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) divulgou recentemente a informação de que existem apenas 1,7% de subalimentados na população, o que representa ainda expressivos e inquietantes 3,4 milhões de famintos no País.

No entanto, entendemos que a realidade social dos que vivem em situação de insegurança alimentar extrema pode ser melhorada um pouco mais mediante mudanças pontuais em nossa legislação que induzam ao aumento das doações de produtos alimentícios a organizações da sociedade civil que, movidas pelo sentimento da solidariedade, exercem o importante papel de identificar, mapear e traçar estratégias e ações voltadas ao atendimento de necessidades básicas de populações carentes existentes em todas as cidades brasileiras.

A despeito da evolução da legislação brasileira no que tange aos direitos do consumidor – sobretudo a partir da década de noventa, com a aprovação do Código de Defesa do Consumidor (CDC), como ficou mais conhecida a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 –, é importante ressaltar que o referido código trouxe também entraves significativos à

doação de produtos, principalmente os gêneros alimentícios, por parte de empreendimentos comerciais.

Evidentemente, o CDC avançou quando inseriu nas relações de consumo a responsabilidade objetiva, sem a necessidade de prova, dolo ou culpa. De igual modo, a possibilidade de inversão do ônus da prova equilibrou a relação entre fornecedor e consumidor.

Por outro lado, a aplicação da legislação inovadora, que não excepciona a responsabilidade objetiva do fornecedor pelo fato e pelo vício do produto, tornou a doação por parte das empresas uma prática de alto risco, que, em situações extremas, pode representar até mesmo a extinção do empreendimento.

Diante do maior rigor imposto pelo novo Código, observou-se um comportamento bem compreensível por parte dos fornecedores quanto à doação de alimentos. Bares e restaurantes, por exemplo, se sentiram desestimulados a doar alimentos em condição de consumo, e passaram a jogar no lixo o que poderia ir para a doação, resultando inclusive num problema ambiental. A mesma reação se observou em outros setores, como o de produtos têxteis, que limitaram a níveis mínimos a doação das chamadas pontas de estoque.

Conforme noticiado pelo jornal O Globo em outubro de 2012, “só no Brasil, 26,3 milhões de toneladas de alimentos têm o lixo como destino. Deste total, cerca de 10% se perdem ainda no campo. O maior desperdício, 50%, ocorre no transporte e manuseio. E 10% vão para a lixeira após a chegada do produto ao supermercado, quando ele perde qualidade na prateleira, ou simplesmente, quando comprado em excesso, não é consumido. As centrais de abastecimento espalhadas pelo país ajudam a engordar a conta: mais de 30% das perdas em toda a cadeia alimentar acontecem nesses locais”.

O fato é que a legislação não conseguiu resolver o paradoxo de termos tanto lixo alimentar e tantas pessoas famintas no País. O que vimos propor é exatamente a mitigação desse paradoxo por meio de três medidas simples e eficazes, que passam longe do desrespeito do direito à propriedade privada.

A primeira alteração, sobre o texto do CDC, objetiva excepcionar o risco objetivo das empresas doadoras de alimentos.

Na segunda mudança, sobre a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, busca-se estimular as doações de gêneros alimentícios pela elevação de deduções tributárias sobre os valores doados.

A terceira medida tem por fim apenar a empresa que preferir manter em exposição à venda produtos com prazo de validade expirado, em vez de doá-los no tempo hábil.

Esperamos, com a adoção das medidas propostas, a redução do desperdício, a elevação das doações de alimentos e, mais importante, a mitigação da insegurança alimentar extrema dos estratos mais vulneráveis de nossa população. Para tanto, contamos com o apoio do Senado Federal e da sensibilidade das senhoras e dos senhores parlamentares, no sentido de aprovarmos celeremente as medidas propostas, tendo presente que se a fome é produto das atividades humanas, o seu combate e erradicação também podem ser frutos de nossa organização.

Sala das Sessões,

Senadora SANDRA BRAGA



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

[Texto compilado](#)

[Vigência](#)

[Mensagem de veto](#)

[Regulamento](#)

[Regulamento](#)

[Regulamento](#)

[\(Vide Decreto nº 2.181, de 1997\)](#)

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
Dos Direitos do Consumidor

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos [arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal](#) e [art. 48 de suas Disposições Transitórias](#).



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Centro de Documentação e Informação

LEI Nº 9.249 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a Legislação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, bem como da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 13. Para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, são vedadas as seguintes deduções, independentemente do disposto no art. 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964:

§ 2º Poderão ser deduzidas as seguintes doações:

Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2015

Altera a Lei nº 8.686, de 20 de julho de 1993, para estabelecer novo valor à pensão especial devida aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 1º, da Lei 8.686, de 20 de julho de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** A partir de 1º de janeiro de 2016, o valor da pensão especial instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, será revisto, mediante a multiplicação do número total de pontos indicadores da natureza e do grau de dependência resultante da deformidade física, constante do processo de concessão, pelo valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei 7.070, de 20 de dezembro de 1982, dispôs sobre a pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível por danos físicos e estéticos devida aos portadores da Síndrome da Talidomida.

A referida lei estabeleceu como critério para a valoração do citado benefício pecuniário o grau de dificuldade que a deficiência oriunda do uso da talidomida acarreta na vida comum da pessoa, levando em consideração as incapacidades para o trabalho, para a deambulação, para a higiene pessoal e para a própria alimentação do portador da mencionada enfermidade.

Hoje, passados mais de 55 anos desde que as primeiras vítimas foram registradas, temos a situação do envelhecimento precoce das pessoas com a síndrome da talidomida, que acumulam, além da velhice comum aos demais cidadãos, a sua própria biografia, marcada por malformações congênitas que só se agravam com o passar da idade. Esse envelhecimento vem acompanhado de limitações na capacidade física, tornando-se causa de outras deficiências.

Em nossa diuturna convivência com as vítimas da Síndrome da Talidomida, podemos afirmar que existem aumentos significativos de dispêndio de recursos financeiros com profissionais da medicina, assim como com cirurgias e medicamentos, o que torna imperiosa a revisão do valor da pensão de que trata a Lei 7.070, de 1982.

Esperamos, pois, contar com o apoio dos nobres colegas parlamentares para a aprovação de tão meritório projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senadora Sandra Braga

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 8.686, DE 20 DE JULHO DE 1993.

Dispõe sobre o reajustamento da pensão especial aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 1993, o valor da pensão especial instituída pela [Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982](#), será revisto, mediante a multiplicação do número total de pontos indicadores da natureza e do grau de dependência resultante da deformidade física, constante do processo de concessão, pelo valor de Cr\$ 3.320.000,00 (três milhões, trezentos e vinte mil cruzeiros).

Parágrafo único. O valor da pensão de que trata esta Lei não será inferior a um salário mínimo.

Art. 2º A partir da competência de junho de 1993, o valor da pensão de que trata esta Lei será reajustado nas mesmas épocas e segundo os mesmos índices aplicados aos benefícios de prestação continuada mantidos pela Previdência Social.

Art. 3º Os portadores da “Síndrome de Talidomida” terão prioridade no fornecimento de aparelhos de prótese, órtese e demais instrumentos de auxílio, bem como nas intervenções cirúrgicas e na assistência médica fornecidas pelo Ministério da Saúde, através do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de julho de 1993; 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO
Antônio Brito
Jamil Haddad

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 21.7.1993

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 7.070, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1982.

[Vide Lei nº 8.686, de 1993](#)

Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder pensão especial, mensal, vitalícia e intransferível, aos portadores da deficiência física conhecida como "Síndrome da Talidomida" que a requererem, devida a partir da entrada do pedido de pagamento no Instituto Nacional de Previdência Social - INPS.

§ 1º - O valor da pensão especial, reajustável a cada ano posterior à data da concessão segundo o índice de Variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional ORTN, será calculado, em função dos pontos indicadores da natureza e do grau da dependência resultante da deformidade física, à razão, cada um, de metade do maior salário mínimo vigente no País.

§ 2º - Quanto à natureza, a dependência compreenderá a incapacidade para o trabalho, para a deambulação, para a higiene pessoal e para a própria alimentação, atribuindo-se a cada uma 1 (um) ou 2 (dois) pontos, respectivamente, conforme seja o seu grau parcial ou total.

Art 2º - A percepção do benefício de que trata esta Lei dependerá unicamente da apresentação de atestado médico comprobatório das condições constantes do artigo anterior, passado por junta médica oficial para esse fim constituída pelo Instituto Nacional de Previdência Social, sem qualquer ônus para os interessados.

~~Art 3º - A pensão especial de que trata esta Lei, ressalvado o direito de opção, não é acumulável com rendimento ou indenização que, a qualquer título, venha a ser paga pela União a seus beneficiários.~~

Art. 3º A pensão especial de que trata esta Lei, ressalvado o direito de opção, não é acumulável com rendimento ou indenização que, a qualquer título, venha a ser pago pela União a seus beneficiários, salvo a indenização por dano moral concedida por lei específica. [\(Redação dada pela Lei nº 12.190, de 2010\).](#)

§ 1º O benefício de que trata esta Lei é de natureza indenizatória, não prejudicando eventuais benefícios de natureza previdenciária, e não poderá ser reduzido em razão de eventual aquisição de capacidade laborativa ou de redução de incapacidade para o trabalho, ocorridas após a sua concessão. [\(Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997\)](#) [\(Renumerado pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001\)](#)

§ 2º O beneficiário desta pensão especial, maior de trinta e cinco anos, que necessite de assistência permanente de outra pessoa e que tenha recebido pontuação superior ou igual a seis, conforme estabelecido no § 2º do art. 1º desta Lei, fará jus a um adicional de vinte e cinco por cento sobre o valor deste benefício. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001\)](#)

§ 3º Sem prejuízo do adicional de que trata o § 2º, o beneficiário desta pensão especial fará jus a mais um adicional de trinta e cinco por cento sobre o valor do benefício, desde que comprove pelo menos: [\(Incluído pela Lei nº 10.877, de 2004\)](#)

I – vinte e cinco anos, se homem, e vinte anos, se mulher, de contribuição para a Previdência Social; [\(Incluído pela Lei nº 10.877, de 2004\)](#)

II – cinquenta e cinco anos de idade, se homem, ou cinquenta anos de idade, se mulher, e contar pelo menos quinze anos de contribuição para a Previdência Social. [\(Incluído pela Lei nº 10.877, de 2004\)](#)

Art 4º - A pensão especial será mantida e paga pelo Instituto Nacional de Previdência Social, por conta do Tesouro Nacional.

Parágrafo único - O Tesouro Nacional porá à disposição da Previdência Social, à conta de dotações próprias consignadas no Orçamento da União, os recursos necessários ao

pagamento da pensão especial, em cotas trimestrais, de acordo com a programação financeira da União.

Art. 4º-A. Ficam isentos do imposto de renda a pensão especial e outros valores recebidos em decorrência da deficiência física de que trata o **caput** do art. 1º desta Lei, observado o disposto no art. 2º desta Lei, quando pagos ao seu portador. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#)

Parágrafo único. A documentação comprobatória da natureza dos valores de que trata o **caput** deste artigo, quando recebidos de fonte situada no exterior, deve ser traduzida por tradutor juramentado. [\(Incluído pela Lei nº 11.727, de 2008\)](#)

Art 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de dezembro de 1982; 161º da Independência e 94º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Carlos Viacava

Hélio Beltrão

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.12.1982

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 505, DE 2015

Dispõe sobre os reservatórios de acumulação de recursos hídricos em rios de domínio dos Estados e da União.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política de Criação e de Operação de Reservatórios de Acumulação de Recursos Hídricos, em rios de domínio da União e rios de domínio dos Estados.

Art. 2º Os reservatórios de acumulação de recursos hídricos terão a finalidade de acumular recursos hídricos para regularização das vazões naturais das bacias hidrográficas e contribuir com a elaboração das políticas públicas de uso múltiplo dos recursos hídricos.

§1º Os reservatórios de acumulação de recursos hídricos poderão ser implantados nas cabeceiras dos rios ou em pontos estratégicos, ao longo dos cursos d'água, para cumprir a finalidade de regularização das vazões naturais dos cursos d'água.

§2º As barragens de formação dos reservatórios de acumulação de recursos hídricos, quando possível, poderão ser utilizadas para implantação de empreendimentos de usos não consumidores de água desde que se constituam em fatos econômicos de geração dos recursos necessários para manutenção das áreas dos reservatórios e das barragens de contenção.

Art. 3º A classificação e outorga de implantação dos reservatórios de acumulação, em função do tamanho das barragens e do uso econômico dos recursos hídricos acumulados, será estabelecida pelos órgãos responsáveis pelas políticas de uso múltiplo dos recursos hídricos, na esfera da União e na esfera dos Estados, conforme o caso.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos com o auxílio da Agência Nacional de Águas iniciaram, por meio da gestão descentralizada, a estruturação do uso múltiplo das águas com o intuito de assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade da água e prevenir a população contra eventos hidrológicos críticos de origem natural.

A disponibilidade de água para usos múltiplos se encontra ameaçada por conta dos extremos climáticos que ocorrem de forma cada vez mais frequente. Nesse sentido, regularizar a vazão de um rio garante que mesmo com a falta de precipitações de chuvas, como a do período 2014/2015, estejamos preparados para satisfazer os usos múltiplos dos recursos hídricos, particularmente o abastecimento humanos, industriais, irrigações, funcionamento de hidrovias e produção de hidroeletricidade. A produção de recursos hídricos é essencial para regularizar as vazões das bacias hidrográficas e torná-las menos dependentes das variações meteorológicas.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do total de 42 hidrelétricas leiloadas entre 2000 e 2012, apenas dez têm reservatórios. Usinas que possuem um volume útil podem regularizar as vazões afluentes em ciclos diários, semanais, sazonais, ou plurianuais e esta capacidade de regularização pode ser usada não só para aumentar a energia de um parque gerador, mas também para produzir benefícios em outros usos da água, como o suprimento de água para cidades, irrigação, controle de cheias, navegação fluvial, recreação.

Há forte oposição no Brasil e nas organizações ambientais estrangeiras à construção de usinas hidrelétricas com reservatórios, o que acabou levando os técnicos e geradores do setor elétrico a optarem pela

construção de usinas hidrelétricas a fio d'água para facilitar a viabilização de tais obras.

Por outro lado, o desperdício dos recursos hídricos que são bens da União, segundo o inciso VIII, art. 20, da Constituição Federal é de difícil recuperação e tornará o Brasil cada vez mais dependente de formas de geração mais caras e mais poluentes. Segundo o Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, as usinas térmicas, embora tenham custo de geração bastante mais elevado, representam a segurança do abastecimento, e funcionam como suplementação do sistema quando as hidrelétricas, por motivo de escassez de chuvas, não têm condições de gerar toda a energia de que o País necessita.

Dessa forma, mesmo com os reflexos já conhecidos, os reservatórios devem ser considerados na Política Nacional de Recursos Hídricos, pois viabilizam o uso múltiplo da água em projetos de desenvolvimento regional, onde os benefícios locais podem suplantam os impactos sociais e ambientais negativos e ao mesmo tempo ser compatível com o desenvolvimento sustentável.

Por fim, a construção destes reservatórios deve ser muito bem planejada para assegurar a multiplicidade do uso da água e garantir a gestão descentralizada com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades afetadas para que os impactos positivos superem os impactos negativos.

Sala das Sessões, em

de 2015

Senadora **SANDRA BRAGA**

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

[Emendas Constitucionais](#)

[Emendas Constitucionais de Revisão](#)

[Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#)

[Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º](#)

[ÍNDICE TEMÁTICO](#)

[Texto compilado](#)

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

CAPÍTULO II
DA UNIÃO

Art. 20. São bens da União:

VIII - os potenciais de energia hidráulica;

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, DE 2015

Destina percentual da arrecadação das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs e para as Associações Pestalozzi.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a Caixa Econômica Federal autorizada a destinar, mensalmente, um ponto percentual da arrecadação de todas as loterias por ela administradas para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs e para as Associações Pestalozzi.

Parágrafo único. O percentual de que trata o *caput* será deduzido do valor destinado ao prêmio bruto.

Art. 2º Os recursos de que trata o art. 1º serão rateados entre as entidades na proporção direta do número de alunos com deficiência intelectual por elas atendido a cada trimestre do ano civil.

Parágrafo único. As entidades deverão enviar à Caixa Econômica Federal e ao Ministério da Educação, até o dia 5 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, relatório de atividades e informações cadastrais da entidade e dos alunos atendidos relativos ao trimestre anterior, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I - atividades desenvolvidas;
- II - demonstrativo da execução da despesa e da receita;
- III - número de alunos atendidos; e
- IV - outras informações exigidas pelo Ministério da Educação.

Art. 3º Os valores rateados na forma desta Lei, em cada mês, serão repassados pela Caixa Econômica Federal diretamente às entidades beneficiadas, até o vigésimo dia do mês subsequente ao de referência.

Art. 4º Cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação dos recursos repassados às entidades beneficiadas em decorrência desta Lei.

Art. 5º O Ministério da Educação deverá encaminhar ao Tribunal de Contas da União, nos primeiros noventa dias de cada ano, relatório sobre a aplicação dos recursos referente ao ano anterior.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor sessenta dias contados da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967, que tornou a exploração de loteria serviço público exclusivo da União, estabelece em seu art. 1º, parágrafo único, que a renda líquida obtida com a exploração do serviço de loteria será obrigatoriamente destinada a aplicações de caráter social e de assistência médica.

De fato, a legislação sucedânea tem procurado atender a esse comando legal, mas não se pode negar o fato de que importantes e reconhecidas instituições que há anos fazem um trabalho sócio-educacional-pedagógico para atender pessoas com deficiência intelectual, ou não são atendidas ou, se atendidas, recebem quase nada.

A presente proposta procura contemplar, de forma mais efetiva e eficaz, as Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) e as Associações Pestalozzi, instituições de abrangência nacional que há muito realizam um trabalho sócio-educacional-pedagógico com pessoas com deficiência intelectual.

Trata-se de instituições históricas no contexto do apoio a pessoas com esse tipo de deficiência. As Associações Pestalozzi, por exemplo, datam de 1926, quando surgiu a primeira, em Canoas, nas proximidades de Porto Alegre. Hoje, são 244 em todo o país. Já as APAEs passam de duas mil entidades.

Ao longo dos anos, os governos municipais e estaduais, principalmente, tornaram-se parceiros dessas associações, pois, na prática, elas preenchem um dos compromissos da gestão governamental, de dar atendimento educacional às pessoas com deficiência e com necessidades diferenciadas do processo pedagógico regular.

Diante dos serviços prestados, não só aos alunos, mas aos familiares e comunidades às quais estão vinculados, as APAEs e Associações Pestalozzi tornaram-se importantíssimo instrumento no contexto da educação. Porém, a falta de recursos para mantê-las em regular funcionamento tem sido uma constante que se agrava ano a ano. Em decorrência, os prejuízos são significativos para todos os que participam de suas rotinas, principalmente devido à falta de profissionais nas diferentes frentes de trabalho.

Na realidade, estados e municípios cedem professores para atuarem tanto numa quanto em outra associação, Brasil afora. Porém, as limitações desses quadros são

reais. Além disso, a prioridade dada ao ensino regular acaba por desfalcocar a parceria dos governos com as APAEs e Pestalozzi.

Nesse contexto, a presente proposta recorre à destinação de um percentual ínfimo da arrecadação das loterias federais – que têm sido crescentes nos últimos anos –, para que contribuam com as associações beneficiadas, reduzindo a aflição dos seus gestores educacionais diante da carência de pessoal capacitado às funções que desempenham.

Deve-se considerar que as APAEs já recebem participação das loterias federais, porém ainda não suficientes diante do grande número de instituições beneficiadas. Os dados mais recentes da direção de Loterias da Caixa Econômica indicam que em 2013 foram repassados apenas R\$ 366 mil às APAEs de todo o país e à Cruz Vermelha, montante insuficiente diante das carências e necessidades reais das quase 3.000 instituições hoje em funcionamento.

A opção pelas duas instituições citadas se dá, não apenas por serem as duas mais antigas, em termos de existência, e tradicionais, mas especialmente pela sua abrangência nacional e por atenderem pessoas com deficiência intelectual, justamente o tipo de deficiência que tem dificuldade na inclusão e no atendimento educacional regular.

Tanto as APAEs como as PESTALOZZI atuam na formação do indivíduo globalmente, ou seja, mesmo aquele indivíduo que não consegue se alfabetizar para decifrar códigos, poderá receber a qualificação profissional e ser incluído no mercado profissional.

O reconhecimento nacional e até mesmo internacional de ambas as instituições é notório e, sem dúvida, tal legislação, após sua efetiva aprovação, será um ganho real para auxiliar o trabalho que realizam e contará com o apoio da sociedade que tanto necessita dessas instituições para seus filhos que são excluídos do ambiente escolar.

Com o objetivo de amenizar as dificuldades financeiras dessas entidades, especialmente em relação ao atendimento dos alunos com deficiência mental, apresentamos a presente proposta a fim de destinar um ponto percentual do total da arrecadação das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAEs e para as Associações Pestalozzi.

Os recursos deverão ser deduzidos do prêmio bruto para não ter qualquer impacto no rateio dos demais beneficiários legais e têm destinação exclusiva no atendimento dos alunos com deficiência mental.

Caberá ao Tribunal de Contas da União a fiscalização da aplicação dos recursos pelas entidades beneficiadas, devendo o Ministério da Educação encaminhar, nos primeiros noventa dias de cada ano, relatório sobre as atividades desenvolvidas, demonstrativo da execução da despesa e da receita, número de alunos atendidos e outras informações que julgar pertinentes.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos ilustres pares no sentido da aprovação desta proposta.

Sala das Sessões,

ROMÁRIO
Senador/PSB-RJ

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.)

PROJETO DE RESOLUÇÃO**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 32, DE 2015**

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para disciplinar a designação dos membros de comissão parlamentar de inquérito.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 145.**

.....

§ 5º Publicado o requerimento, o Presidente oficiará às lideranças dos partidos políticos e dos blocos parlamentares para, no prazo de cinco dias úteis, indicarem os seus representantes na comissão, observada a proporcionalidade prevista no art. 78.

§ 6º Encerrado o prazo previsto no § 5º, o Presidente designará os membros da comissão parlamentar de inquérito, de acordo com as indicações recebidas, ou de ofício, no caso de representantes dos partidos e blocos que não tenham feito a indicação.

§ 7º Na hipótese de o Presidente não atender ao disposto no § 6º no prazo de quinze dias úteis, a Mesa do Senado Federal se reunirá obrigatoriamente, às onze horas do primeiro dia útil subsequente, com a presença de, no mínimo, dois de seus integrantes, para proceder às designações, realizando sorteio entre os membros dos partidos e blocos que não tenham feito a indicação, observada a proporcionalidade prevista no art. 78.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em memorável decisão tomada nos autos dos Mandados de Segurança nºs 24.831 e 24.849, em 22 de junho de 2005, cujo relator foi o eminente Ministro Celso de Mello, o Supremo Tribunal Federal consagrou o entendimento de que a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) é um direito das minorias e que

a prerrogativa institucional de investigar, deferida ao Parlamento (especialmente aos grupos minoritários que atuam no âmbito dos corpos legislativos), não pode ser comprometida pelo bloco majoritário existente no Congresso Nacional e que, por efeito de sua intencional recusa em indicar membros para determinada comissão de inquérito parlamentar (ainda que fundada em razões de estrita conveniência político-partidária), culmine por frustrar e nulificar, de modo inaceitável e arbitrário, o exercício, pelo Legislativo (e pelas minorias que o integram), do poder constitucional de fiscalização e de investigação do comportamento dos órgãos, agentes e instituições do Estado, notadamente daqueles que se estruturam na esfera orgânica do Poder Executivo.

Em decorrência, o Excelso Pretório afirmou que, atendidos os requisitos constitucionais para a criação de uma CPI – subscrição do requerimento de sua constituição por, no mínimo, 1/3 dos membros da Casa Legislativa; indicação de fato determinado a ser objeto de apuração; e temporariedade da comissão parlamentar de inquérito –, cumpre ao Presidente da Casa adotar os procedimentos subsequentes e necessários à efetiva instalação do colegiado, inclusive, se necessário, a designação, de ofício, de seus membros.

Ocorre que, até o momento, esse entendimento não foi positivado em nossa Lei Interna, que permanece silente sobre os procedimentos a serem tomados quando a maioria se omite nas providências para a instalação de uma CPI.

Assim, estamos apresentando este projeto de resolução do Senado (PRS), com o objetivo de deixar claros os procedimentos para a instalação de uma CPI, inclusive na hipótese de o Presidente da Casa não exercer o seu poder-dever com a rapidez necessária.

Com isso, eliminaremos todas as dúvidas que ainda cercam as questões envolvendo a criação e instalação de uma CPI e daremos condições para que esse instrumento fundamental para o Poder Legislativo exerça a sua competência fiscalizadora possa funcionar de forma eficaz, na direção de dar pleno cumprimento ao texto constitucional.

Sala das Sessões,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

(Ficarà perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas.)

ABERTURA DE PRAZO

Abertura do prazo de 5 dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao **Projeto de Resolução nº 32, de 2015**.

COMUNICAÇÕES

A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 11 horas, destinada a comemorar o cinquentenário das atividades da TV Globo, nos termos do **Requerimento nº 459, de 2015**.

A Presidência designou a Senadora Regina Sousa para integrar pelo Bloco de Apoio ao Governo a Comissão Especial para análise do **PLS nº 131, de 2015**, nos termos do **Ofício nº 94, de 2015**.

É o seguinte o Ofício:



SENADO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

Ofício nº 094/2015 – GLDBAG

Brasília, 04 de agosto de 2015

*Designo
à Publicação.
Em 4/8/2015*

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a **Senadora Regina Sousa** para a composição da Comissão Especial para Análise do PLS 131, de 2015, em vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador Acir Gurgacz
Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 143/15-GLPSDB

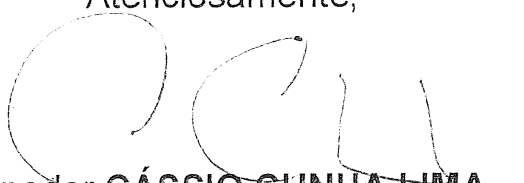
Brasília, de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores **FLEXA RIBEIRO** e **ATAIDES OLIVEIRA** para integrarem, como titulares, em substituição aos Senadores **CÁSSIO CUNHA LIMA** e **PAULO BAUER** a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 681 de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 144/15-GLPSDB


Brasília, de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **DALÍRIO BEBER** para integrar, como suplente, a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 681 de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 145/15-GLPSDB


Brasília, de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores **ALVARO DIAS** e **ATAÍDES OLIVEIRA** para integrarem, como titulares, em substituição aos Senadores **CÁSSIO CUNHA LIMA** e **PAULO BAUER** a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 682 de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 146/15-GLPSDB


Brasília, de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores **PAULO BAUER**, em substituição ao Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, e **FLEXA RIBEIRO** para integrarem, como suplentes, a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 682 de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 147/15-GLPSDB

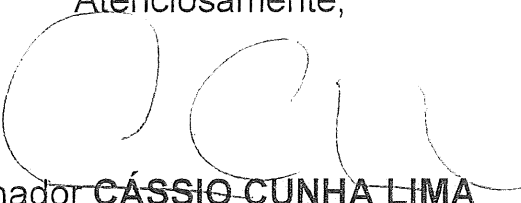
Brasília, de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores **TASSO JEREISSATI** e **ANTONIO ANASTASIA** para integrarem, como titulares, em substituição aos Senadores **CÁSSIO CUNHA LIMA** e **PAULO BAUER** a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 683 de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 148/15-GLPSDB

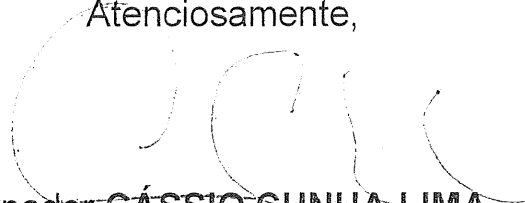
Brasília, de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **CÁSSIO CUMHA LIMA** para integrar, como suplente, a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 683 de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 149/15-GLPSDB


Brasília, de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **DALÍRIO BEBER** para integrar, como titular, em substituição ao Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA** a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 684 de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 150/15-GLPSDB


Brasília, de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador **CÁSSIO CUMHA LIMA** para integrar, como suplente, a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 684 de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 151/15-GLPSDB

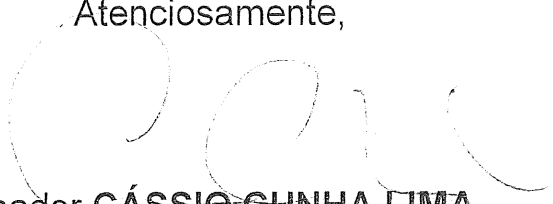
Brasília, de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores **TASSO JEREISSATI** e **ANTONIO ANASTASIA** para integrarem, como titulares, em substituição aos Senadores **CÁSSIO CUNHA LIMA** e **PAULO BAUER** a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 685 de 2015.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

Gabinete da Liderança do PSDB

Ofício nº 152/15-GLPSDB


Brasília, de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico os Senadores **DALÍRIO BEBER**, em substituição ao Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, e **FLEXA RIBEIRO** para integrarem, como suplentes, a Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 685 de 2015.

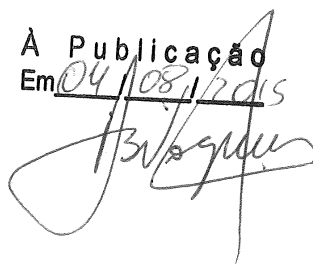
Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,



Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional

A Publicação
Em 04/08/2015


Ofício nº 051/2015-CCS

Brasília, 03 de agosto de 2015

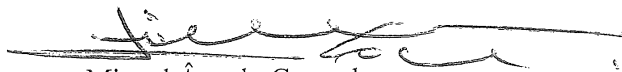
A Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

**Assunto: comunica renúncia de membro suplente do Conselho de Comunicação Social
do Congresso Nacional.**

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, em atendimento ao art. 11 do Regimento Interno do Conselho de Comunicação Social, comunico a Vossa Excelência que recebi carta do Conselheiro Lourival Santos, datada de 28 de julho de 2015, comunicando sua renúncia à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

Respeitosamente,



Miguel Ângelo Cançado
Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional



SENADO FEDERAL
CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO
DE MÉRITO JORNALÍSTICO

Ofício PJRM nº 001/2015

Brasília, 04 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Renan Calheiros**
Presidente do Senado Federal

publicar.
Em 04/08/15
Senador Zeri Damasceno
2º Secretário

Assunto: instalação do Conselho do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico e eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Senhor Presidente,

Com minhas homenagens, comunico a Vossa Excelência a instalação do Conselho do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico, instituído pela Resolução do Senado Federal nº 8, de 2009, em sua 1ª reunião realizada nesta data, bem como a escolha do meu nome para a Presidência e da Senadora Ana Amélia para a Vice-Presidência deste órgão.

Aproveito o ensejo para manifestar a Vossa Excelência a expressão do meu apreço e distinta consideração.

Respeitosamente,

minh A.

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**
Presidente do Conselho do Prêmio
Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico

AVISOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– **Aviso nº 781-GP/TCU, de 2015**, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.662/2015, referente a fiscalização de obras de implantação das Usinas Eólicas de Coxilha Seca, Capão do Inglês e Galpões, em Santana do Livramento/RS.

– **Aviso nº 791-GP/TCU, de 2015**, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.703/2015 e do Acórdão 3.375/2013-TCU-Plenário, referentes a obras do Residencial do Canal do Jordão, em Jaboatão dos Guararapes/PE.

São os seguintes os Avisos e os respectivos Acórdãos encaminhados:

Aviso nº 781-GP/TCU

Em 17 de julho de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Acórdão nº 1662/2015 (acompanhado dos respectivos Relatório e Voto), para conhecimento, em especial quanto ao disposto no subitem 9.3 da mencionada Deliberação, proferida pelo Plenário deste Tribunal, na Sessão de 8/7/2015, ao examinar o processo nº TC-003.210/2015-4, que trata de fiscalização das obras de implantação das Usinas Eólicas de Coxilha Seca, Capão do Inglês e Galpões, em Santana do Livramento/RS.

Respeitosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

ACÓRDÃO Nº 1662/2015 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 003.210/2015-4.
2. Grupo I – Classe de Assunto: V – Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessado: Congresso Nacional
 - 3.2. Responsável: Eurides Luiz Mescolotto (185.258.309-68).
4. Órgão/Entidade: Eletrosul Centrais Elétricas S. A.
5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica (SeinfraEle).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos Relatório de Auditoria no âmbito do Fiscobras 2015, cujo escopo foi fiscalizar a regularidade da aplicação dos recursos públicos, bem como os prazos de execução das obras de implantação das Usinas Eólicas de Coxilha Seca, Capão do Inglês e Galpões, em Santana do Livramento/RS. ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator em:

- 9.1. determinar à Eletrosul, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU que providencie, mensalmente, a partir da prolação deste Acórdão, o preenchimento e encaminhamento a esta Corte da ficha de informações, cujo modelo consta ao final do achado 3.2, a fim de permitir o acompanhamento da execução física e financeira do empreendimento;
- 9.2. dar ciência à Eletrosul Centrais Elétricas S.A, nos termos do art. 4º da Portaria - Segecex 13/2011, de que o risco assumido pela empresa em decorrência da inexistência de garantias contratuais adicionais para fazer face

aos adiantamentos de pagamentos previstos na cláusula oitava e no anexo XIII dos contratos firmados com a Gamesa Eólica Brasil Ltda., para a execução dos Parques Eólicos de Coxilha Secas (Contrato n. 1106140025), Capão do Inglês (Contrato n. 1106140024) e Galpões (Contrato n.1106140026), afronta ao art. 38 do Decreto nº 93.872/1986 e poderá ensejar a responsabilização dos seus gestores ante eventuais danos decorrentes da inadimplência da contratada, além de ensejar a aplicação de multa, nos termos dos arts. 57 e 58, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 267 e 268, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.3. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo, Segecex, que informe ao Congresso Nacional que não foram verificadas irregularidades que se enquadrem no conceito de IGP na implantação das Usinas Eólicas Coxilha Seca, Capão do Inglês e Galpões, todas no Município de Santana do Livramento/RS, decorrentes do Leilão de Geração A-3 nº 009/2013 – ANEEL, sob a responsabilidade da Eletrosul Centrais Elétricas S.A.;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Eletrosul Centrais Elétricas S.A, à Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras, ao Ministério de Minas e Energia, à Agência Nacional de Energia Elétrica, à Secretaria do Tesouro Nacional, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ao Ministério da Fazenda, à Casa Civil da Presidência da República, ao Senado Federal, por meio das Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), como também à Câmara dos Deputados, por meio das Comissões de Minas e Energia (CME) e de Defesa do Consumidor (CDC);

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Secex-SC, para conhecimento e eventual consideração, em suas futuras ações de controle, da possibilidade de avaliar a contribuição do desempenho da Assessoria de Implantação de Projetos, no âmbito da Diretoria de Engenharia (AIP/DE/Eletrosul), para a consecução dos objetivos dos empreendimentos por ela acompanhados;

9.6. arquivar o presente processo, com fulcro no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata nº 27/2015 – Plenário.

11. Data da Sessão: 8/7/2015 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1662-27/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro (Relator), José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

Assinado Eletronicamente

Aroldo Cedraz

Presidente

Assinado Eletronicamente

Raimundo Carreiro

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

PAULO SOARES BUGARIN

Procurador-Geral

Aviso nº 791-GP/TCU

Brasília, 22 de julho de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.703/2015 (acompanhado da respectiva instrução técnica) prolatado pelo Plenário deste Tribunal, na Sessão de 15/7/2015, ao apreciar o processo nº TC-003.615/2012-0.

Consoante o subitem 1.9.1 do mencionado Acórdão, envio-lhe também cópia do Acórdão nº 3.375/2013-TCU-Plenário, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentaram.

Respeitosamente,

A Sua Excelência o Senhor

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente do Congresso Nacional

Brasília -DF

ACÓRDÃO Nº 1703/2015 -TCU -Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, na forma do art. 143, V, 'a' do RI/TCU e de acordo com a instrução da Se infra Urbana (peça 119), ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumpridas as deliberações contidas no item 9.1 do acórdão 3.375/2013-TCU-Plenário, prolatado no processo abaixo relacionado.

1. Processo TC-003.615/2012-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA/MONITORAMENTO)

1.1. Apenso: 001.291/2014-9 (SOLICITAÇÃO); 031.839/2013-4 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Adriana Cardoso dos Santos (056.001.614-09); Alexandre Cordeiro Macedo (635.707.771-20); Ana Cristina Mello de Souza (473.627.314-34); Caixa Econômica Federal -Caixa (00.360.305/0003-63); Companhia Estadual de Habitação e Obras -Cehab (03 .206.056/000 1-95); Construtora Saint Enton Ltda. (11.561.313 /0002-16); Gustavo José Barros Gurgel (023.833.474-00); Jorge Fontes Hereda (095.048.855-00); Nilton da Mota Silveira Filho (440.339.154-00); Poliana de Araújo Barbosa (027.840.474-07).

1.3. Interessado: Congresso Nacional.

1.4. Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal; Ministério das Cidades e Companhia Estadual de Habitação e Obras do Governo do Estado de Pernambuco.

1.5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (Se infraUrbana).

1.8. Advogados constituídos nos autos: Alberto Cavalcante Braga (OAB/DF 9.170) e outros, peça 86; Paulo Roberto Coêlho Lócio (OAB/PE 19.642), peça 14.

1.9. Determinações à unidade técnica:

1.9.1. enviar cópia desta deliberação ao Congresso Nacional, ao Ministério das Cidades, à Gerência de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal em Recife/PE e à Companhia de Habitação e Obras (Cehab), juntamente com a cópia do acórdão 3.375/2013-TCU-Plenário;

1.9.2. arquivar os autos e encerrar o processo.

Dados da Sessão: Ata nº 28/2015 -Plenário Data: 15/7/2015 -Ordinária Relator: Ministro-Substituto WEDERDE OLIVEIRA Presidente: Ministro AROLDO CEDRAZ Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício LUCAS ROCHA FURTADO

TCU, em 15 de julho de 2015.

ACÓRDÃO Nº 3375/2013 -TCU -Plenário

Processo nº TC 003.615/2012-0.

Grupo I -Classe V -Assunto: Relatório de Auditoria (Monitoramento).

Interessado/Responsáveis :

3.1. Interessado: Congresso Nacional

Responsáveis: Adriana Cardoso dos Santos (056.001.614-09); Alexandre Cordeiro Macedo (635.707.771-20); Ana Cristina Mello de Souza (473.627.314-34); Caixa Econômica Federal (00.360.305/0003-63); Companhia Estadual de Habitação e Obras - Cehab (03.206.056/0001-95); Construtora Saint Enton Ltda. (11.561.313/0002-16); Gustavo José Barros Gurgel (023.833.474-00); Jorge Fontes Hereda (095.048.855-00); Nilton da Mota Silveira Filho (440.339.154-00) e Poliana de Araújo Barbosa (027.840.474-07).

Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal; Governo do Estado de Pernambuco; Ministério das Cidades e Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab).

Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

Representante do Ministério Público: não atuou

Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Saneamento (SecobEnergia).

Advogado constituído nos autos: Alberto Cavalcante Braga (OAB/DF 9.170) e outros, peça 86; Paulo Roberto Coêlho Lócio (OAB/PE 19.642), peça 14.

Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento das determinações exaradas no subitem 9.1 do Acórdão 1483/2012 -TCU -Plenário, que deliberou sobre o exame do edital da concorrência 9/2011, referente à obra de construção do Residencial do Canal do Jordão, em Jaboatão dos Guararapes/PE, objeto do contrato de repasse 0222.639-96/2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. determinar à Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab) do Governo do Estado de Pernambuco que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote medidas necessárias às alterações no contrato resultante do edital da Concorrência 09/2011 e apresente ao Tribunal no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o respectivo aditivo contratual, o qual deve considerar:

9.1.1. empregar os preços unitários da planilha orçamentária apresentada ao Tribunal na nota técnica Cehab 04/2012;

9.1.2. corrigir os quantitativos a maior dos serviços de concreto armado relacionados na planilha orçamentária do contrato, na forma a seguir:

9.1.2.1. item 0204 -Concreto armado pronto, fck 25 MPa condição a (NBR 12655), lançado em fundações e adensado, inclusive forma, escoramento e ferragem: 1.517,44m³;

9.1.2.2. item 0301 -Concreto armado pronto, fck 25 MPa, condição a (NBR 12655), lançado em pilares e adensado, inclusive forma, escoramento e ferragem: 617,28m³;

9.1.2.3. item 0302 -Concreto armado pronto, fck 25 MPa, condição a (NBR 12655), lançado em vigas e adensado, inclusive forma, escoramento e ferragem: 1.250,16m³;

9.1.2.4. item 0303 -Concreto armado pronto, fck 25 MPa, condição A (NBR 12655), lançado em qualquer tipo de estrutura e adensado, inclusive forma, escoramento e ferragem: 689,55m³;

9.1.3. alternativamente à correção determinada no subitem anterior, a Cehab poderá justificar, por meio de memorial de cálculo, a adoção de quantitativos diferenciados, de forma a eliminar o sobrepreço de R\$ 345.247,34 (trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e sete reais e trinta e quatro centavos) decorrente de quantitativo inadequado dos serviços;

9.2. enviar cópia desta deliberação ao Ministério das Cidades, à Gerência de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal em Recife/PE e à Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab);

9.3. restituir os autos à SecobEnergia para que conclua a análise da documentação a ser apresentada pela Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab).

10. Ata nº 48/2013 -Plenário.

11. Data da Sessão: 4/12/2013 -Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3375-48/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Berljamin Zymler, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

(Assinado Eletronicamente)
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
WEDER DE OLIVEIRA
Relator

Fui presente:
(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral

Os avisos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

MENSAGEM DA PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Mensagem nº 8 de 2015-CN (Mensagem nº 268/2015, na origem) que encaminha, em cumprimento ao art. 52 da Lei nº 13.080, de 2015, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao terceiro bimestre de 2015.

São as seguintes a mensagem e a exposição de motivos:

Mensagem nº 268

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 52 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, encaminho a Vossas Excelências o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao terceiro bimestre de 2015, destinado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Brasília, 22 de julho de 2015.

Dilma Rousseff

EM Interministerial nº 00104/MP/MF

Brasília, 22 de Julho de 2015.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. O art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF, dispõe que, se verificado ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública União - DPU promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO.

2. A Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, LDO-2015, por sua vez, estabelece em seu art. 52 que, caso seja necessário efetuar limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da LRF, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do MPU e da DPU até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre.

3. A Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, Lei Orçamentária Anual de 2015, LOA-2015, foi publicada no dia 22 de abril de 2015, posteriormente ao prazo legal para envio do Relatório de avaliação das receitas e despesas primárias relativo ao primeiro bimestre aos Demais Poderes, ao MPU e à DPU, estabelecido pelo § 4º do art. 52 da LDO-2015. Dessa forma, o relatório não foi elaborado, pois não havia como analisar a variação da reestimativa de receitas e despesas, já que a lei orçamentária não havia sido aprovada, e nem havia medidas a serem tomadas na ocasião, já que o orçamento só podia ser executado apenas para as despesas autorizadas no art. 53 da LDO-2015, as quais integravam a programação do Projeto de Lei Orçamentária de 2015.

4. Encerrado o segundo bimestre, em cumprimento ao art. 9º da LRF, procedeu-se à revisão das estimativas das receitas e despesas primárias, considerando-se parâmetros macroeconômicos atualizados e dados realizados até abril de 2015, em sua maioria. O resultado dessa avaliação indicou a necessidade de redução dos limites de empenho e de movimentação financeira, no montante de R\$ 70.881,1 milhões, para todos os Poderes. Os resultados dessa avaliação foram operacionalizados, no âmbito do Poder Executivo, pelo

Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015.

5. O primeiro semestre de 2015 foi desafiador para a economia brasileira e para as contas públicas. Em função de vários choques que ocorreram desde o final de 2014, o cenário macroeconômico mostrou-se adverso levando a grande frustração da estimativa de receitas. O primeiro choque, que se deu ainda em 2014, foi a acentuação da queda do preço das commodities. Pelo lado doméstico, a crise hídrica mais grave da história do país combinada com a crise do setor de construção civil produziu forte incerteza sobre o cenário macroeconômico e os indicadores de confiança continuaram a apresentar deterioração, levando a uma redução ainda mais acelerada da atividade econômica.

6. Do ponto de vista externo, o Fundo Monetário Internacional (FMI), atualizou em julho de 2015 as projeções do World Economic Outlook – WEO, reduzindo as expectativas de crescimento econômico mundial, de 3,5% para 3,3% em 2015, causada pela revisão das projeções de crescimento econômico de vários países emergentes. No caso do Brasil, o FMI espera crescimento de -1,5% para 2015, contra -1,0% divulgado em abril, valor da mesma ordem de grandeza das expectativas oficiais. Já para 2016, o Fundo projeta crescimento de 0,7%, ou 0,3p.p. menor do que a estimativa anterior.

7. A meta de superávit primário do setor público consolidado não financeiro para 2015, fixada inicialmente em R\$ 66,3 bilhões, equivalente a 1,2% do PIB, foi definida quando da revisão da LDO em dezembro de 2014. Naquele momento, o governo e o mercado trabalhavam com expectativa de obtenção de um superávit primário de 0,19% do PIB em 2014 e crescimento de 0,80% do PIB em 2015 (conforme apontado pelo relatório Focus de 21/11/2014).

8. Para garantir que essa meta fosse atingida, o governo adotou um amplo conjunto de medidas para reduzir despesas e para recuperar a arrecadação.

9. No âmbito do controle dos gastos, destacam-se: (i) aumento das taxas de juros em diversas linhas de crédito para reduzir os subsídios pagos pelo Tesouro Nacional; (ii) racionalização dos gastos de diversos programas de governo, com revisão das metas; (iii) fim do subsídio à CDE no valor de R\$ 9,0 bilhões; (iv) revisão das regras de pensão por morte e auxílio doença e; (v) revisão do seguro defeso, do seguro desemprego e do abono salarial. Adicionalmente, deve-se considerar o contingenciamento das despesas discricionárias no valor de R\$ 70,9 bilhões.

10. Com relação à receita, destacam-se as seguintes medidas: (i) elevação da alíquota do IPI para automóveis, móveis, laminados e painéis de madeira e cosméticos; (ii) PIS/Cofins sobre importação; (iii) IOF-Crédito para pessoa física; (iv) PIS/Cofins e CIDE sobre combustíveis; (v) PIS/Cofins sobre receitas financeiras das empresas e; (vi) correção de taxas e preços públicos.

11. Além disso, foram enviadas propostas legislativas que visam o aumento da arrecadação: (i) o projeto de Lei 863/2015, que reverte parte da desoneração da folha de pagamento e; (ii) a Medida Provisória 675, que aumenta a CSLL cobrada das instituições financeiras de 15% para 20%.

12. Apesar de todas essas medidas adotadas pelo governo, desde dezembro de 2014, não se observou, até junho, retorno do superávit primário para o nível previsto inicialmente, em função da grande frustração da estimativa de receitas, decorrente de vários choques que ocorreram desde o final de 2014.

13. Nesse contexto, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional Projeto de Lei que altera a LDO-2015 no sentido de reduzir a meta de resultado primário. O presente relatório de avaliação bimestral já considera o projeto de lei em questão. Em termos nominais, o Projeto de Lei encaminhado fixa a meta de superávit primário do setor público não financeiro consolidado para 2015 em R\$ 8.747,0 milhões, equivalente a 0,15% do PIB, sendo R\$ 5.831,0 milhões do Governo Central.

14. É importante destacar que a nova meta proposta não prejudica e não altera o ajuste perene na política fiscal que está sendo implementado com vistas a pavimentação do caminho para a obtenção de superávits primários relevantes no médio e longo prazo. Dada a situação econômica atual do Brasil, uma contenção imediata ainda maior das despesas, para compensar a forte frustração de receitas, mostra-se inviável e contraproducente, pelo seu impacto nas próprias políticas públicas que ficariam comprometidas, bem como tornaria ainda mais grave a dinâmica econômica e a própria situação fiscal.

15. A nova meta de resultado primário para 2015 está inserida numa estratégia mais ampla para gerar superávits consistentes e sustentáveis no futuro, mantendo a trajetória da dívida e o perfil de risco do Brasil em uma situação satisfatória.

16. Findo o terceiro bimestre, em cumprimento ao art. 9º da LRF, foram reavaliadas as receitas e as despesas primárias do Governo Federal, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de junho de 2015, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com a política econômica vigente.

17. Em relação aos parâmetros macroeconômicos, a previsão para 2015 do crescimento real do PIB foi

reduzida de -1,20% para -1,49%, sendo que tal queda impacta o mercado de trabalho e consequentemente a taxa de crescimento da massa salarial nominal, que acabou sendo revista de 4,83% para 1,74%. O índice de inflação (IPCA) passou de 8,26% para 9,0%. Nesse cenário semelhante ao de mercado, a estimativa de inflação sugere certa persistência em 2015, refletindo o realinhamento dos preços administrados e a desvalorização cambial.

18. A revisão da estimativa da receita líquida de transferências a estados e municípios demonstra decréscimo de R\$ 46,7 bilhões em relação à mesma estimativa constante do Relatório de Avaliação das receitas e despesas primárias do 2º bimestre, com destaque para a frustração nas Receitas Administradas pela RFB/MF, inclusive na arrecadação líquida para o RGPS.

19. Quanto às despesas primárias de execução obrigatória, houve acréscimo de R\$ 11,4 bilhões, sendo que os maiores aumentos nas projeções dessas despesas foram observados nas seguintes estimativas: Abono e Seguro Desemprego, Créditos Extraordinários, Sentenças Judiciais e Precatórios e Benefícios da Previdência.

20. Em relação à nova projeção do déficit do RGPS de R\$ 88,9 bilhões, apresentou elevação de R\$ 16,1 bilhões, em função da estimativa de frustração da receita previdenciária em R\$ 14,7 bilhões, combinada com o incremento na projeção da despesa em R\$ 1,4 bilhão.

21. Adicionalmente, conforme mencionado, considera-se a redução da meta de resultado primário do setor público consolidado não financeiro, em R\$ 57,6 bilhões, de forma que a meta do Governo Central passa a ser de R\$ 5,8 bilhões.

22. Diante da combinação dos fatores citados, mostra-se necessária a redução dos limites de empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias em relação aos limites constantes da Avaliação do 2º bimestre, conforme demonstrado a seguir:

R\$ milhões

Discriminação	Variações em relação à Avaliação do 2º Bimestre
1. Receita Primária Total	(46.391,4)
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	292,2
3. Receita Líquida de Transferências (1-2)	(46.683,6)
4. Despesas Obrigatórias	11.364,4
5. Alteração da Meta	(49.448,0)
6. Despesas discricionárias (3-4-5)	(8.600,0)
6.1. Poder Executivo	(8.474,6)
6.2. Demais Poderes	(125,4)

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

23. Isso posto, submetemos à consideração de Vossa Excelência o relatório de avaliação das receitas e despesas primárias relativo ao terceiro bimestre de 2015, em anexo, elaborado em observância ao disposto no art. 52, da LDO-2015, propondo seu encaminhamento à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, bem como cópia aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MPU e à DPU.

Respeitosamente,

NELSON BARBOSA

Ministro de Estado do
Planejamento, Orçamento e Gestão

JOAQUIM LEVY

Ministro de Estado da
Fazenda

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

Calendário de tramitação (art. 120, Res. 1 de 2006-CN):

Leitura: 4/8/2015

Até 9/8 prazo para publicação da matéria;

Até 24/8 prazo para apresentação de relatório e projeto de decreto legislativo;

Até 31/8 prazo para apresentação de emendas ao projeto de decreto legislativo; e

Até 7/9 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

Aviso nº 318, de 22 de julho de 2015, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, em resposta ao **Requerimento nº 430, de 2015**, de informações, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Aviso nº 265, de 24 de julho de 2015, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao **Requerimento nº 338, de 2015**, de informações, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Aviso nº 266, de 24 de julho de 2015, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao **Requerimento nº 999, de 2014**, de informações, de autoria do Senador Ricardo Ferraço.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Senadores requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.



SENADO FEDERAL

AVISO Nº 55, DE 2015

(Nº 211/2015, NA ORIGEM)

Brasília, 18 de junho de 2015.

À Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: Relatório do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior. Programa de Recompra de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

No contexto da execução do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, de que trata a Resolução do Senado Federal nº 20, de 16 de novembro de 2004, e em cumprimento ao seu art. 3º, encaminhamos a Vossa Excelência Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

Atenciosamente,


Joaquim Vieira Ferreira Levy
Ministro de Estado da Fazenda



Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

**ASSUNTO: RELATÓRIO DE
EXECUÇÃO EM ATENDIMENTO AO
DISPOSTO NO ART. 3º. DA
RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL
Nº 20, DE 16/11/2004.**

1. Ao amparo da Resolução nº 20 do Senado Federal, de 16/11/2004, o Tesouro Nacional vem dando continuidade ao “Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira”, objetivando resgatar antecipadamente títulos de emissão da República, com a finalidade de melhorar o perfil do passivo externo brasileiro e consolidar a curva de juros da dívida externa.

2. Em atendimento ao art. 3º da referida Resolução, relatamos que, no bimestre março/abril de 2015, foram efetivadas recompras pelo Tesouro Nacional, no montante de US\$ 76,74 milhões, em valores financeiros, correspondendo a US\$ 58,66 milhões, em valor de face (Quadro 1), concluídas em 18 de maio. Em valor de face, foram retirados aproximadamente 0,85% do estoque em mercado (posição de 28 de fevereiro de 2015) dos títulos alvo da presente recompra. No Gráfico 1, apresentamos o percentual retirado do mercado, por título recomprado.



Relatório de execução – 2/3

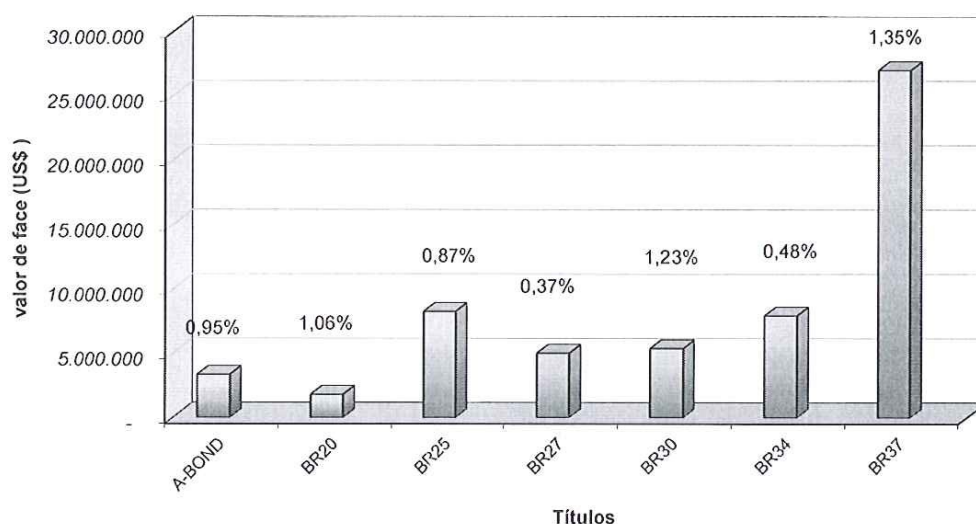
QUADRO 1: RECOMPRAS EFETUADAS EM MAR/ABR 2015

(EM US\$)

Ativo	Valor de Face	Valor Juros	Valor Ágio	Pagamento Total
A-BOND	3.333.333	36.296	296.667	3.666.296
BR20	1.791.000	45.671	727.146	2.563.817
BR25	8.250.000	59.549	2.563.750	10.873.299
BR27	5.000.000	203.906	2.605.000	7.808.906
BR30	5.365.000	23.733	3.728.675	9.117.408
BR34	7.917.000	99.850	2.069.157	10.086.007
BR37	27.000.000	403.948	5.225.000	32.628.948
Total geral	58.656.333	872.953	17.215.395	76.744.681

Fonte: Tesouro Nacional – CODIP/CODIV

GRÁFICO 1: PERCENTUAL RETIRADO DO MERCADO EM MAR/ABR 2015



Fonte: Tesouro Nacional – CODIP/CODIV

3. Os títulos listados no Quadro 1 foram objeto de recompra antecipada, por possuírem cupons elevados, não mais condizentes com a condição atual de financiamento soberano no mercado externo, gerando redução total no fluxo de pagamento de juros e amortização, até os respectivos vencimentos, de aproximadamente US\$ 80,21 milhões, em valores correntes. No Quadro 2 a seguir, informamos as principais características dos títulos recomprados.

*Relatório de execução – 3/3*

QUADRO 2: CARACTERÍSTICAS DOS TÍTULOS RETIRADOS

Títulos	Vencimento	cupom (%a.a.)
A BOND	15/01/2018	8%
BR20	15/01/2020	12,75%
BR25	04/02/2025	8,75%
BR27	15/05/2027	10,125%
BR30	06/03/2030	12,25%
BR34	20/01/2034	8,25%
BR37	20/01/2037	7,125%

Fonte: Tesouro Nacional - CODIV

4. Ressalta-se que os ativos foram recomprados no mercado secundário, segundo a avaliação do Tesouro Nacional, em linha com a finalidade de melhorar o perfil do passivo externo e consolidar a curva de juros da dívida externa.

Em, 18 de junho de 2015.



Marcelo Barbosa Saintive
Secretário do Tesouro Nacional

À COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Aviso nº 256, de 20 de julho de 2015, do Ministro de Estado da Fazenda, em resposta ao **Requerimento nº 340, de 2015**, de informações, de autoria do Senador Roberto Requião.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Senador requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

Ofício nº 37, de 23 de julho de 2015, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em resposta ao **Requerimento nº 416, de 2015**, de informações, de autoria do Senador Romero Jucá e de outros Srs. Senadores.

Ofício nº 175, de 28 de julho de 2015, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em resposta ao **Requerimento nº 547, de 2015**, de informações, de autoria do Senador Aécio Neves.

Ofício nº 495, de 22 de julho de 2015, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, em resposta ao **Requerimento nº 149, de 2015**, de informações, de autoria do Senador Roberto Rocha.

Ofício nº 22.140, de 22 de julho de 2015, do Ministro de Estado das Comunicações, em resposta ao **Requerimento nº 374, de 2015**, de informações, de autoria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.

PUBLICAÇÃO DE PARECERES

A Presidência comunica ao Plenário que foram publicados, em avulsos eletrônicos e no Diário do Senado Federal, do dia 18 do mês passado, os **Pareceres do Congresso Nacional de números 30 a 48, de 2015**, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pelo conhecimento e subsequente arquivamento das seguintes matérias:

- **nº 30 de 2015**, sobre as **Mensagens do Congresso Nacional nºs 115 de 2009, 125 de 2010, 90 de 2011 e 95 de 2012**, referentes a Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual;
- **nº 31 de 2015**, sobre as **Mensagens do Congresso Nacional nºs 42 de 2013 e 12 de 2014**, referentes a Relatórios de Avaliação do Plano Plurianual;
- **nº 32 de 2015**, sobre o **Aviso do Congresso Nacional nº 20 de 2006**, referente a Acórdão do TCU sobre Limitação de Empenho e Movimentação Financeira da União;
- **nº 33 de 2015**, sobre o **Ofício do Congresso Nacional nº 19 de 2015**, referente a Relatório da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq;
- **nº 34 de 2015**, sobre os **Avisos do Congresso Nacional nºs 15, 32 e 50 de 2009, e nº 2 de 2010**, referentes a operações de redesconto e empréstimo do Banco Central do Brasil;
- **nº 35 de 2015**, sobre os **Avisos do Congresso Nacional nºs 25 de 2012 e 6 de 2013**, referentes a Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil;
- **nº 36 de 2015**, sobre o **Ofício do Congresso Nacional nº 32 de 2013** e o **Aviso nº 4 de 2014**, referentes a Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil;
- **nº 37 de 2015**, sobre os **Avisos do Congresso Nacional nºs 18 de 2014 e 2 de 2015**, referentes a Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil;
- **nº 38 de 2015**, sobre os **Ofícios do Congresso Nacional nºs 15, 30 e 40 de 2014, e 10 de 2015**, referentes a Relatórios Gerenciais Trimestrais do BNDES;
- **nº 39 de 2015**, sobre os **Ofícios do Congresso Nacional nºs 16 e 9 de 2014**, referentes a Relatórios Gerenciais Trimestrais do BNDES;
- **nº 40 de 2015**, sobre os **Ofícios do Congresso Nacional nºs 23 de 2014 e 8 de 2015**, referentes a Relatórios de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO);
- **nº 41 de 2015**, sobre o **Aviso do Congresso Nacional nº 3 de 2008**, referente a Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União;
- **nº 42 de 2015**, sobre os **Avisos do Congresso Nacional nºs 23 e 36 de 2010, e nºs 5 e 6 de 2011**, referentes a Relatórios de Atividades do Tribunal de Contas da União;
- **nº 43 de 2015**, sobre os **Avisos do Congresso Nacional nºs 20 e 24 de 2011**, referentes a Relatórios de Atividades do Tribunal de Contas da União;
- **nº 44 de 2015**, sobre os **Avisos do Congresso Nacional nºs 13, 17, 20 de 2013, e nº 5 de 2014**, referentes a Relatórios de Atividades do Tribunal de Contas da União;
- **nº 45 de 2015**, sobre os **Avisos do Congresso Nacional nºs 11, 14, 19 de 2014, e nºs 3 e 5 de 2015**, referentes a Relatórios de Atividades do Tribunal de Contas da União;

- **nº 46 de 2015**, sobre o **Ofício do Congresso Nacional nº 21 de 2015**, referente a Relatório Gerencial Trimestral do BNDES;
- **nº 47 de 2015**, sobre o **Aviso do Congresso Nacional nº 2 de 2014**, referente a Prestação de Contas do Gestor Federal do SUS; e
- **nº 48 de 2015**, sobre o **Ofício do Congresso Nacional nº 20 de 2015**, referente a Relatório de Resultados e Programação do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE). (**Vide item 3 do Sumário**)

Os processados de todas as matérias referidas irão ao arquivo.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu, neste instante, passo a direção dos trabalhos ao Senador Donizeti, porque sou a próxima oradora inscrita, para falar no período de Liderança.

A Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Donizeti Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com a palavra, então, a Senadora Vanessa Grazziotin, no uso do tempo de Liderança do PCdoB.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Donizeti. Srs. Senadores, Srªs. Senadoras, companheiros e companheiras.

Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna para fazer dois registros importantes. O primeiro, relacionado a uma solenidade que aconteceu às 11 horas da manhã no Palácio do Planalto. Eu infelizmente não pude ir, estava até esse momento coordenando os trabalhos do Seminário da Vigilância Sanitária do Brasil, seminário coordenado pela Agência de Vigilância Sanitária, organizado pela Anvisa, e que acontece anualmente. E sempre a realização se dá no Parlamento.

O seminário estava acontecendo no auditório Petrônio Portela, desta Casa, e tem como objetivo não só o debate sobre o planejamento do trabalho da Anvisa, mas muito da prestação de contas desse trabalho. Segundo os diretores e o seu Presidente, Dr. Jarbas, o seminário tem como principal objetivo prestar contas aos Parlamentares do trabalho desenvolvido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Os trabalhos foram interrompidos às 11 horas da manhã, para que todos os participantes pudessem estar no Palácio do Planalto participando da solenidade alusiva aos dois anos do Programa Mais Médicos, ou seja, o Programa Mais Médicos completa dois anos. Creio que um programa de tamanha magnitude e importância como foi e como é esse programa merece, sim, um espaço para uma avaliação. Eu repito: o Programa Mais Médicos não é um programa que tenha tratado apenas de levar médicos a todos os Municípios brasileiros, mas é um programa que também contempla – e principalmente – a ampliação da formação de profissionais médicos no nosso Brasil.

No Senado Federal – é bom que se registre –, nós temos debatido muito esse tema no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. Já ouvimos o Ministro Chioro, coordenadores do programa, tivemos inúmeros debates acerca do desenvolvimento desse programa, e os dados são extremamente positivos, Sr. Presidente.

Quero destacar a coragem que teve a Presidenta Dilma, há dois anos, de propor um programa de tamanha dimensão como o Programa Mais Médicos, sabendo, principalmente, de como ela sofreria oposição não da sociedade brasileira ou do povo brasileiro, mas oposição, principalmente, dos profissionais médicos brasileiros. Mesmo com aquela oposição das entidades médicas brasileiras e, num primeiro momento, com um projeto, um programa não bem entendido pela população brasileira, a própria população brasileira, na medida em que ela entendia o que significava o Programa Mais Médicos, passou a apoiar o programa. Hoje, após dois anos da sua implementação, eu repito, Sr. Presidente, os números são extremamente positivos para o Brasil e para a população brasileira.

Veja V. Exª: são 4.058 municípios hoje assistidos pelo Programa Mais Médicos, em torno de 73% dos Municípios brasileiros integram o Programa Mais Médicos. São 63 milhões de pessoas assistidas pelo Programa Mais Médicos, são 63 milhões de brasileiros e brasileiras beneficiados, portanto, com esse programa.

Hoje, nós já temos mais de 18.200 médicos inscritos e trabalhando nos programas...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... nesses 4.058 Municípios e 34 distritos sanitários indígenas, distritos especiais sanitários indígenas.

E, Sr. Presidente, de acordo com o Ministério da Saúde, esses são dados de que nós temos conhecimento e domínio, uma boa atenção básica à saúde é responsável, resolve aproximadamente 80% dos problemas de saúde. E eu repito, uma boa assistência básica à saúde resolve 80% dos problemas de saúde no nosso Brasil.

Essa iniciativa, Sr. Presidente, pretende até o ano 2017 – é isso o que determina a lei que nós aprovamos, e é bom que se diga, sem nenhuma oposição, não tivemos votos contrários, eu não me lembro do registro de votos contrários –, a legislação prevê até o ano de 2017 a criação de 11.500 novas vagas de graduação em cursos de Medicina e 12.400 novas vagas de residência médica até o ano de 2018. Já foram autorizadas até o presente momento 4.680 novas vagas de graduação, das 11.500 previstas, e em torno de 1.350 novas vagas, das quais, dessas 4.680, 1.340 em universidades públicas e as restantes em instituições privadas.

Eu aqui abro um parêntese para falar que a expansão dos cursos de Medicina e das faculdades de Medicina está prevista para o Brasil inteiro, e de forma interiorizada, o que é mais importante, porque, além, Sr. Presidente, de o Brasil ter um percentual e uma proporção de médicos em relação à população inferior à preconizada pela Organização Mundial de Saúde, inferior à de países vizinhos, por exemplo, há um problema maior, que é o de concentração desses profissionais da área de saúde nos grandes centros e nas grandes cidades, e uma ausência completa, ou significativa, desses profissionais no interior do Brasil.

Então veja, não dá para dizer que no Brasil existe 1,8 médico por mil habitantes, porque, na realidade, se a gente for ver a distribuição desses médicos no Brasil, vamos perceber rapidamente que eles se concentram nos grandes centros, nas grandes cidades brasileiras, que, aliás, sofrem também pela falta de médicos na sua periferia e na sua área rural, Sr. Presidente. Mas essas vagas que o Governo brasileiro abre e permite que sejam abertas no setor privado e expande nas universidades públicas é uma decisão que considero estruturante, importantíssima e fundamental para o desenvolvimento do País, com uma assistência digna à saúde dos brasileiros e das brasileiras.

Tomo como exemplo o meu Estado do Amazonas, Sr. Presidente, até a década de 90, praticamente até a década de 80, era um Estado que tinha apenas uma universidade e uma universidade pública federal que era a Universidade Federal do Amazonas, sediada na capital, sem *campus* no interior. Foi a partir da década de 90 que os *campi* começaram a ser criados no interior, e, no meu Estado, tivemos a criação da Universidade Estadual do Amazonas.

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas, até esse período, tínhamos somente uma universidade. Hoje, temos uma universidade federal e uma estadual, mas uma federal que, cada vez mais, está presente em Municípios do interior. O Município de Coari, Sr. Presidente, receberá, porque os procedimentos já estão em curso, a primeira faculdade pública de Medicina do interior do Estado do Amazonas – parece pouco, mas isso é muito significativo e é muito importante.

Para quem nos ouve, Sr. Presidente, falando do Estado do Amazonas, um Estado que tem somente 62 Municípios, contando com a capital, de difícil acesso todo ele, um Município em relação ao outro, contar com uma faculdade de Medicina no interior era algo inimaginável até há pouco tempo. Pois isso foi propiciado pelo programa Mais Médicos. Então, eu quero aqui dizer da importância desse programa para o Brasil inteiro e, sobretudo, para aquela população que vive em áreas mais isoladas, do Norte e do Nordeste de nosso País. Recentemente, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, o Ministério da Saúde promoveu uma pesquisa, e o nível de aceitação, o nível de aprovação ao programa é elevadíssimo e ultrapassa a casa dos 87%.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de dizer que, na última escolha, na última seleção dos Mais Médicos ocorrida agora no ano de 2015, em que aproximadamente 4.150 vagas foram disponibilizadas, 92% dessas vagas foram preenchidas por médicos brasileiros formados no Brasil,...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... repetindo um dado que considero extremamente importante, porque os primeiros profissionais do programa Mais Médicos que vieram e aderiram ao programa foram profissionais de fora do Brasil, grande parte deles de Cuba que vieram através do convênio da Opas. Pois esse ano a chamada que colocou em disposição mais de 4.150 vagas dispôs 92% dessas vagas preenchidas por médicos brasileiros formados no Brasil. Isso é importante, Sr. Presidente – isso é muito importante! E os frutos desse programa não apenas colhemos agora, mas seguiremos colhendo nos próximos anos.

Portanto, cumprimento nossa Presidenta pela lucidez, pela coragem em criar um programa tão exitoso, tão importante para o povo brasileiro. Nenhuma cidade no Brasil – nenhuma cidade! – tem mais zero médicos, como havia numa realidade recente. E isso é importante.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, a senhora pode ter certeza, Senadora, de que, nessa cidade do interior do Amazonas, o curso de Medicina vai fazer a diferença, do ponto de vista, inclusive, de mudar a face econômica do Município. Tenho experiência própria no Estado de Tocantins, na cidade de Gurupi, em que o curso de Medicina mudou a economia local. Então, isso é muito importante não só pelo fato de que há mais vaga para se estudar Medicina, mas pelo fato de que o curso lá nesse Município vai fazer uma intervenção econômica muito positiva para aquela região.

Vamos passar a palavra agora ao Senador José Medeiros, em nome do Bloco do PPS, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pelas mídias sociais, pela Rádio Senado e pela TV Senado, o que me traz à tribuna hoje é um assunto que já se tornou recorrente no Estado de Mato Grosso. São as interdições das rodovias. E, sempre que essas interdições ocorrem ou estão prestes a ocorrer, independentemente de questão partidária ou copartidária, tenho buscado agir de forma preventiva, de forma a alertar o Governo Federal para que o País não fique parado por problemas menores.

E o Estado de Mato Grosso tem sido apenado constantemente por problemas de interdições nas rodovias, quer sejam elas por populações indígenas, quer sejam por movimentos sociais na luta pela terra. Mas recentemente eu senti, no Estado, uma movimentação dos movimentos sociais. E busquei, através da Comissão da Agricultura, trazer integrantes do Incra – o Senador Donizete, inclusive, participou de algumas reuniões, buscando audiência com as pessoas do MDA, do Incra.

Mas, infelizmente, tudo aquilo que tínhamos, Sr. Presidente, acabou acontecendo. Essas pessoas foram para cima das rodovias. No Mato Grosso já caminhamos para o décimo dia de interdições, e, no caso do Estado, é muito grave, porque ali existem apenas dois corredores que ligam o sul do País ao norte do País, que passam ali por Mato Grosso – são poucas as rodovias.

É um Estado que vive da sua agricultura, que vive da exportação dessa agricultura. Mesmo para locomoção das pessoas, as rodovias são imprescindíveis. Lógico, os movimentos sabendo disso, buscam resolver os seus conflitos, invadindo as rodovias.

Agora, o que a gente pede encarecidamente é que o Incra possa se antecipar a isso. A gente sabia que havia um conflito muito grande a respeito da Diretoria da Presidência do Incra no Estado do Mato Grosso.

Pois bem, essas pessoas vieram aqui. Fomos a uma audiência aqui no Incra em Brasília, e eles passaram. Houve, em um momento, a intenção de ser trocada ali a superintendência, mas eles esperaram quase dois meses.

Agora o conflito está lá instalado. E é uma dificuldade até para conseguir. Eu passei agora no recesso tentando resolver essa questão e, após um dia de muita dificuldade em conseguir falar, fiquei sabendo que o Incra daqui também estava invadido e que eles estavam atendendo em uma sala no MDA.

O País não pode ficar à mercê dessas coisas. Às vezes, problemas menores, problemas muito pequenos travam o País. Nós estamos em um momento de crise, Senador Donizete, em que qualquer coisa nos fragiliza; qualquer navio que deixa de embarcar por atraso é prejuízo para o País, e nós temos órgãos com funcionários, com toda uma estrutura que está aí pra resolver essas coisas.

Agora eu acho até que não seria – acho, não, tenho certeza – o caso de eu estar aqui tomando o momento dos Parlamentares, e eu já vi vários outros também se preocupando com essa questão, para tratarmos de assuntos quando há órgãos para resolvê-los. Está lá agora, o problema está instalado. Esperamos que o Governo Federal, o Ministério da Justiça, que o MDA possam se debruçar sobre esse tema, porque, o que o cidadão mato-grossense quer é paz; ele quer tranquilidade, para se locomover; quer usufruir do seu sagrado direito de ir e vir. Chega disso, é impossível!

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Já concluo, Sr. Presidente.

Agora, neste momento, sendo objetivo, eles estão pedindo que seja trocado. Bem, saiu a portaria hoje de substituição do Presidente, mas disseram que vão continuar invadindo e agora agregaram as invasões também aos indígenas, porque não querem interventor. Então, o que a gente pede aqui e solicita é que o Incra possa se debruçar e dar a seriedade necessita esse problema, para que o Estado não fique pagando por, eu diria, quase uma desídia do órgão em resolver os problemas que devem ser resolvidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senador José Medeiros. Parece que teremos a oportunidade amanhã de nos encontrarmos aqui com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, que vai passar o dia despachando aqui no Senado. Será um importante momento para debatermos com ele sobre isso.

Para dar continuidade à nossa lista de oradores, vamos chamar a Senadora Gleisi Hoffmann, do PT, do Paraná, para fazer uso da palavra.

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem nos ouve pela Rádio Senado, quem nos assisti pela TV Senado, quero aqui fazer um cumprimento. Estamos reiniciando os trabalhos da Casa, recomeçamos ontem as sessões, hoje começam nossas sessões deliberativas. Vamos ter temas importantes para discutir.

A responsabilidade deste Parlamento, do Congresso Nacional, é muito grande com o País. E espero, sinceramente, que o Congresso, o Senado da República esteja à altura dessa responsabilidade, dando as respostas de que precisamos, votando as matérias que são necessárias, para que a gente tenha o equilíbrio econômico-financeiro e, sobretudo, retomemos o nosso desenvolvimento econômico.

E é sobre a economia que gostaria de falar um pouco aqui, a economia que tenho visto no cotidiano. Quando terminamos nossa sessão legislativa e saímos de recesso, para voltarmos agora, os debates aqui sempre estavam muito acalorados, com críticas muito ferrenhas ao momento da economia brasileira, dizendo que nós estávamos no pior dos momentos. Lembro-me até de um debate que fiz com o Senador Aloysio Nunes em que ele dizia que o Brasil estava numa situação realmente muito ruim da economia, estava quebrado, com dificuldades, e eu dizia a ele: tenho lido algumas matérias de jornais que estão atestando o contrário, em alguns setores, do que V. Ex^a está falando. E falava para ele sobre investimentos estrangeiros, falava para ele sobre o desenvolvimento na área da agricultura, trocávamos essas ideias.

E eu queria contar aqui um fato muito interessante que aconteceu comigo nesse recesso e que eu acho que ilustra bem a situação que nós estamos vivendo e a necessidade de nós termos um olhar diferenciado para este momento.

Eu estava em uma farmácia, aqui em Brasília, no domingo, onde fui fazer uma compra, e encontrei um conhecido que trabalhou comigo na Câmara dos Deputados, quando eu trabalhava lá, quando o Paulo Bernardo era Deputado Federal. Ele me encontrou, me cumprimentou, eu perguntei como ele estava, e ele disse que estava bem, mas que estava muito preocupado com o momento do País; que estava tudo muito ruim, que o Brasil realmente – e ele trabalha na área de orçamento – estava indo por um caminho extremamente perigoso, que a nossa economia estava ruim. Enfim, ele pintou o caos e terminou assim: “eu tenho cidadania espanhola e vou para a Espanha”. Eu devo ter feito uma cara muito estarrecida, porque ele disse assim: “para a Espanha, sim, porque lá eles já tiraram o nariz para fora”. Aí eu virei para ele e disse assim: mas eu nunca soube que nós estivemos com o nariz para dentro ou tampado, aqui no Brasil, porque os índices de desemprego que a Espanha apresentou ao mundo – de 40% entre a juventude e de mais de 20% na sua população economicamente ativa – nós não chegamos e não chegaremos a ter no Brasil.

Pelo que me consta, o Brasil soube enfrentar a crise internacional – que se iniciou lá em 2008, com a quebra do Lehman Brothers, com o sistema financeiro americano – muito melhor do que a Espanha. Podemos ter gasto mais recursos do orçamento, ter investido mais em programas sociais, ter feito gastos maiores, talvez, que os recomendáveis, mas nós seguramos as pontas aqui, não passamos pelo o que a Espanha passou. A Espanha colocou as pessoas para fora de casa. Quem não conseguia pagar a sua casa, o seu financiamento, o banco chegava lá e colocava para fora. Nós não tivemos nenhuma situação dessas.

Então, eu disse assim para ele: nós não estamos com o nariz tampado para que você me diga uma coisa dessas. Aí, ele continuou insistindo: “Não, mas nós estamos em crise, sim. Veja o setor da construção civil. Eu tenho um filho que é engenheiro e uma filha que também trabalha nessa área, no setor de construção, e eu me preocupo com eles”. Aí eu disse assim: que eu saiba, o setor da construção civil, o setor da engenharia não está em crise. Eu não tenho aqui, mas não tenho nenhum dado de que nós tenhamos problemas com desemprego na área de engenharia. Ele disse: “Ah, agora não, mas podemos ter no futuro, porque o Brasil não tem infraestrutura, a Espanha tem.” Eu digo: mais um motivo para pensarmos diferente; como não temos infraestrutura, vamos precisar de muitos engenheiros.

Eu disse para ele: eu coordenei na Casa Civil o Plano de Investimento em Logística. Nós tínhamos dificuldade de ter engenheiro para fazer projeto básico para poder licitar concessão no País. E, não sei se você sabe, a Presidenta acabou de lançar o Plano de Investimento em Logística 2, exatamente para que a gente tenha investimento em infraestrutura. Então, o senhor pode ficar muito tranquilo porque não faltará emprego para os seus filhos nos próximos anos. Nós vamos, sim, precisar de profissionais da área de engenharia. Aliás, a Presidenta vai lançar o Minha Casa, Minha Vida 3. Três milhões de habitações populares terão que ser feitas. Isso responde a quem precisa de habitação e, sobretudo, responde ao mercado da construção civil.

Estou contando isso porque, às vezes, a gente passa a fazer uma avaliação da realidade nem sempre pelo que estamos vivendo, mas muitas vezes pelo que os outros comentam – e muitas vezes induzidos por notícias negativas. Se ligarmos a televisão hoje, todos os telejornais, indistintamente, trazem um monte de notícia negativa e poucas notícias positivas. O que eu quero dizer com isso? Você liga o jornal, dá a impressão de que você está no pior país, que vai acabar a economia brasileira. Que não vamos mais ter emprego, que não temos mais condições de ter desenvolvimento econômico, que não vamos mais ter programas sociais. Aí, você vai andar no País – e eu fiz isso muito no recesso, agora, no interior do meu Estado – e não é isso que a gente encontra.

Não estou dizendo aqui que não temos dificuldade econômica. Aumentou o nosso índice de desemprego, aumentou a inflação – você vai ao mercado e vê que as coisas estão mais caras –, o valor do crédito aumentou. Claro, estamos com dificuldades. Aumentou o preço da luz. Mas daí a dizer, Sr. Presidente, que estamos na maior crise financeira e econômica dos últimos tempos, que tudo é o pior dos últimos 12 anos, dos últimos 15 anos? Espera aí! Isso é uma avaliação política em cima de uma dificuldade econômica. E isso pode gerar crise.

Então, escrevi um artigo sobre isso e publiquei no meu Face, publiquei num blogue do Paraná, e um comentarista do Facebook disse assim: “Lembra, Ministra, quando diziam” – me chamou de Ministra – “Lembra, Ministra, quando diziam ‘imagina na Copa’? Agora, quando é para dar uma notícia boa na economia” – porque falam tanto que temos uma crise –, “falam ‘apesar da crise’”. Aí eu fiquei pensando e digo: é verdade.

Eu fui Ministra-Chefe da Casa Civil no momento em que a gente preparava a Copa do Mundo. Nós tínhamos lá o grupo que cuidava da área de segurança, o grupo que cuidava da área de infraestrutura, o grupo que acompanhava os estádios; tínhamos isso muito bem organizado. Mas todas as matérias de jornais sobre a Copa diziam que ela daria errado no Brasil, que não tínhamos condições de fazer a Copa, que éramos incompetentes, incapazes, que a Copa não ia sair. E, quando se via, às vezes, um aeroporto cheio, o pessoal dizia: “Imagina na Copa!” Quando havia um problema de segurança: “Imagina na Copa!” Isso permeou o discurso antes da Copa.

Bem, veio a Copa. E nós fizemos uma das melhores Copas do mundo dos últimos tempos, elogiadíssima internacionalmente. Conseguimos ter uma boa segurança, os estádios estavam prontos, a infraestrutura, a rede hoteleira, a receptividade brasileira. O Brasil deu um *show* na Copa do mundo. Aí, depois, vieram questionar a questão dos valores, a questão do padrão FIFA, mas o fato é que o “imagina na Copa” não se realizou. Agora, estamos no “apesar da crise”.

Esse “apesar da crise” tem me incomodado, porque as pessoas não estão conseguindo olhar a realidade para saber distinguir o que é um problema, uma dificuldade econômica que temos, e que é conjuntural, do que é, efetivamente, uma crise estrutural na nossa economia. Porque crise nós já tivemos. Quem não se lembra do momento em que tivemos a retirada do dinheiro da poupança? Quem não se lembra da crise de desemprego que chegava a 13%? Quem não se lembra de crise em que as pessoas não tinham o que comer, quando nós tínhamos 30 milhões de pessoas...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... no desemprego? Quem não se lembra disso? Isso era crise. Nós devíamos para o Fundo Monetário Internacional, andávamos de pires na mão, não tínhamos reservas externas, não tínhamos um colchão de proteção social. Aquilo era crise; hoje, não. Hoje, temos dificuldades econômicas, mas temos respostas e saídas para a nossa economia.

E, aí, em razão dessas críticas todas e do debate que se deu a respeito desse tema na rede social, eu pedi à assessoria do meu gabinete para fazer um levantamento na imprensa escrita de notícias que pudessem nos falar um pouco de questões positivas da economia. Achei até que iam ser poucas as notícias. É bem verdade que todas estavam escondidas, ou seja, o espaço nobre dos jornais não era para elas. O espaço nobre dos jornais era para as notícias ruins, crises. Mas dessas notícias nós fizemos a discussão e...

(Interrupção do som.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Mas essas notícias existiram, e eu quero dar alguns exemplos. E, mesmo assim, elas vinham com o “apesar da crise”.

Então, começa assim:

“Apesar da crise financeira, há como seguir realizando investimentos no Brasil.”

“Economia criativa – setor cresce e salários também.”

“Vale volta ao lucro depois de três trimestres no vermelho.”

“Apesar da crise, investidores garantem portos no Estado.”

“Em sua 1ª edição, Fenin Fashion Rio movimentou mercado da moda em tempos de crise.”

“Supermercados ignoram a crise e abrem 8000 vagas.”

"Embraer registra lucro líquido de R\$405 milhões."
"Lucro líquido da Ambev cresce 27% no trimestre."
"Após três trimestres seguidos de perdas, Vale lucra mais."
"Lucro do Santander no Brasil sobe R\$1,6 milhões."
"Apesar da crise, lucro do Bradesco cresce."

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – "Toyota busca 500 trabalhadores para fábricas."
"BRF, Renner e Magazine Luiza têm lucro no 2º trimestre."
"Brasília registra crescimento na construção civil gerando 11 mil empregos em junho."
"Audi do Brasil bate recorde."
"WEG tem mais um trimestre com balanço positivo."
"Cielo lucra R\$869 milhões."
"Grupo anuncia mais 11 concessionárias no Espírito Santo: Toyota, Jeep, Land Rover, Mercedes e Lexus."
"GM investirá R\$6,5 bilhões."
"Dez anos depois, Dunkin' Donuts volta ao Brasil."
"Onze cidades que estão gerando empregos apesar da crise."
"Brasil atinge meta do milênio em redução de pobreza."
"O desemprego no Brasil e na Europa: onde mesmo está a crise?"
E aí por diante.
Aliás, a última notícia que tivemos é de que os investimentos estrangeiros cresceram no Brasil. Ora...

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... um país em crise profunda e estrutural não traz investimentos estrangeiros. Não traz.

Ontem a manchete do *Valor Econômico* era de que as empresas, apesar da crise, estavam crescendo em receita de dois dígitos.

Portanto, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, o que quero problematizar, pontuar, neste Senado, nesta tribuna, e debater é exatamente sobre a forma com que estamos avaliando o nosso País. Nós não estamos numa crise estrutural. Nós estamos passando um momento de dificuldade.

Agora, se nós persistirmos no pessimismo, se o Congresso Nacional não der base e apoio para que o Governo faça as medidas necessárias para que enfrentemos este momento, se nós não tivermos o entusiasmo para investir, para consumir e ficarmos com o discurso de paralisia, aí nós vamos entrar na crise.

É aquela velha máxima: se você quer que um banco quebre, diga que ele está quebrado.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Portanto, o apelo que faço a este Congresso, a este Senado que volta do recesso é o de que tenhamos responsabilidade com o País.

O que votarmos aqui, achando que vamos votar... Ou se os setores votarem, achando que vão votar para serem contrários à Presidenta, para serem contrários ao PT, para serem contrários ao Governo que está aí, vão votar sendo contrários ao Brasil.

Temos um País que venceu desafios enormes e tenho certeza de que vamos vencer os desafios que temos agora.

Portanto, que o "apesar da crise", que está sendo divulgado como o "imagina na Copa", não passe disto: não passe de um jargão negativo, cujo tamanho a história vai mostrar exatamente.

Mas, para isso, precisam de nós, dos agentes políticos – dos Senadores, dos Deputados, dos dirigentes deste País. Precisam do otimismo, da esperança...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – ... do otimismo, da esperança, mas principalmente da responsabilidade com o futuro brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigada, Senadora Gleisi Hoffmann.

Vamos ouvir, pela Liderança da oposição, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, este assunto poderia ser considerado cansativo e seria cansativo, não fosse a energia que nos transferem os aposentados do Aerus, que sofrem, há anos, injustiças indescritíveis e incompreensíveis.

Nós acompanhamos esse calvário dos aposentados do Aerus há muitos anos. Recentemente, lograram êxito em decisão judicial e voltaram a receber os seus proventos aposentados e pensionistas. Repentinamente, o Governo alega falta de recursos e interrompe o pagamento das aposentadorias e pensões.

É inadmissível que isso possa ocorrer! Houve uma decisão judicial que impõe ao Governo o pagamento. Não cabe à Justiça determinar como deve o Governo pagar; cabe ao Governo equacionar a questão administrativa, cumprir a decisão judicial e pagar, rigorosamente em dia, as aposentadorias e pensões desses trabalhadores.

Na tarde de hoje, Sr. Presidente, eu faço desta tribuna mais um registro dessa via-crúcis percorrida pelos pensionistas do fundo de pensão Aerus. Eu peço a V. Ex^a que considere lido na íntegra esse documento que é mais uma demonstração cabal da violação dos direitos dos pensionistas do Aerus. Eu faço referência a uma carta encaminhada ao Diretor-Superintendente da Previc, Sr. Carlos de Paula, pela pensionista Maria Aparecida do Carmo Zanollo Ciruelos. Não farei a leitura na íntegra, mas faço referência a alguns tópicos dessa correspondência.

(...)

Minha condição de pensionista foi obtida no momento em que meu esposo adquiriu o seu direito à aposentadoria pelo AERUS. De acordo com a decisão judicial, eu deveria estar recebendo, porém não estou.

O falecimento dele ocorrido após as liquidações dos planos, não altera minha condição de pensionista. Perceba, senhor superintendente, quando ele estava vivo nós recebíamos a sua aposentadoria. Agora que ele faleceu, eu não devo receber minha pensão?

Para além da ausência dele, terei que sobreviver sem os recursos de pensionista? Os quais, diga-se de passagem, ele contribuiu para me dar uma tranquilidade quando ele partisse.

Sei que além de mim, há centenas de outras pessoas, todas idosas com o mesmo sofrimento [e nós nos referimos exatamente a essas centenas de pessoas].

E, por qual motivo venho pedir providências ao Senhor? Para além de a PREVIC ser o Órgão Fiscalizador dos fundos de pensão, tive acesso às respostas que o Senhor Liquidante do AERUS passou para a FENTAC, por intermédio da PREVIC.

Estou horrorizada com o que está escrito [diz esta senhora]. E por isso venho me manifestar. O AERUS informou à PREVIC que está efetuando o pagamento para os aposentados...

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) –

... e para pensionistas.

Trata-se de informação que não corresponde com a verdade. Sou pensionista e não estou sendo contemplada pela decisão judicial. Espero uma justificativa clara e objetiva, sobre qual motivo não sou mais considerada pensionista ou por qual motivo nada recebi da decisão judicial, já que estou incluída.

(...)

Sr^a Maria Aparecida Ciruelos.

Sr. Presidente, eu fiz a leitura dessa correspondência exatamente para apresentar mais um retrato da insensibilidade do Governo em relação a esses aposentados. A indignação que permeia essas famílias se justifica em razão do sofrimento. São muitos anos de sofrimento, são muitos anos de descaso, são muitos anos de injustiça.

Nós devemos deliberar sobre um projeto da Comissão de Orçamento que consta da pauta da sessão do Congresso Nacional. Assim que o Congresso Nacional se reunir, deveremos deliberar sobre esse projeto que oferece ao Governo, ao Poder Executivo, o mecanismo legal para o pagamento das aposentadorias e pensões que não estão sendo pagas neste momento. Há meses, esses aposentados e pensionistas estão sobrevivendo com dificuldade ímpar, já que não recebem as suas aposentadorias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida: – Carta da Srª Maria Aparecida do Carmo Zanovello Ciruelos ao Diretor-Superintendente da Previc.



*Ilustríssimo Senhor Carlos de Paula
Diretor Superintendente da PREVIC*

Eu Maria Aparecida do Carmo Zanovello Ciruelos, brasileira, viúva, participante do FUNDO AERUS na condição de pensionista venho por meio deste ofício, requerer providências diante da minha situação perante o FUNDO AERUS, como passo a descrever.

Sou participante do FUNDO AERUS na condição de pensionista. Meu esposo, Emir Ciruelos, falecido em 5 de julho de 2013 estava na condição de aposentado desde 1987.

Mesmo após a liquidação dos planos VARIG e TRANSBRASIL, no ano de 2006, meu esposo recebia valores do FUNDO AERUS, apesar da enorme redução da aposentadoria sofrida por todos os aposentados.

O Sindicato Nacional dos Aeronautas e a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Transbrasil obtiveram, perante o Poder Judiciário, decisão de urgência determinando que a União mantenha o pagamento devido pelo AERUS da forma mensal para os aposentados e pensionistas.

No entanto, para a minha surpresa, apesar do meu esposo já ter adquirido a condição de aposentado antes das liquidações, o AERUS decidiu por não realizar meus pagamentos, conforme determinou a decisão judicial.

Minha condição de pensionista foi obtida no momento em que meu esposo adquiriu o seu direito à aposentadoria pelo AERUS. De acordo com a decisão judicial, eu deveria estar recebendo, porém não estou.

O falecimento dele ocorrido após as liquidações dos planos, não altera minha condição de pensionista. Perceba, senhor superintendente, quando ele estava vivo nós recebíamos a sua aposentadoria. Agora que ele faleceu, eu não devo receber minha pensão?

Para além da ausência dele, terei que sobreviver sem os recursos de pensionista? Os quais, diga-se de passagem, ele contribuiu para me dar uma tranquilidade quando ele partisse.

Sei que além de mim, há centenas de outras pessoas, todas idosas com o mesmo sofrimento.

E, por qual motivo venho pedir providências ao Senhor? Para além de a PREVIC ser o Órgão Fiscalizador dos fundos de pensão, tive acesso às respostas que o Senhor Liquidante do AERUS passou para a FENTAC, por intermédio da PREVIC.

Estou horrorizada com o que está escrito. E por isso venho me manifestar. O AERUS informou à PREVIC que está efetuando o pagamento para os aposentados e para pensionistas.

Trata-se de informação que não corresponde com a verdade. Sou pensionista e não estou sendo contemplada pela decisão judicial. Espero uma justificativa clara e objetiva, sobre qual motivo não sou mais considerada pensionista ou por qual motivo nada recebi da decisão judicial, já que estou incluída.

Na certeza de vossa atenção, solicito resposta ao pedido de providências o quanto antes possível.

*Maria Aparecida do Carmo Zanovello Ciruelos
CPF: 057.397.998-72*

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Dando continuidade à nossa lista de oradores, vamos ouvir a Senadora Lídice da Mata, para o seu pronunciamento nesta tarde.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, retornando à nossa atividade no Congresso Nacional, especialmente no Senado Federal, eu gostaria de voltar hoje a falar sobre as dificuldades do setor cacauero no Brasil, especialmente na Bahia, dos produtores de cacau do nosso País.

A insistência no tema, Sr. Presidente, é porque, na última semana, houve um reforço ao apelo que já havíamos feito nesta tribuna no dia 9 de julho, último dia em que usei a tribuna antes do recesso, para que seja revisado o regime de importação de amêndoa do cacau, conhecido como regime de *drawback*. Há sobre a mesa um requerimento, de nossa autoria, de informações para o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) nesse sentido.

Agora, no dia 29 de julho, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) pediu ao Conselho Consultivo do Setor Privado (Conex) que seja feita a revisão do regime de *drawback* para o setor de cacau. Por esse instrumento, o País importa insumos isentos de tributação para industrialização de produtos destinados à exportação. Acontece, Srs Senadores, que com a retomada do crescimento de produção de cacau pelo Brasil, faz-se necessário revisar tal política para garantir uma concorrência leal e evitar a desestruturação do nosso mercado interno.

A decisão da CNA vai ao encontro do que reivindicaram os produtores à Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, em reunião da qual participei com a Senadora Ana Amélia, Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa, com os Senadores Valdir Raupp, Wellington Fagundes e José Medeiros, além do Deputado federal Beбето Galvão, do nosso Partido e também da Bahia. Nessa reunião, que aconteceu no dia 17 de junho, encaminhamos diversos pleitos do setor, inclusive esse. Aliás, a Ministra demonstrou grande interesse nesse assunto.

Na sequência, em 9 de julho, apresentei pedido de informação a ser encaminhado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para obter dados sobre os impactos do regime aduaneiro de *drawback* do cacau. Nesse sentido, Sr. Presidente, apelo a V. Ex^a para que agilize a liberação desta proposição que se encontra sobre a mesa desta Casa desde aquele período e que necessita ser encaminhada ao Ministério do Desenvolvimento para que possamos obter as respostas que nos interessam, que interessam à Comissão de Agricultura, aos Senadores cujos Estados são produtores de cacau, como é o meu caso no Estado da Bahia, e principalmente aos produtores de cacau do Brasil.

Além disso, tratamos também de outras questões relacionadas à produção cacauera que estão na ordem do dia do setor, como a necessidade de reestruturação da Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), com a garantia de que possamos ter um novo concurso para recompor o quadro de pessoal. A Ministra nos garantiu que está rediscutindo todo esse setor da Ceplac, da Embrapa e de outras empresas da área da agricultura em nosso País, buscando dar-lhe um desenho mais harmônico e mais eficiente, certamente atenta à situação e à necessidade que temos de ter respostas ainda este ano, para que não se comece a ameaçar a existência de uma instituição com tantos serviços prestados ao Brasil, como é o caso da Ceplac.

Já a análise de risco de pragas do cacau importado de países africanos é outro tema pelo qual a CNA também pediu ao Ministério da Agricultura que faça revisão e que também foi tratado por nós naquela audiência. Essa é uma preocupação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau. Nós estamos sempre em contato, através da nossa assessoria e diretamente, conversando com o Presidente da entidade, o Sr. Guilherme Moura, que lembra que a cacauicultura passa por um momento de retomada significativa de crescimento e que, assim, a possível entrada de uma nova praga “botaria por terra todo o trabalho do setor”, que não foi pequeno, para recuperar a produção de cacau em nosso País.

Entre as pragas mais conhecidas que atingem a produção cacauera, estão a monília, o broto inchado e a vassoura-de-bruxa, sendo que a última afetou grande parte da produção no final da década de 80. Nós da Bahia vivemos uma verdadeira situação de terror, com a expansão da praga da vassoura-de-bruxa exterminando grande parte da nossa lavoura em nosso Estado e levando à miséria milhares de trabalhadores do cacau e também de produtores de cacau em nosso Estado.

E é neste momento em que essa recuperação se dá, agora agregando novos valores, com uma compreensão amadurecida do setor produtor de cacau, que nós estamos colocando essas questões e essa preocupação, com a necessidade de estarmos muito atentos, através da Vigilância Sanitária, à exportação de um cacau, que não pode permitir nenhum tipo de contaminação da nossa produção.

Com este breve pronunciamento, Sr. Presidente, eu quero reiterar que estamos atentos, acompanhando a movimentação dos cacauicultores do nosso País e à disposição para continuar defendendo o que for melhor para o setor.

É importante frisar que, além da retomada do crescimento da atividade, o cacauicultor baiano e brasileiro hoje tem um novo perfil, com foco empresarial, preocupado em agregar valor ao produto, visando à melhoria de renda de toda a cadeia produtiva. Prova disso é que hoje o chocolate brasileiro tem reconhecimento internacional. O Brasil é o quinto produtor mundial e o terceiro maior consumidor mundial do produto derivado da fruta.

Foi nesse sentido que apresentei o PLS 93/2015, que estabelece o percentual mínimo de 35% de cacau nos chocolates e derivados e que torna obrigatória a informação sobre o percentual total de cacau nos rótulos desses produtos. É um projeto que vai ao encontro tanto de estimular a produção cacaueira em nosso País, quanto de defender o direito do consumidor de conhecer o produto que ele está consumindo.

Por tudo isso, Sr. Presidente, eu reitero aqui a minha disposição de, neste segundo semestre, dar continuidade à nossa luta, para que esse debate sobre o percentual mínimo de cacau, de amêndoa de cacau no chocolate possa ser debatido e aprovado pelo Senado Federal, pela importância de darmos competitividade ao chocolate brasileiro na concorrência internacional.

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Temos visto o investimento de outros países que estavam atrás do Brasil na produção de cacau, países inclusive da América Latina, que hoje disputam, em igualdade de condições, com o Brasil e que têm garantias de uma de uma qualidade no chocolate que o nosso produto precisa também ganhar, para disputar esse mercado internacional.

Sou testemunha da qualidade do produto, do chocolate produzido no meu Estado. Eu tenho trazido esse produto aqui, para o conhecimento e o prazer de degustação de todos os Senadores desta Casa, e tenho deles o testemunho da qualidade desse produto que nós estamos fazendo na Bahia. Porém, o nosso produto não pode continuar concorrendo, em condições de desigualdade, com chocolates...

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Já finalizo, agradecendo sua paciência.

Nós precisamos garantir que o nosso produto, o produto nacional, tenha condições de concorrer com o produto importado de outros países que vêm fabricar aqui, no Brasil, um chocolate que, no seu país, ele não tem a coragem de vender.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero reiterar aqui a nossa disposição de luta em defesa do cacau brasileiro, especialmente do cacau da minha terra, da Bahia, e voltar a insistir com V. Exª, com o Presidente da Casa, o Presidente Renan, com quem falarei, para que encaminhe o mais rápido possível o nosso requerimento, do qual já tenho notícias de que já tem parecer favorável, para que o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior possa nos responder a respeito das condições do *drawback* do cacau.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadora Lídice da Mata, sempre brilhante e contundente na defesa dos interesses da Bahia e do Brasil.

Eu queria pedir que a senhora, se possível, viesse presidir aqui, para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas em seguida será o senhor, Senador.

O Sr. Donizeti Nogueira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Srª Lídice da Mata.

A SRª PRESIDENTE (Lídice Da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Com a palavra, o Senador Donizeti Nogueira, do PT de Tocantins.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs. Senadoras, venho à tribuna, nesta tarde, para registrar fatos acontecidos lá no meu Estado ontem. Nós tivemos a presença da Ministra Kátia Abreu, no Município de Aliança, lançando a pedra fundamental de um frigorífico para abate de ovinos e caprinos, que é uma iniciativa muito importante para o nosso Estado e, em especial, lá para o Município de Aliança do Tocantins. Nós teremos a conclusão, a integração e a completude da cadeia de produção de ovinos e caprinos.

Quero registrar também a presença da Ministra Eleonora Menicucci, lá no Estado, ontem, que foi receber a adesão do Governador Marcelo Miranda ao Mulher, Viver sem Violência, um programa da Presidenta Dilma. Dentro desse programa, há a Casa da Mulher Brasileira. Na oportunidade, a Ministra recebeu das mãos do Prefeito Carlos Amastha um lote de 6.800 metros quadrados, onde vai ser construída a Casa da Mulher Brasileira

em Palmas, esse equipamento tão importante para as mulheres brasileiras, em especial para as mulheres do Estado do Tocantins.

Também quero aproveitar para fazer o meu registro de descontentamento com essa Justiça vesga que reina no Paraná, que tem a capacidade de olhar só para a esquerda. Nada justifica a seletividade, nada justifica os encaminhamentos dados em perseguição ao Partido dos Trabalhadores. Não fosse isso, nós teríamos, pelo menos, cinco ou seis tesoureiros de partidos presos, e não só o Vaccari, do Partido dos Trabalhadores, porque todos esses tesoureiros participaram e receberam recursos de empresas que estão envolvidas na Operação Lava Jato. Só mesmo uma Justiça vesga, que olha só para a esquerda, que tem, como objetivo, desestruturar um Governo que vem fazendo bem para o País, pode agir dessa maneira.

Nada justifica a prisão, ontem, do ex-Ministro José Dirceu. O que justifica uma prisão preventiva? O risco de o investigado fugir ou a hipótese de ele desaparecer do País de alguma forma. O ex-Ministro José Dirceu não tem como desaparecer do País, até porque está preso em domicílio. Se tem que ouvi-lo, basta convocá-lo para ouvir, não precisaria da prisão. A questão é que, no Paraná, existe uma masmorra, que é o tal lugar onde se consegue a delação torturada. Não há nada de delação premiada, é delação torturada que se tem executado naquela esfera da Justiça lá no Paraná.

Saiu nos jornais que a Delegacia da Polícia Federal do Paraná funcionou como comitê do candidato adversário da Presidenta Dilma, o que deixa nítido os vazamentos seletivos que aconteceram durante a eleição, reconhecidos, inclusive, pelo Procurador-Geral da República, Sr. Janot.

Então, venho aqui, neste momento, cobrar uma posição de imparcialidade da Justiça, cobrar uma posição do STF de imparcialidade. Que se apure tudo, que se combata a corrupção, mas que não seja de forma seletiva, que não seja de forma a tentar denegrir e cooperar com as atividades de combate ao Partido dos Trabalhadores.

A medida de prisão do ex-Ministro José Dirceu, ontem, não tem outro objetivo senão ganhar mídia, abrir espaço nos meios de comunicação para ajudar na mobilização do dia 16 contra a Presidenta Dilma. A que serve essa prisão ontem? Só serve a isso. O preso não tinha como fugir porque já estava preso em domicílio. Se tivesse que ouvir, era só convocá-lo, inclusive ele se colocou à disposição para falar sobre o assunto. Mas isso vem se repetindo com os empresários, vem se repetindo com os políticos. Alguns políticos citados na delação premiada são chamados à barra da lei; outros são arquivados, outros são ignorados, porque essa Justiça do Paraná, coordenada por esse juiz, é uma justiça vesga, que atende aos interesses, sobretudo, neste momento, do capital internacional; que atende, sobretudo, neste momento, aos interesses que não são do Brasil. Porque podemos e devemos combater a corrupção, como tem sido combatida neste Governo, mas devemos combater todos, punir todos, e não seletivamente.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, não seremos intimidados por essas ações. Nós vamos continuar a nossa luta histórica por este País, em defesa deste País, como sempre fizemos. Vamos continuar defendendo a Petrobras, como sempre defendemos; vamos continuar defendendo que se combata a corrupção, como sempre defendemos. Não seremos intimidados, não nos curvaremos diante de uma justiça vesga, que não cumpre o seu papel de conduzir imparcialmente a ação, e nem nos curvaremos a ninguém, neste País, que queira trabalhar contra os interesses do País.

Srª Presidenta, a quem interessa que quebrem todas as grandes empresas nacionais? Não interessa ao País. Afaste os seus diretores, dê continuidade e legitimidade para que as empresas continuem trabalhando, gerando emprego e atraindo divisas para este País.

Olhem o absurdo que eu vi hoje nas redes sociais: dizem que os companheiros do PT, ao chegarem lá, têm sido coagidos, estão sofrendo tentativas de coação no sentido de que, se delatarem o Lula, saem de lá rapidinho. Então, a situação não é combater a corrupção, a situação é destruir a estória de um brasileiro que fez a história deste País mudar, que fez este País reencontrar o caminho da inclusão social, o caminho da distribuição de renda, o caminho da busca da soberania perante os países do mundo. Interessa a quem que a integração latino-americana não se efetive? Interessa a quem que o BRICS não tenha continuidade? Certamente não interessa ao Brasil. Certamente não interessa aos brasileiros; Mas o Presidente Lula, no seu governo, esteve no centro do debate internacional, na construção do G-20, na construção do BRICS, e isso contraria interesses que não são brasileiros.

Por isso, nesta tarde, registro aqui a minha indignação com a forma de agir da Justiça coordenada por esse Sr. Sérgio Moro, lá do Paraná. Ele está agindo contra os interesses nacionais. Esse espírito de justiceiro não ajuda o País, justiceiro cego de um olho que não enxerga a verdade e a realidade de todos os ângulos, mas só enxerga no ângulo de combater um Governo que tem construído uma vida melhor para o nosso povo brasileiro.

Srª Presidente, termino as minhas palavras dizendo: o Partido dos Trabalhadores não vai se curvar, vai continuar na trincheira lutando em defesa do Brasil, em defesa da justiça, da inclusão social e do direito à liberdade e à democracia.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Convido o Senador Donizeti para tomar assento na Presidência da Mesa, para que possa convocar o próximo orador a falar, ou a próxima oradora, que é a Senadora Fátima Bezerra.

Muito obrigada.

A Srª Lídice da Mata deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Donizeti Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Donizete Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senadora.

Com a palavra, a Senadora Fátima Bezerra, pela ordem de oradores inscritos aqui.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Donizeti, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, Sr. Presidente, há dias na vida de cada um de nós Parlamentares que nos sentimos extremamente gratificados por verificar que nosso trabalho está contribuindo para mudar a vida das pessoas. Hoje foi um desses dias. Fiquei bastante emocionada ao participar da solenidade de celebração de dois anos do Programa Mais Médicos, solenidade essa realizada lá no Palácio do Planalto.

Fiquei bastante emocionada, Sr. Presidente, não só por ouvir os resultados exitosos do programa, que já beneficiam 63 milhões de pessoas – no meu Estado, são mais de 300 médicos beneficiando mais de 1,100 milhão de pessoas –, mas, principalmente, ao acompanhar o depoimento da jovem Ana Luiza Silva de Lima, minha conterrânea de Caicó, uma menina de origem muito simples, de família modesta, assim como eu e como também a origem e história de muitas meninas do Nordeste. Pois bem, essa menina de origem muito simples enfrentou muitas dificuldades na vida, mas hoje está realizada ao conquistar seu sonho de cursar Medicina no *campus* de Caicó, lá na querida região do Seridó, no meu Estado, o Rio Grande do Norte. Saiba, Senador Donizete, que essa menina, ao realizar o sonho de cursar Medicina no *campus* de Caicó, em breve, na condição de médica, se Deus quiser, estará ajudando a mudar o destino de outras pessoas.

Fico feliz por ter me empenhado para garantir que o Rio Grande do Norte fosse incluído logo na primeira fase do programa do Governo para a expansão dos cursos de Medicina. Ainda à época, como Deputada, convocada que fui pela Reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Professora Ângela Paiva, conseguimos naquela época, no MEC – o Ministro era o Dr. Henrique Paim –, que nós conseguimos, naquela época, que o Rio Grande do Norte fosse contemplado na primeira fase, exatamente instalando a Escola Multicampi de Medicina em Caicó, Santa Cruz e Currais Novos. A estudante Ana Luiza, que falou hoje, é aluna desse curso de medicina lá já instalado.

Quero ainda também, Senador Donizeti, acrescentar que, igualmente em parceria com outro reitor competente lá do nosso Estado, o Professor Arimatéia, conseguimos incluir Mossoró e Assu. A Universidade Federal do Semiárido também vai oferecer 120 vagas para o curso de Medicina. Conseguimos também outra conquista extraordinária: expandir o curso de Medicina, via Ufersa, para a região do Vale do Açu. Já está tudo pactuado, Assu vai ter o seu *campus* Ciências da Saúde, começando exatamente com o curso de Medicina.

Quero aqui, Sr. Presidente, destacar que, durante a solenidade, a Presidenta Dilma lembrou que o seu Governo vem priorizando a interiorização dos cursos de Medicina no País, para que sejam dadas mais oportunidades para aqueles que querem exercer a atenção básica. A Presidenta se disse realizada – e nós também –, porque, hoje, graças ao Mais Médicos, todos os brasileiros, principalmente os mais necessitados, estão tendo acesso aos serviços de saúde.

Portanto, Sr. Presidente, quero pedir licença a V. Ex^a para ler, aqui no Plenário, o pronunciamento da menina Ana Luiza, hoje pela manhã, no Palácio do Planalto, pronunciamento esse que emocionou todos nós, a Presidenta, os convidados e as convidadas. Aliás, o depoimento da jovem Ana Luiza emocionou o Brasil, o Brasil que, hoje, graças aos governos Lula e aos governos Dilma, está dando a oportunidade aos filhos do povo e aos filhos da classe trabalhadora de terem o direito de realizarem o seu sonho – assim como a Ana Luiza está tendo – de fazer Medicina e serem doutores.

Ana Luiza, as suas palavras, na verdade, sintetizam a gratidão de milhares de jovens do interior deste País que, como você, Ana Luiza, estão tendo a oportunidade de realizar seu sonho de se tornar doutor e ajudar a dar mais esperança à vida de brasileiros e brasileiras que até há algum tempo não viam outro futuro à sua frente que não o de repetir a dura vida de seus pais de trabalhar de sol a sol para tirar seu sustento da terra em condições, muitas vezes, degradantes e sem nenhum tipo de assistência.

Passo a ler, Sr. Presidente, o discurso da jovem Ana Luiza:

O sonho sempre despertou o fascínio da humanidade. Fazer Medicina sempre foi o meu sonho [disse Ana Luiza], mas, assim como para muitos outros jovens, eu presenciava o meu sonho distanciar-se de

mim ao encarar as dificuldades para ingressar em uma faculdade tanto pública como privada. Além disso, o fato de morar no interior do Rio Grande do Norte distanciava-me ainda mais deste desejo. Todavia, no meio de uma dessas reviravoltas que só a vida sabe fazer, deparei-me com o meu sonho ali, possível: uma escola de Medicina em minha cidade Caicó, em pleno sertão nordestino, terra da qual sou filha.

As escolas médicas, antes privilégio de grandes centros urbanos, tornaram-se realidade para cidades e cidadãos do interior, os quais, assim como eu, dificilmente acreditavam que um dia teria um médico sendo formado em suas próprias regiões. O processo de interiorização das escolas de medicina levou os olhos da sociedade para áreas remotas do País e, mais que isso, deu voz aos sertanejos, ribeirinhos, indígenas e tantas outras comunidades do Brasil. Lugares que há décadas estavam esquecidos e “calados à força” pelo discurso do “não faltam médicos” [entre aspas] hoje podem inflar o peito e bradar: teremos os médicos que a comunidade precisa! É isso o que acontece quando se põe em prática um dos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde: a equidade. Criam-se oportunidades, fomentam-se mudanças, promove-se a justiça e amenizam-se iniquidades. É, de fato, uma verdadeira revolução social.

Cara Presidenta Dilma [disse hoje Ana Luíza], neste momento me vem à memória seu primeiro discurso, quando foi eleita como a primeira mulher na Presidência da República do Brasil.

Naquela ocasião, a senhora falou aos pais e mães de todo o Brasil para que olhassem nos olhos de suas filhas e lhes dissessem que elas também podiam ocupar o cargo mais importante do Brasil. Pois agora [Srª Presidenta], peço-lhe permissão para reconstruir sua afirmação dizendo...

(Soa a campainha.)

...que, no Brasil de hoje, a neta de um agricultor do sertão do Nordeste ou de qualquer região do interior do Brasil já pode também sonhar em ser doutora. Em meu nome, de meus colegas e de tantos que estão tendo acesso à universidade, eu lhe agradeço por contribuir para transformar as nossas realidades de vida.

É importante destacar também que os recém-criados cursos de medicina não são apenas meros centros de formação de mão-de-obra para a saúde. Muito além disso, eles são comprometidos com as necessidades da comunidade e com o fortalecimento do SUS. Nesse ponto, acho importante deixar claro que não pretendo desmerecer de forma alguma os cursos já existentes, haja vista também formarem profissionais de excelência comprometidos com a saúde e o social.

No entanto, é importante ressaltar que o modelo hegemônico de formação médica...

(Interrupção do som.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone.*) –

... já não é suficiente para lidar com as necessidades de saúde da população de um país tão plural quanto o Brasil. Nessa perspectiva, as mudanças nas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de medicina assumiram o compromisso legal de uma verdadeira reforma na educação médica, reorientando o eixo do progresso para mais acesso, mais igualdade, mais saúde, Mais Médicos. Desse modo, as novas graduações médicas, a exemplo da que estou vivenciando na Universidade Federal do Rio Grande do Norte em Caicó, são baseadas na utilização de métodos de ensino inovadores, centrados na comunidade e no nosso sistema de saúde e que enfatizam uma participação ativa e protagonista do estudante em sua própria formação profissional.

Sr. Presidente, quero aqui, já que o tempo já se esgotou, pedir que seja transcrita nos *Anais* desta Casa a fala dessa menina...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Repito, dessa menina que emocionou hoje o Brasil pela sua história de superação, pela sua história de desafios e de sonhos pelos quais ela sempre lutou. E quero terminar com a frase dela ao invocar o grandioso mestre Ariano Suassuna, que certa vez disse: “É muito difícil você vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos”. E acrescentou Ariano em outra ocasião: “O sonho é que leva a gente para a frente”.

“Coragem, Presidenta Dilma, pois estamos certos de que nada nos impedirá de continuar sonhando.”

Muito obrigada, Ana Luiza Silva de Lima, aluna do segundo ano do curso de Medicina da Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SRª SENADORA FÁTIMA BEZERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

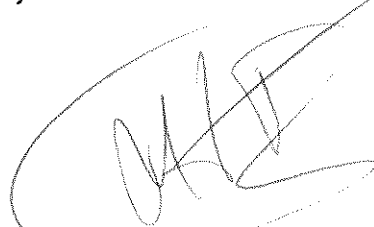
(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Discurso de Ana Luiza Silva de Lima no Palácio do Planalto.

“O sonho sempre despertou o fascínio da humanidade. Fazer Medicina sempre foi o meu sonho. Mas assim como para muitos outros jovens, eu presenciava meu sonho distanciar-se de mim ao encarar as dificuldades para ingressar numa faculdade, tanto pública como privada. Além disso, o fato de morar no interior do Rio Grande do Norte, distanciava-me ainda mais deste desejo. Todavia, no meio de uma dessas reviravoltas que só a vida sabe fazer, deparei-me com o meu sonho ali, possível: uma escola de medicina em minha cidade Caicó, em pleno sertão nordestino, terra da qual sou filha.

As escolas médicas, antes privilégio de grandes centros urbanos, tornaram-se realidade para cidades e cidadãos do interior, os quais, assim como eu, dificilmente acreditavam que um dia teriam médicos sendo formados em suas próprias regiões. O processo de interiorização das escolas de medicina levou os olhos da sociedade para áreas remotas do país. Mais que isso, deu voz aos sertanejos, ribeirinhos, indígenas e tantas outras comunidades do Brasil. Lugares que há décadas estavam esquecidos e “calados à força” pelo discurso do “não faltam médicos”, e que hoje podem inflar o peito e bradar: teremos os médicos que a comunidade precisa! É isso que acontece quando se põe em prática um dos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde, a equidade. Criam-se oportunidades, fomentam-se mudanças, promove-se justiça e amenizam-se iniquidades. É, de fato, uma verdadeira revolução social!



Cara Presidenta Dilma, neste momento me vem à memória seu primeiro discurso quando foi eleita como a primeira mulher na Presidência da República do Brasil. Naquela ocasião, a sra. falou aos pais e mães de todo o Brasil para que olhassem nos olhos de suas filhas e lhes dissessem que elas também podiam ocupar o cargo mais importante do Brasil. Pois agora, eu peço-lhe permissão para reconstruir sua afirmação, dizendo que, no Brasil de hoje, a neta de um agricultor do sertão do Nordeste ou de qualquer região do interior do Brasil já pode também sonhar em ser doutora. Em meu nome, de meus colegas e de tantos que estão tendo acesso à Universidade eu lhe agradeço por contribuir para transformar as nossas realidades de vida.

É importante destacar também que os recém-criados cursos de medicina, não são apenas meros centros de formação de mão-de-obra para a saúde. Muito além disso, eles são comprometidos com as necessidades da comunidade e com o fortalecimento do SUS. Nesse ponto, acho importante deixar claro que não pretendo desmerecer de forma alguma os cursos já existentes, haja vista também formarem profissionais de excelência comprometidos com a saúde e o social.

No entanto, é importante ressaltar que o modelo hegemônico de formação médica já não é suficiente para lidar com as necessidades de saúde da população de um país tão plural quanto o Brasil. Nessa perspectiva, as mudanças nas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de medicina assumiram o compromisso legal de uma verdadeira reforma na educação médica, reorientando o eixo do progresso para mais acesso, mais igualdade, mais saúde, Mais Médicos. Desse modo, as novas graduações médicas, a exemplo da que estou vivenciando na UFRN em Caicó, são baseadas na utilização de métodos de ensino inovadores, centrados na comunidade e no nosso sistema de saúde e que enfatizam uma participação ativa e protagonista do estudante em sua própria formação profissional.

Se por um lado o Programa Mais Médicos tem aumentado o acesso da população à serviços de saúde, por outro, junta-se aos esforços que vêm sendo construídos nos últimos 12 anos em torno das ações afirmativas que ampliaram o acesso ao ensino superior no Brasil. A implantação da Lei das Cotas e de políticas como o Argumento de Inclusão Regional tem provocado uma mudança significativa no perfil dos estudantes que hoje ingressam nos cursos de Medicina das Universidades públicas. E isso é o que há de mais novo no âmbito da educação médica, e que é posto em prática desde o Canadá até o interior do Rio Grande do Norte, onde a minha UFRN promove políticas para ingresso preferencial de candidatos da região ao seu novo curso de medicina.

É nessa juventude engajada com a região (da qual orgulhosamente faço parte) que precisamos acreditar como capazes de modificar a realidade da saúde vigente em suas regiões. Eu estou tendo a minha realidade transformada pela força da educação e do sonho; e dar aos nossos conterrâneos a esperança e a possibilidade de ser tão grande quanto o seu sonho, como o meu um dia foi, é apostar em um futuro mais igualitário, em um futuro mais justo, em um futuro que vale a pena viver... O futuro que eu quero viver!

Como disse uma vez um querido professor, coragem é o que menos falta a uma nordestina, a um seridoense. Quem conhece de onde venho, sabe que somos de uma região onde o queijo é marcado à ferro e fogo, a carne é de sol, e as cercas são de pedra. É certo que os desafios não cessarão, e que temos muito pela frente. O movimento estudantil está atento e comprometido com a formação médica e com o desenvolvimento da saúde no país.

Termino então com uma frase do grandioso mestre Ariano Suassuna, que certa vez disse: “é muito difícil você vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos”. E acrescentou em outra ocasião: “o sonho é que leva a gente pra frente”. Coragem, Presidenta Dilma, pois estamos certos de que nada nos impedirá de continuar sonhando.

Muito obrigada,

Ana Luiza Silva de Lima – aluna do segundo ano do curso de medicina da Escola Multicampi de Ciências Médicas do RN/UFRN”

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senadora Fátima Bezerra. Seu pedido será atendido, e o discurso da aluna Ana Luiza será transcrito nos *Anais* da história do nosso Senado Federal.

Eu queria convidar o Senador Acir Gurgacz, que é o próximo na ordem de inscrição.

Então, com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e da Rádio Senado, mais uma vez venho aqui falar sobre a questão dos juros, da taxa Selic no nosso País.

Os principais bancos que atuam no Brasil divulgaram nesta semana o resultado de suas operações no País no segundo trimestre de 2015, e, mais uma vez, apontam para lucros consideráveis, que não combinam com o cenário de crise que este mesmo sistema financeiro internacional desenha para o nosso País.

O lucro líquido do Itaú subiu 22% neste segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano passado. Somente este banco, que é o maior banco privado do Brasil, teve um lucro de quase R\$6 bilhões nos últimos três meses.

O Bradesco, segundo maior banco privado do País, teve um lucro líquido de R\$4,5 bilhões no segundo trimestre, um crescimento de 18% em relação ao mesmo período do ano passado.

Já o Santander registrou um aumento no lucro de 32% no primeiro trimestre de 2015 e fechou o primeiro semestre com um lucro superior em 16% ao primeiro semestre do ano passado, o que representa um ganho líquido de R\$3,3 bilhões.

Até mesmo o HSBC Brasil, que foi vendido na semana passada para o Bradesco, teve um resultado satisfatório no primeiro trimestre de 2015, quando registrou um lucro líquido de US\$9,6 bilhões, 1,3% a menos que o mesmo período do ano passado.

São vários os fatores que explicam o lucro dos bancos, mas, sem dúvida, a principal delas é a política de elevação de juros adotada pelo Governo brasileiro, pressionado justamente pelo sistema financeiro internacional, que privilegia o capital especulativo do capital produtivo, que contribui cada vez mais para o endividamento da população brasileira, que paga juros de cartão de crédito mais alto do mundo, que se aproxima a 300% ao ano.

Para termos uma noção bem clara do impacto dessa política de elevação dos juros no capital produtivo, basta dizer que, no primeiro semestre de 2015, a indústria da transformação registrou quedas no nível das suas atividades no emprego e também no seu faturamento.

Segundo números divulgados nessa segunda-feira pela Confederação Nacional da Indústria, o desempenho da indústria, no primeiro trimestre deste ano, foi negativo em quase todos os indicadores. O faturamento da indústria caiu 3,6% no primeiro trimestre desse ano contra os três últimos meses do ano passado e 6% contra o primeiro trimestre de 2014. No segundo trimestre desse ano, a situação se agravou e a queda no faturamento das indústrias foi de 6,7% no primeiro período, em relação aos três últimos meses de 2014, e 8,6% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Essa política de juros, aliada ao ajuste fiscal e à austeridade econômica, com cortes significativos em setores estratégicos, como a infraestrutura, nas obras do PAC, em saúde e em educação, não está surtindo o efeito desejado na economia, e, pelo contrário, está criando um quadro recessivo que tem que ser estancado o mais rápido possível para que nós possamos manter o emprego no Brasil.

O atual roteiro da nossa economia é este: menos investimento público, mais recessão e queda na arrecadação. Com mais juros, ou juros mais altos, teremos mais gastos com o juro da dívida, redução dos investimentos privados e mais desemprego. Essa é a lógica da austeridade, e, no nosso caso, o ajuste fiscal é agravado pelo ajuste monetário, com a elevação do dólar afetando diretamente nossas importações.

Portanto, não faz sentido nenhum praticarmos uma Taxa Selic de 14,25% ao ano com a justificativa de fazer superávit primário e controlar a inflação, quando estamos nessa linha de elevação dos juros há mais de seis meses e nada aconteceu.

Pelo contrário, o Governo não está conseguindo atingir a meta de superávit primário e, diante da queda da arrecadação, já anunciou a redução da meta de 1,2% do PIB para 0,15%. A inflação também não está sob controle, e a elevação do preço dos alimentos, da energia e dos combustíveis está aí para comprovar tudo isso.

Ou seja, a atual política econômica, em vez de criar um ciclo virtuoso na economia, está criando um ciclo recessivo, em que o aumento do desemprego é a sua face mais preocupante.

A taxa de desemprego chegou a quase 10% em junho. Em São Paulo, a taxa de desemprego chegou a 13,2%. O cenário ainda não é desesperador, como ocorre em algumas economias da Europa, mas a tendência de manutenção dessa política econômica e de aumento do desemprego tem que ser freada imediatamente.

Aliás, essa tendência já era prevista, como já indica um estudo da Conselho Federal de Economia (Cofecon), publicado na semana passada, em que a política de elevação dos juros é apontada como forte inibidor

dos investimentos privados e do consumo das famílias brasileiras. A conclusão do estudo do Cofecon é que o resfriamento da economia está refletindo na redução de emprego no País.

Em 2008, quando estourou a crise internacional, o Copom promoveu uma forte redução na taxa de juros, que foi de 13,75% em dezembro daquele ano, para 8,75% em setembro de 2009. Como reflexo, os dados do Caged mostraram que o saldo de postos de trabalho gerados no País saltou de 1,4 milhão em 2009 para 2,6 milhões em 2010.

Portanto, a elevação na taxa de juros pode ser um bom remédio para conter a inflação e fazer superávit primário, mas, quando a dose é muito grande, o remédio aplicado não surte o efeito desejado no tratamento em questão e ainda causa efeitos colaterais graves em toda economia, como está causando agora na redução da atividade industrial e no aumento do desemprego.

Assim, nós temos parte da responsabilidade na condução da política econômica do País, uma vez que demos um voto de confiança ao Ministro da Fazenda Joaquim Levy, aprovando todas as medidas do ajuste fiscal aqui no Congresso Nacional.

Aprovamos, é bom deixarmos bem claro isso aqui, as medidas de ajuste fiscal e não a elevação dos juros, como está acontecendo no nosso País. As medidas de ajuste fiscal eram necessárias, mas não era necessário o aumento da Taxa Selic. Pelo contrário, sempre defendemos a redução dos juros como princípio fundamental para que nossa economia continuasse crescendo, pois a redução dos juros é o caminho mais curto para o fortalecimento do mercado interno e para avançarmos no desenvolvimento da economia brasileira, da economia real, aquela que produz e gera empregos verdadeiramente.

A redução dos juros beneficia o consumidor que depende de financiamentos, o empresário que pode investir e gerar empregos, bem como o trabalhador e a atividade produtiva em geral, que é o que possibilita o crescimento sustentável da economia.

Defendo o ajuste fiscal, mas com a redução dos juros, pois só assim vamos conseguir equilibrar as contas públicas e fazer os investimentos de que o Brasil precisa.

Um reflexo bem pontual da política de juros está afetando em cheio um dos setores fundamentais para o desenvolvimento do País, que é a educação. Não bastasse o corte de R\$9,2 bilhões nos recursos para educação feitos no início do ano, o Governo anunciou o corte de mais R\$1 bilhão para o segundo semestre. Além disso, reflexo da política de elevação dos juros, a taxa efetiva de juros do FIES...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Defendo o ajuste fiscal, mas com redução dos juros, pois só assim vamos conseguir equilibrar as contas públicas e fazer os investimentos de que o Brasil precisa.

Um reflexo bem pontual da política de juros está afetando em cheio um dos setores fundamentais para o desenvolvimento do País, que é a educação. Ou seja, não bastasse fazer um estrago muito grande no atual momento da nossa economia, a elevação dos juros está comprometendo o futuro de muitos estudantes brasileiros, o nosso próprio futuro. Somem-se a isso os cortes de 20% a 30% nos repasses do MEC a universidades federais, e temos um impacto muito grande no ensino superior no Brasil, que avançou muito nos últimos anos, mas que agora está andando para trás.

Portanto, para o bem do Brasil e dos brasileiros, faço, mais uma vez, um apelo ao Ministério da Fazenda, ao Copom...

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – ... e aos responsáveis pela condução da economia brasileira para que abandonem essa política de elevação de juros. Que a redução dos juros possa ser também uma meta para o Governo. Uma meta que todos nós vamos trabalhar muito para que seja alcançada, pois não é retirando dinheiro do mercado e colocando na especulação que nós vamos conseguir desenvolver o nosso País: é investindo na produção, seja a produção agrícola e industrial, seja a industrialização do que produzimos na agricultura. Mas, para isso, precisamos de juros reais, verdadeiros, que os nossos industriais possam ter capacidade de pagar. Sem injetar dinheiro na economia, nós não vamos sair dessa crise em hipótese alguma.

Com prazer, ouço o Senador Moka, se a nossa Presidenta nos autorizar, por mais um minuto.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Presidente, com a permissão de V. Ex^a.

(Soa a campanha.)

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Meu amigo Senador Acir Gurgacz, nessas duas semanas, o que eu mais ouvi foi exatamente isso. Quer dizer, para as pessoas, para o empresário, para o investidor, para aquele que tem um negócio, essa coisa de aumentar os juros, a chamada Taxa Selic, as pessoas não conseguem entender, porque isso sempre foi colocado para diminuir a inflação, e, por mais que se tenha aumentado, a inflação não diminuiu. Quer dizer, alguma coisa está dando errado. E chegou a um patamar, a um limiar em que não adianta mais isso daí. Isso daí, ao invés de ajudar, está atrapalhando. E aquelas pessoas hoje estão com falta de crédito, e o crédito, quando é oferecido, está com juros absurdos. Então, está muito difícil, o próprio setor produtivo faz um *mix*, porque eles pegam o juro subsidiado mais alguma coisa, mas acaba saindo juros de 16%, 17%. Quem é que vai conseguir produzir com esse juro? Então, eu quero somar-me ao discurso que V. Ex^a está fazendo e dizer que está na hora de nós também começarmos a dizer o que temos ouvido, porque não é possível que todo mundo esteja percebendo isso e nós vamos continuar, aqui no Senado, sem dizer aquilo que os nossos conterrâneos, dos nossos Estados, estão dizendo, sobretudo aqueles que estão ajudando a construir o superávit da balança comercial.

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Não só o setor produtivo, mas a população em geral, que consome, perdeu a confiança no Governo. O juro está muito alto, ninguém quer fazer investimento, ninguém quer se endividar mais. É preciso liberar os juros, liberar o crédito, para que a economia volte a crescer e o Brasil volte a crescer novamente.

Muito obrigado pela tolerância, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Donizeti Nogueira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a. Regina Sousa.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senador Acir.

Os inscritos, parece-me que não estão mais. O Senador Medeiros acaba de pedir inscrição.

Então, concedo a palavra ao Senador Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que nos acompanham aqui na Casa, que nos acompanham pelas redes sociais, pela Rádio Senado, pela TV Senado, recentemente, ainda no início do ano, ocorreu-me uma preocupação, e bem antes, cabe ressaltar, de começar esse desfecho da Lava Jato.

E me ocorreu, justamente, uma preocupação sobre o tema corrupção. A gente sabe que, quando ocorre isso, esse dinheiro tem saído dos cofres públicos. É dinheiro de impostos, que sai do couro do trabalhador, do couro da classe brasileira, da classe operária brasileira, da classe empresarial, de todo mundo.

Nós temos visto vultosas somas serem surrupiadas e também vemos, nos noticiários nacionais, nos jornais, os principais escritórios de advocacia do País defendendo essas pessoas. Nada contra! Esses escritórios são montados para isso, eles têm que ganhar dinheiro mesmo. Mas, pelo que tenho visto nos debates nas ruas – e as leis saem das ruas, a lei vem do costume, vem do que está sendo debatido –, ocorreu-me uma ideia e acabei apresentando, ainda no início deste mês de julho, um projeto que visa justamente a que o réu comprove a origem desse dinheiro. Isso porque nós vemos o sujeito, Senador Moka, que rouba bilhões e que vai, com certeza, ter condições de contratar os melhores advogados para defendê-lo. O que causa uma desigualdade, porque o pé-rapado, o sujeito que não tem recursos vai para a Defensoria Pública.

Agora, o que também pasma é o seguinte: é como se o sujeito entrasse na sua casa, arrombasse o cofre, tomasse seu dinheiro e o usasse para se defender e, eventualmente, de repente, até processar você. E o Brasil vive um momento muito especial nessa luta contra a corrupção e, em especial, contra o perverso sistema de troca de favores entre agentes do governo e representantes da iniciativa privada, que muitas vezes se tem verificado ao longo da sua história.

Portanto, é com otimismo, Senador Hélio José, que finalmente vejo aplicada ao crime de colarinho branco a mesma regra que, até então, somente vigorava para o crime miúdo. Ou seja, aplicada ao caso do pequeno criminoso, que não tem como contratar um grande escritório advocacia e, no mais das vezes, precisa se valer das Defensorias Públicas para garantir seu direito constitucional de defesa ante a Justiça.

Em nosso País há muita desigualdade, e o desigual costuma, em geral, ser visto sobre o prisma meramente econômico – a gente sabe que isso acontece, não vamos ser hipócritas aqui.

Até Jesus já se preocupava com a acepção de pessoas. Chega um sujeito bem vestido, com boa aparência, é tratado de uma forma, chega outro que aparenta não ter nada, é tratado de outra forma. É aquela história de ser tratado pelo “ter” e não pelo “ser”.

Igualar o tratamento que tanto o rico quanto o pobre têm, da parte do Judiciário, já é um grande avanço na luta pela igualdade de tratamento entre os cidadãos.

Mas é preciso avançar ainda mais, Sr^a Presidente, e fazer com que esse bom passo, tal como dado no âmbito da Operação Lava Jato, seja acompanhado de outros avanços institucionais.

É preciso, por exemplo, que o fruto da corrupção retorne ao Tesouro público, de onde ela o arrancou. E, ainda, que retorne o mais integralmente possível, de modo a impedir a continuidade de seu usufruto por parte de quem ilegitimamente se favoreceu.

Eu vejo uma preocupação muito grande, ultimamente, em divulgar algumas somas que voltaram ao Tesouro sob a pecha da delação. Eu, sinceramente, tenho a minha preocupação e fico um pouco desconfiado se está voltando tudo.

Não podemos, decerto, permitir que o produto do crime seja injustamente utilizado para livrar o criminoso da punição a que deve se submeter, na medida da gravidade de seus atos.

Essa, Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma das motivações que me levam a trazer, ante a Mesa do Senado Federal, um projeto de lei de minha autoria que tem esse preciso objetivo. Aproveito aqui para registrar que, desde o início do ano, venho trabalhando nesse Projeto e que foi apresentado aqui no Senado muito antes de começar essa discussão aí da Catta Preta.

E quero registrar aqui porque, infelizmente, hoje tive a notícia de que só agora a Mesa veio numerar esse projeto. Eu quero deixar registrado que esse projeto foi encaminhado à Mesa bem antes e, por uma infelicidade, não sei se por conta do recesso, a Mesa só agora registrou.

Eu quero fazer esse registro simplesmente por uma questão, Senador Hélio José: esta Casa não pode ter tratamento – e eu espero que não tenha sido isso, por parte da Mesa – desigual com relação a isso. Porque cada Senador aqui, não se trata da pessoa do Senador, trata-se da representação dos Estados, e os Estados não podem ser tratados de forma desigual. Então, eu não estou exigindo respeito aqui para o Senador Medeiros, estou exigindo respeito para o Estado de Mato Grosso.

Eu tenho visto projetos aqui que nem passam pelas comissões, de repente chegam aqui em menos de dez dias. Esse projeto foi colocado – e espero, sinceramente, que tenha sido uma mera casualidade, devido ao atropelo pelo recesso – ainda no início de julho, quero fazer esse registro.

Nele, proponho, Sr^{as} e Srs. Senadores, inviabilizar a utilização de recursos de origem ilícita para o pagamento das despesas de defesa judiciária nas ações de improbidade administrativa, bem como nas ações penais por crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional. E aqui cabe ressaltar que nós não estamos querendo entrar no sigilo profissional do advogado. Isso aqui tem a ver com o réu, tem a ver com o sujeito que meteu a mão na cumbuca, que meteu a mão no cofre da viúva.

Hoje, muitos dos investigados, Sr^a Presidente, e dos réus, nas referidas ações, auferem vultosas somas de dinheiro derivadas de operações ilegais, operações diversas vezes instrumentalizadas por mecanismos de corrupção de agentes do Estado. Contudo, não obstante sua origem ilícita, são precisamente esses os recursos que viabilizam, num segundo momento, a seleção, a contratação e o pagamento dos melhores advogados atuantes no País, haja vista que a declaração de sua ilicitude somente ocorrerá ao final do processo, momento em que não haverá mais como tomar de volta os valores, àquela altura majoritariamente liquidados.

O mecanismo preventivo que proponho adotar é simples: exigir que o réu comprove a origem lícita dos recursos utilizados no pagamento de honorários advocatícios, tanto nas ações de improbidade administrativa, quanto naquelas que apurem crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro nacional.

A nossa Constituição estabelece, em seu artigo 133: “O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.” Assim, sobre ele deve prevalecer a presunção de boa-fé. Isso ninguém discute.

Mas não se pode fechar os olhos para o fato de que qualquer pagamento de vulto pode servir para a lavagem de dinheiro, inclusive algumas das fortunas que vemos todos os dias serem pactuadas...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – ... a título de honorários advocatícios, nos casos de crimes do colarinho branco. E, nesses episódios, ainda pior, sob a proteção do sigilo profissional do advogado.

Ora, se a imunidade da relação entre advogado e cliente é uma garantia fundamental, que deve, por força de lei, ser respeitada, o mesmo não ocorre em relação ao réu sobre o qual já existem indícios de prática de ato de improbidade ou de crime, tomado isoladamente.

Sobre ele, por isso, será possível que recaia a obrigação de produzir prova da licitude da origem dos recursos que empregará em sua defesa. Essa, aliás, é uma obrigação de fácil consecução, sendo até mesmo be-

nética ao acusado, na medida em que, comprovando que não se vale de valores ilícitos, já antecipará, de certa forma, prova parcial de que não tenha praticado o ato ilícito.

Tais disposições, Sr^a Presidente...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – ... e já concluo, além de absolutamente coerentes com as exigências sistemáticas do ordenamento jurídico nacional, são profundamente oportunas e adequadas para sinalizar aprimoramentos urgentes e necessários em nossos valores, ligados ao fortalecimento e ao desenvolvimento da cidadania.

A aprovação desse projeto de lei do Senado, de fato, levará a todos a mensagem clara de que estão por acabar os tempos em que ricos e pobres recebem tratamentos distintos no processamento dos atos de improbidade administrativa e dos crimes contra a administração pública e contra o sistema financeiro. Levará também um anúncio de que o produto dos crimes de colarinho branco não mais poderá ser imoralmente direcionado para a defesa dos acusados, desestimulando, assim, ainda mais essa prática perniciosa.

E evitará, por fim, que a santidade do exercício da alta missão social...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – ... do advogado – já concluo – *(Fora do microfone.)* sirva de veículo para lavagem e para ocultação de recursos ilícitos, circunstância que macula simultaneamente a profissão de advogado e a lisura que deve pautar seu relacionamento profissional.

Tendo a convicção de que, assim procedendo, estaremos todos, como membros desta elevada Casa Legislativa, cooperando para o aperfeiçoamento, não somente de nossa ordem jurídica, mas da própria democracia, que vive e caminha sobre a base de uma cidadania forte, igualitária e crescentemente mais bem estruturada, agradeço a atenção de todos e espero que esse projeto possa ser aprovado.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Medeiros, eu havia aqui pedido um aparte. V. Ex^a não deve ter visto, mas, antes de V. Ex^a se ausentar...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Mil desculpas e concedo o aparte.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria cumprimentá-lo e dizer que é com muita alegria que vejo um jovem Senador como V. Ex^a com esse pronunciamento tão importante...

(Soa a campanha.)

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – ... e brilhante aqui, nesta Casa, onde coloca assuntos fundamentais com relação à corrupção vigente e à necessidade de apuração com clareza, com tranquilidade.

É um paradoxo de verdade o cara pegar o dinheiro sujo e pagar para se livrar de uma acusação.

Então, quando V. Ex^a deixa claro que precisa saber a origem do recurso a ser usado, não está quebrando sigilo nem fazendo nada do direito de livre defesa da pessoa, só está querendo ter certeza de que a pessoa estará pagando os honorários, para aquela liberação, com dinheiro lícito. Acho muito bacana o pronunciamento. Sinceramente, concordo que a Catta Preta não tem que ficar dizendo, ela, de onde vem, mas quem está pagando para ela tem que dizer de onde vem, se é lícito ou se não é lícito o dinheiro. Queria parabenizar a V. Ex^a pelo colocado.

(Interrupção de som.)

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Estamos aqui numa Casa que visa exatamente a transparência dos fatos, e o que V. Ex^a coloca aqui vem ao encontro dessa situação. Só tem que ser aplaudida por todos nós essa postura que V. Ex^a traz aqui. E, com relação ao que V. Ex^a coloca de alguns terem o privilégio com relação aos outros, quero crer que não aconteça, mas, se estiver acontecendo, depõe contra os nossos Estados. E, para nós, que somos novos aqui na Casa, acho que não seria procedente. Como sou um cara que acredito muito no trabalho que o Senador Renan está fazendo, não creio que isso esteja ocorrendo, mas, de qualquer forma, foi muito bom o alerta que V. Ex^a coloca, porque acho que somos 81 Senadores e todo mundo tem o mesmo direito, na mesma situação, ao encaminhar, de ter a presteza do encaminhamento dos seus projetos. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado.

Obrigado, Sr^a Presidente, pela tolerância.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senador Medeiros.

Passo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUPLICY (S/Partido - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Prezados Senadores, Senadoras; Presidenta em exercício, Senadora Regina Sousa.

Há alguns anos, o Senado vem discutindo a reforma do ICMS com o objetivo de acabar com a guerra fiscal entre os Estados, que é tão nociva. As negociações avançam no sentido de unificar as tarifas do ICMS, o que impediria que Estados, de forma unilateral, concedessem isenções a empresas para que se instalassem em seus territórios. A maioria dos Estados, inclusive o meu Estado de São Paulo, concorda com a unificação das alíquotas do ICMS. Porém, para chegar a essa unificação, desde o começo, colocou-se uma condição: a criação de um fundo que compensasse as perdas que principalmente os Estados produtores terão com a convergência das alíquotas.

A MP 683 vem com o objetivo de criar esse fundo de compensação, bem como um fundo de desenvolvimento regional com o objetivo de diminuir as disparidades econômicas e sociais entre as regiões do País.

Porém, entendo que a medida carece de aperfeiçoamentos, razão pela qual apresentei quatro emendas à Medida Provisória.

Na primeira emenda, proponho ampliar o limite de R\$1 bilhão anual para R\$5 bilhões, por entender que esse valor não somente é inexpressivo, como afirmou o Governador de São Paulo, Alckmin, como também podemos sequer arrecadar nas expectativas colocadas. Não temos como saber ainda o real montante que poderá ser repatriado. Por isso, apresentei também uma emenda que assegure sustentabilidade financeira, prevendo outras fontes, além dos recursos da repatriação, incluindo recursos provenientes do Tesouro Nacional. Acredito que, dessa forma, as unidades federativas que perdem com a unificação das alíquotas, como São Paulo, que não está contra, poderão ser devidamente ressarcidas, porque aumentaremos a composição do Fundo.

A terceira emenda suprime a previsão de se atrelar... Essa talvez seja a mais importante, porque será criada primeiro a unificação das alíquotas, depois um fundo compensatório. Imaginem se somos bem-sucedidos na unificação das alíquotas e o fundo não consegue repatriar um montante razoável! Como é que faz? Então, essa terceira emenda suprime a previsão de se atrelar a criação dos fundos à redução das alíquotas do ICMS, porque é um equívoco da MP 683. Não concordo, pois, se fizermos assim, não haverá como, de imediato, compensarmos as perdas. Temos de assegurar a criação dos fundos primeiramente.

Como vamos assegurar aos Estados o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal se retiramos receitas sem uma fonte compensatória? A conta não vai bater. Defendo que as novas alíquotas somente entrem em vigor quando os fundos apresentarem viabilidade financeira que permita promover compensações às unidades federativas que apresentarem perdas.

A quarta emenda que apresentei garante que as compensações alcancem, também – isso está fora hoje, e é muito importante lembrar que elas já são consideráveis hoje e serão muito mais daqui para frente –, as operações realizadas pela internet, o *e-commerce*, que estavam fora da medida provisória. Estão fora, estou colocando com essa emenda.

A diminuição da atividade econômica, o aumento do desemprego, a redução da arrecadação tributária por parte dos entes federativos só reforçam a urgência da reforma do ICMS. Nós todos queremos essa reforma, mas, com essas emendas, acredito que estaremos aperfeiçoando uma proposta que visa à igualdade e ao equilíbrio financeiro entre as unidades da Federação e que já estava na gaveta há muito tempo.

Muito obrigada, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senadora Marta, que nem chegou a usar todo o seu tempo.

Os inscritos não se encontram. Qual é o procedimento? Está na hora da Ordem do Dia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srª Presidente, creio que está na hora de encerrarmos a sessão, uma vez que já ultrapassamos o horário em que a Ordem do Dia deve ser iniciada e que já se esgotou a lista de oradores. Desse modo, é preciso cumprir o Regimento e encerrar a presente sessão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Ele foi somente verificar com a Presidência, porque está na hora da Ordem do Dia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Se me permite, Srª Presidente, quero dizer que a informação que tenho é a de que várias bancadas, neste momento, estão em reunião. A Ordem do Dia de hoje, que persistirá na próxima semana, é uma Ordem do Dia muito extensa, com matérias extremamente relevantes e complexas. Há várias bancadas, neste instante, que estão reunidas exatamente para avaliar essa Ordem do Dia e tomar uma posição em relação aos pontos que serão submetidos à deliberação do Plenário. Portanto, penso que é de bom senso que, não havendo mais oradores inscritos, possa encerrar-se a sessão.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Certo, Senador! Mas, como sou nova aqui, pedi para ele ver essa questão com a Mesa. Certamente, eles vão encaminhar o que o senhor está pedindo. Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como hoje, pela manhã, não pude comparecer à sessão de homenagem à OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), eu queria, neste momento, parabenizar essa instituição pelo excelente trabalho que vem fazendo em todo o Brasil.

Quando fui Governador do meu Estado, aliás, antes de ter assumido o governo, mesmo antes de ter sido eleito, eu já havia colocado no meu plano de governo um projeto de incentivo à instalação das cooperativas no meu Estado, seguindo o modelo do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de São Paulo, de Minas Gerais, do Mato Grosso do Sul, do Paraná e de muitos outros Estados. Esse sistema foi implantado e obteve sucesso. Eu não estava errado, porque, no meu Estado, as cooperativas de crédito, sobretudo, e outras cooperativas de produtores têm dado muito certo. É um segmento que vem crescendo ano a ano. Há cidades no meu Estado que chegam a ter três ou quatro bancos de cooperativas de crédito. O segmento continua crescendo e atendendo os pequenos, médios e grandes produtores rurais.

Nós temos no sistema bancário o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o Banco da Amazônia, que são bancos públicos, e temos também os bancos privados, que injetam dinheiro na economia, mas as cooperativas de crédito têm um tratamento diferenciado, pois atendem com maior rapidez e estão mais próximas dos produtores.

Por isso, neste momento, quero parabenizar a Organização e o sucesso do sistema cooperativista brasileiro, sobretudo a OCB, que recebeu aqui hoje, pela manhã, a homenagem de todas as Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

Eu queria ainda, Srª Presidente, falar um pouco que, no período do recesso que nós tivemos, de apenas duas semanas, visitei o Estado de Rondônia, percorri, como se diz, as bases. Não viajei para nenhum outro lugar, fiquei no meu Estado, juntamente com a Deputada Federal Marinha Raupp e com o Governador Confúcio Moura, inaugurando obras. Passamos por diversas cidades, inaugurando obras, entregando equipamentos, fazendo visitas, participando das feiras agropecuárias, o que, no meu Estado, também é muito forte.

Nós começamos com a Rondônia Rural Show, que foi uma feira de negócios, na cidade de Ji-Paraná, no mês de maio, de 27 a 30 de maio, que injetou na economia de Rondônia mais de R\$700 milhões em comercialização de produtos, todos voltados ao agronegócio, à agricultura e à pecuária do meu Estado. Essa é a quarta edição da Rondônia Rural Show, que tem crescido ano a ano. A cada edição, ela cresce em R\$200 milhões ou em R\$300 milhões de comercialização.

Depois, seguiram-se as feiras agropecuárias, muito fortes também, tradicionais em meu Estado. Já há Município que está completando 35 ou 36 anos de feira agropecuária, como Ji-Paraná, Vilhena, Ariquemes, cuja feira terminou nesse último fim de semana, no último domingo.

Iniciaram também feiras em Rolim de Moura, em Ouro Preto, em Alta Floresta. Estive também na feira de Alta Floresta. Na próxima semana, vai iniciar a de Cacoal. Estivemos também em Urupá, em Jaru. Enfim, não vou aqui lembrar de todas as cidades em que foram realizadas feiras até agora. Algumas ainda irão realizar as feiras agropecuárias, que são indutoras de desenvolvimento e de progresso para o Estado de Rondônia.

É por isso que tenho apoiado, com toda a minha força, a realização das feiras agropecuárias, porque elas movimentam a cidade durante uma semana ou mais. Antes e depois da festa e durante a festa, a cidade fica movimentada, e o agronegócio se fortalece.

Por isso, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu Estado tem crescido acima da média nacional, bem acima da média nacional. Rondônia cresceu, nos últimos seis meses, na média de 12% a 13%. Há mês em que cresce 16%; em outros, cresce 14%, 15%, 10%, 11%, 12%. Na média, está girando em torno de 13% o crescimento da receita do Estado de Rondônia. O que tem sustentado o orçamento do Estado de Rondônia, para se investir na educação, na saúde, na segurança pública, nas estradas, é o agronegócio.

Então, quero aqui enfatizar esse setor do meu Estado e agradecer o apoio do Governo Federal; do Banco do Brasil; do Banco da Amazônia; da Caixa Econômica Federal, que está entrando com força agora no agronegócio também; dos bancos privados e das cooperativas de crédito.

Repito que as cooperativas de crédito têm sido muito importantes para o crescimento do meu Estado. Espero que esse crescimento possa se espalhar por todo o Brasil, que não fique só em Rondônia, que todos os Estados brasileiros possam crescer como está crescendo o Estado de Rondônia, que a economia brasileira possa melhorar, possa iniciar uma fase nova, uma fase de crescimento, uma agenda positiva. Tenho falado e repetido inúmeras vezes que o Brasil precisa urgentemente de uma agenda positiva.

Então, é com esse entusiasmo que volto à tribuna do Senado Federal, depois desse breve recesso de duas semanas, para dizer que, no que depender de mim, das reformas que já foram encaminhadas e que serão encaminhadas ao Congresso Nacional, podem contar com meu apoio, se elas forem para o bem da população

brasileira, para o bem do povo brasileiro, da geração de renda e da geração de empregos, em benefício do povo do meu Estado e do povo do Brasil.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Senador Raupp. Convido o Senador Jorge Viana a assumir a Presidência.

A Sr^a Regina Sousa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Estamos no horário da Ordem do Dia e temos de fazê-la por se tratar de uma sessão ordinária. Aproveito para consultar os Líderes presentes.

Hoje, não realizamos a reunião da Comissão da Reforma Política. Estive com o Senador Jucá. Queremos, primeiro, dar ciência a todos os Parlamentares da Comissão da matéria da Câmara que veio consolidada em um projeto só. E vamos realizá-la amanhã. Os itens 1, 2 e 3 da pauta estão vinculados à reforma política. Queremos apreciá-los após a primeira reunião da Comissão da Reforma Política. Eu tinha acertado isso com ele hoje.

Há aqui um ou dois itens que não têm maiores problemas, e poderíamos incluí-los agora.

Ouç o Senador Aloysio, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, eu já havia levantado essa questão e informado a todos aqueles que estão acompanhando a sessão do Senado que hoje várias bancadas estão reunidas exatamente para examinar os pontos mais melindrosos da pauta extensa que está prevista para a sessão de hoje e que continuará nas próximas sessões. E V. Ex^a acabou de se referir aos pontos da reforma política, matérias que precisam ser votadas, concluindo o esforço que fizemos no final do semestre. De modo que, se houver alguma matéria que não implique grandes polêmicas, como acordos internacionais, por exemplo, que já tenha sido aprovada pela Comissão de Relações Exteriores, eu não vejo maior objeção. As matérias mais delicadas eu penso que seria prudente deixar para votarmos amanhã.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu queria, a propósito, solicitar a V. Ex^a a possibilidade, já que todos os Líderes assinaram, de apreciarmos um requerimento de calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2015, relativa à questão dos encargos financeiros da União, Estados e Municípios, decorrente da prestação de serviços públicos sem a previsão correspondente de transferência de recursos financeiros, nos termos que especifica.

Essa PEC nasce do trabalho feito pela Comissão Especial do Pacto Federativo, cujo Relator é o Senador Fernando Bezerra. Já foi solicitado, os Líderes já assinaram. É apenas votar um requerimento de calendário especial para apreciação dessa emenda constitucional.

Esta é a solicitação que lhe faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT- AC) – Senadora Ana Amélia, essa é uma matéria da maior importância dentro do debate que estamos fazendo sobre Pacto Federativo. Mas V. Ex^a há de convir que é uma matéria que tem que ser apreciada com a urgência que a própria iniciativa de V. Ex^a propõe. Essa é exatamente uma das preocupações do Senador Aloysio. Tendo em vista que os Líderes estão todos reunidos na suas Bancadas – é o primeiro dia de sessão deliberativa –, que pudéssemos, quem sabe, apreciar amanhã, com o quórum mais adequado, para termos o contraditório ou até mesmo a concordância do acolhimento da proposta de V. Ex^a, que é nada mais, nada menos do que quebrar os interstícios para que se possa chegar à apreciação.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É apenas um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT- AC) – Eu faço esse apelo.

Nós temos uma matéria que pode contar prazo de discussão, que é o item 20 da pauta. Nós poderíamos exclusivamente apenas contar prazo. Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 98, da Comissão Temporária de Reforma Política. Como ela já foi apreciada, seria apenas para contar prazo.

A Senadora Simone Tebet também pede o item 20 para contar prazo.

Temos, então, dois projetos de lei que são simbólicos. Poderíamos fazer a votação de forma simbólica. Com isso, concluiríamos a Ordem do Dia.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o item 8 da pauta trata do Projeto de Lei do Senado nº 196, que limita as exigências de regularidade aos consórcios públicos quando da celebração de convênios com a União.

Eu explico melhor: na realidade, hoje, a exigência para a celebração de convênio com os consórcios públicos é feita a cada Município que está consorciado.

Esse projeto de lei foi pacificado na Comissão de Aprimoramento do Pacto Federativo, tem um requerimento de urgência de todas as Lideranças partidárias, não implica qualquer tipo de acréscimo de despesa para a União Federal, e eu estaria pronto para fazer o relatório desse projeto de lei, do item 8 da pauta. Inclusive, se for aprovado, de certa forma ele prejudica o projeto de minha autoria, que é o item 11 da pauta. Portanto, nós já poderíamos avançar. Aprovando-se o item 8, eu mesmo retiraria, através de requerimento, o Projeto de Lei nº 303, que trata do mesmo tema.

Portanto, esse é o apelo que faço, apenas a título de contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – V. Ex^a está propondo que, caso seja apreciado o item 8, V. Ex^a retiraria o item 11, que trata do mesmo tema.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Ele já estaria prejudicado, porque trata da mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu conheço esse item 8. Tem, inclusive, o aval. Acho que esse poderia ser passível de apreciação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sim, é tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Tem o aval, inclusive, do Governo e de várias correntes políticas, e o pedido da Senadora Simone Tebet é para contar prazo de um item que nós já estamos apreciando, que seria o item 20.

A única questão que eu colocaria: o item 12 é um projeto que poderíamos apreciar aqui com esse quórum. Ele altera o Código de Trânsito Brasileiro e permite a doação de veículos e a venda de sucatas abandonadas. Esse é um projeto que está há algum tempo aqui. Ele libera os depósitos das Polícias Rodoviárias Federais. Ficariamos, então, nesses três itens.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Ele libera os pátios das polícias?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sim. Esse é passível também. Não há nenhuma polêmica, nenhum óbice.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – É um projeto do Senador José Medeiros. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, poderíamos apreciar, iniciando pelo item 12. Depois, eu daria a palavra a V. Ex^a, Senador.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senadora Simone.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/PMDB - MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Se me permitir, com a anuência do Senador Fernando Bezerra, que é o nosso Relator da Comissão Especial pelo Pacto Federativo, existe um outro projeto também em pauta aqui, no Senado, hoje, que é o item 10, Senador Bezerra. Ele altera a Lei nº 11.107, de 2005, também relacionada aos consórcios.

O que está acontecendo hoje? Os consórcios públicos foram criados há 10 anos. Alguns com personalidade jurídica de direito público; outros, com personalidade jurídica de direito privado. Diante da omissão da lei, surge uma discussão, se a contratação feita nesse período de consorcio seria contratação de pessoal pelo regime celetista ou pelo regime estatutário. Alguns Tribunais de Contas entendem que, por serem pessoas jurídicas de direito público, o regime de contratação teria que ser estatutário. Outros tribunais aceitam que o regime seja celetista. Houve uma ampla discussão na Comissão Especial do Pacto Federativo, e essa matéria, na Comissão, teve unanimidade.

Se fosse possível, de repente, com a anuência do Senador Bezerra, ele poderia relatar esses dois projetos, e nós poderíamos aprovar, portanto, na sessão de hoje, o Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2015, o item 10, que está em regime de urgência e que é do Senador Fernando Bezerra. Não sei se ele poderia relatar, por ser o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria que fôssemos restritos exclusivamente à proposta do item 12, porque o item 10 mexe em relações de trabalho, provoca mudança. Eu sei que é meritória a apreciação, que vem da mesma Comissão, mas eu pediria compreensão. Vamos apreciar esse três itens. Caso o quórum melhore, Senadores e Senadoras, podemos apreciar autoridades. O Presidente Renan está chegando, e nós podemos, então, se o quórum melhorar, até apreciar alguma autoridade. Mas, fiquemos nesses três itens.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos começar, então, a deliberando o Item 12.

Item 12:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2014

(Em urgência, Requerimento nº 832, de 2015)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara Nº 24, de 2014 (2.145/2011, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o “Código de Trânsito Brasileiro”, permitindo a doação de veículos e a venda de sucata abandonados e revoga a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978.*

Parecer sob nº 415, de 2015, da CCJ. Relator: Senador José Medeiros, favorável com as Emendas nºs 1 a 3 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (de redação) que apresenta.

A matéria encontra-se em regime de urgência, nos termos do Requerimento 832, de 2015.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Ponho então em discussão o projeto.

Não sei se o Relator, o Senador José Medeiros, quer fazer um comentário.

Com a palavra V. Ex^a, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Como Relator. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, só para ressaltar a importância desse projeto.

Em que pese a matéria não parecer de grande importância, na verdade esse projeto vai facilitar a vida dos Estados, dos Municípios e da própria União.

Os pátios dos Detrans, hoje, estão abarrotados de sucatas de veículos apreendidos. Muitas vezes seus proprietários não os retiram e acabam virando criadouro de mosquitos da dengue, de roedores, de causadores de doenças.

Esse projeto facilita que o Estado se livre desses veículos, por doação ou por leilão, acabando com o problema que tem afligido todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ouvimos o Senador Relator, José Medeiros.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerrada a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Não há oradores inscritos para encaminhar a votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Votação, em globo, das Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de redação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental.

É o seguinte o parecer:



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

PARECER Nº 471, DE 2015

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2014 (nº 2.145, de 2011, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2014 (nº 2.145, de 2011, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o "Código de Trânsito Brasileiro", permitindo a doação de veículos e a venda de sucata abandonados, e revoga a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978*, consolidando as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CCJ, de redação, aprovadas pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, em 4 de agosto de 2015.

JORGE VIANA, PRESIDENTE

ELMANO FÉRRER, RELATOR

ANGELA PORTELA

VICENTINHO ALVES

ANEXO AO PARECER Nº 471 , DE 2015.

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2014 (nº 2.145, de 2011, na Casa de origem).

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre retenção, remoção e leilão de veículo, e revoga a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 270, 271 e 328 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre retenção, remoção e leilão de veículo.

Art. 2º Os arts. 270, 271 e 328 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 270.

.....

§ 2º Não sendo possível sanar a falha no local da infração, o veículo, desde que ofereça condições de segurança para circulação, poderá ser liberado e entregue a condutor regularmente habilitado, mediante recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual, contra apresentação de recibo, assinalando-se prazo razoável ao condutor para regularizar a situação, para o que se considerará, desde logo, notificado.

.....

§ 6º Não efetuada a regularização no prazo a que se refere o § 2º, será feito registro de restrição administrativa no Renavam por órgão ou entidade executivo de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, que será retirada após comprovada a regularização.

§ 7º O descumprimento das obrigações estabelecidas no § 2º resultará em recolhimento do veículo ao depósito, aplicando-se, nesse caso, o disposto no art. 271.” (NR)

“Art. 271.

§ 1º A restituição do veículo removido só ocorrerá mediante prévio pagamento de multas, taxas e despesas com remoção e estada, além de outros encargos previstos na legislação específica.

§ 2º A liberação do veículo removido é condicionada ao reparo de qualquer componente ou equipamento obrigatório que não esteja em perfeito estado de funcionamento.

§ 3º Se o reparo referido no § 2º demandar providência que não possa ser tomada no depósito, a autoridade responsável pela remoção liberará o veículo para reparo, mediante autorização, assinalando prazo para reapresentação e vistoria.

§ 4º A remoção, o depósito e a guarda do veículo serão realizados diretamente por órgão público ou serão contratados por licitação pública.

§ 5º O proprietário ou o condutor deverá ser notificado, no ato de remoção do veículo, sobre as providências necessárias à sua restituição e sobre o disposto no art. 328, conforme regulamentação do CONTRAN.

§ 6º Caso o proprietário ou o condutor não esteja presente no momento de remoção do veículo, a autoridade de trânsito, no prazo de dez dias contado da data de apreensão, deverá expedir a notificação prevista no § 5º ao proprietário, por remessa postal ou por outro meio tecnológico hábil que assegure a sua ciência.

§ 7º A notificação devolvida por desatualização do endereço do proprietário do veículo ou por recusa desse de recebê-la será considerada recebida para todos os efeitos.

§ 8º Em caso de veículo licenciado no exterior, a notificação será feita por edital.

§ 9º Não caberá remoção nos casos em que a irregularidade puder ser sanada no local da infração.” (NR)

“Art. 328. O veículo apreendido ou removido a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de sessenta dias, contado da data de recolhimento, será avaliado e levado a leilão, a ser realizado preferencialmente por meio eletrônico.

§ 1º Publicado o edital do leilão, a preparação poderá ser iniciada após trinta dias, contados da data de recolhimento do veículo, o qual será classificado em duas categorias:

I – conservado, quando apresenta condições de segurança para trafegar; e

II – sucata, quando não está apto a trafegar.

§ 2º Se não houver oferta igual ou superior ao valor da avaliação, o lote será incluído no leilão seguinte, quando será arrematado pelo maior lance, desde que por valor não inferior a cinquenta por cento do avaliado.

§ 3º Mesmo classificado como conservado, o veículo que for levado a leilão por duas vezes e não for arrematado será leiloadado como sucata.

§ 4º É vedado o retorno do veículo leiloadado como sucata à circulação.

§ 5º A cobrança das despesas com estada no depósito será limitada ao prazo de seis meses.

§ 6º Os valores arrecadados em leilão deverão ser utilizados para custeio da realização do leilão, dividindo-se os custos entre os veículos arrematados, proporcionalmente ao valor da arrematação, e destinando-se os valores remanescentes, na seguinte ordem, para:

I – as despesas com remoção e estada;

II – os tributos vinculados ao veículo, na forma do § 10;

III – os credores trabalhistas, tributários e titulares de crédito com garantia real, segundo a ordem de preferência estabelecida no art. 186 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional);

IV – as multas devidas ao órgão ou à entidade responsável pelo leilão;

V – as demais multas devidas aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito, segundo a ordem cronológica; e

VI – os demais créditos, segundo a ordem de preferência legal.

§ 7º Sendo insuficiente o valor arrecadado para quitar os débitos incidentes sobre o veículo, a situação será comunicada aos credores.

§ 8º Os órgãos públicos responsáveis serão comunicados do leilão previamente para que formalizem a desvinculação dos ônus incidentes sobre o veículo no prazo máximo de dez dias.

§ 9º Os débitos incidentes sobre o veículo antes da alienação administrativa ficam dele automaticamente desvinculados, sem prejuízo da cobrança contra o proprietário anterior.

§ 10. Aplica-se o disposto no § 9º inclusive ao débito relativo a tributo cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil, a posse, a circulação ou o licenciamento de veículo.

§ 11. Na hipótese de o antigo proprietário reaver o veículo, por qualquer meio, os débitos serão novamente vinculados ao bem, aplicando-se, nesse caso, o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 271.

§ 12. Quitados os débitos, o saldo remanescente será depositado em conta específica do órgão responsável pela realização do leilão e ficará à disposição do antigo proprietário, devendo ser expedida notificação a ele, no máximo em trinta dias após a realização do leilão, para o levantamento do valor no prazo de cinco anos, após os quais o valor será transferido, definitivamente, para o fundo a que se refere o parágrafo único do art. 320.

§ 13. Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, ao animal recolhido, a qualquer título, e não reclamado por seu proprietário no prazo de sessenta dias, a contar da data de recolhimento, conforme regulamentação do CONTRAN.

§ 14. Não se aplica o disposto neste artigo ao veículo recolhido a depósito por ordem judicial ou ao que esteja à disposição de autoridade policial.” (NR)

Art. 3º Revogam-se:

I – o art. 262 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e

II – a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e cinquenta dias de sua publicação oficial.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, indago de V. Exª se há uma emenda constitucional que trata da irrigação, que já havia cumprido as cinco sessões?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Sem revisão do orador.) – Indago de V. Exª se poderíamos votar a matéria.

Foi uma emenda constitucional ultraconsensual, resultado, inclusive, do trabalho da nossa Comissão. Sei que o quórum está baixo, mas, talvez, fosse importante verificar o quórum. Sei que há muita gente na Casa que não marcou presença, apesar de estar na Casa. Portanto, peço a V. Exª que, se possível, até o final da Ordem do Dia, nós façamos isso.

É muito importante. V. Exª é um homem que conhece isso até mais do que eu e sabe. Aqui está o Senador Moka, que hoje esteve numa importante reunião das cooperativas.

Nós temos enfrentado um problema seriíssimo na área da irrigação no Brasil, até por causa do custo da energia. Esse tem sido um reclame, eu diria, dos mais incisivos, digamos assim, em direção ao Congresso Nacional, uma vez que a liberação desses recursos, sobremaneira, contribuirá bastante para a continuidade de uma política de incentivo e de efetiva intensificação do uso desse processo de irrigação para aumentar a nossa produção, num momento, Moka, em que precisamos produzir mais, até para superar diversos problemas que enfrentamos na economia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Walter Pinheiro, V. Exª tem razão. A nossa única questão é o quórum. Eu faço um apelo às Srªs e aos Srs. Senadores que se encontram nas dependências da Casa e que ainda não registraram presença no painel para que o façam. Provavelmente teremos, daqui a pouco, votação nominal. Estou pensando, inclusive, com a votação de autoridades, em fazer uma aferição desse quórum.

Quero, inclusive, que as assessorias informem aos Senadores que deveremos ter votação nominal. É importante que as assessorias informem os Senadores. Nós vamos apreciar os dois itens acordados e, em seguida, a matéria a que V. Exª se refere, Senador Walter, que está pronta para ser apreciada. Checando a questão do quórum, poderemos fazer a apreciação, ao longo da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Item 20, para contar prazo.

Item 20:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 98, DE 2015

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 98, de 2015, (apresentada como conclusão do Relatório Parcial nº 6, de 2015, da Comissão Temporária de Reforma Política, Relator: Senador Romero Jucá), que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Transitorias da Constituição para reservar vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas três legislaturas subsequentes.*

Segunda sessão de discussão da proposta, em primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Item 8, conforme solicitado pelo Senador Fernando Bezerra.

Item 8 da pauta:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2014

(Em urgência, Requerimento nº 827, de 2015)

Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2014, do Senador Pedro Taques, que *acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para limitar as exigências de regularidade aos consórcios*

públicos quando da celebração de convênios com a União ao próprio consórcio, sem estendê-las aos entes públicos que o compõem.

A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do Requerimento 827, de 2015, e depende de parecer da CCJ.

Eu concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra para proferir parecer sobre o projeto, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra, que é um conhecedor desta matéria, que trabalha na Comissão do Pacto Federativo e é uma escolha acertada. Tem V. Ex^a a palavra para proferir o parecer deste projeto, que é da maior importância para os Municípios brasileiros.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente Senador Jorge Viana, pela oportunidade de relatar esta matéria.

Vem ao plenário do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 196, de 2014, do Senador Pedro Taques, que altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para simplificar as regras legais de comprovação de regularidade para fins de recebimento de transferências da União quando o beneficiário é consórcio de Municípios.

Atualmente, a lei exige que cada ente que compõe o consórcio comprove, separadamente, sua regularidade. A proposição determina que essa comprovação seja feita exclusivamente pelo consórcio interessado.

Para justificar a proposição, o autor lembra que a atual legislação engessa o funcionamento do consórcio público, pois basta que um ente tenha uma restrição no Cadastro Único de Convênios para impedir o recebimento dos recursos, com evidentes prejuízos para a população.

Por despacho do Presidente, a referida proposição foi emitida, inicialmente, à Comissão de Constituição e Justiça para decisão em caráter terminativo. Por iniciativa da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo e com o intuito de conferir maior rapidez à tramitação, foi apresentado requerimento de urgência para que este importante projeto seja apreciado diretamente em plenário.

Não há óbices constitucionais ou legais à proposição, que também não implica aumento de despesa pública. A técnica legislativa empregada atende as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação e alteração de leis. Em particular, o diploma legal alterado – a saber, a Lei nº 11.107, de 2005 – é o destino correto para a inovação legal pretendida.

No mérito, o projeto é louvável. Sob as regras atuais, as transferências voluntárias realizadas a consórcios municipais se tornam inviáveis cada vez que algum dos Municípios envolvidos não consegue comprovar sua regularidade, o que resulta, na prática, na paralisação do projeto ou da ação até a eliminação da pendência burocrática.

Para ressaltar minha convicção da importância dessa proposição, tomo a liberdade de mencionar o PLS nº 303, de 2015, de minha autoria, que versa sobre o mesmo tema e que está na Ordem do Dia, e que, com a aprovação da proposição ora em análise, restará prejudicado.

A matéria, disposta como uma das prioridades definidas na Comissão do Pacto Federativo, é de importância ímpar, principalmente para os Municípios brasileiros, que precisam de maior apoio da União e não de imposição de regras que inviabilizem projetos de desenvolvimento do Estado brasileiro.

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 196, de 2014.

Este é o nosso voto, Sr. Presidente, pela aprovação.

É o seguinte o parecer na íntegra:



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PARECER Nº 472, DE 2015

De PLENÁRIO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2014, que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para limitar as exigências de regularidade aos consórcios públicos quando da celebração de convênios com a União ao próprio consórcio, sem estendê-las aos entes públicos que o compõem.

RELATOR: Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

I – RELATÓRIO

Vem ao Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 196, de 2014, que altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para simplificar as regras legais de comprovação de regularidade para fins de recebimento de transferências da União, quando o beneficiário é consórcio de municípios. Atualmente, a Lei exige que cada ente que compõe o consórcio comprove, separadamente, sua regularidade. A proposição determina que essa comprovação seja feita exclusivamente pelo consórcio interessado.

Para justificar a proposição, o autor lembra que a atual legislação engessa o funcionamento do consórcio público, pois basta que um ente tenha uma restrição no Cadastro Único de Convênios para impedir o recebimento dos recursos, com evidentes prejuízos para a população.

Por despacho do Presidente, a referida proposição foi remetida inicialmente à Comissão de Constituição e Justiça, para decisão em caráter terminativo. Por iniciativa da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo, e com o intuito de conferir maior rapidez à tramitação, foi apresentado requerimento de urgência, para que este importante Projeto seja apreciado diretamente em Plenário.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

2

II – ANÁLISE

Não há óbices constitucionais ou legais à proposição, que também não implica aumento de despesa pública. A técnica legislativa empregada atende as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação e alteração de leis. Em particular, o diploma legal alterado, a saber, a Lei nº 11.107, de 2005, é o destino correto para a inovação legal pretendida.

No mérito, o projeto é louvável. Sob as regras atuais, as transferências voluntárias realizadas a consórcios municipais se tornam inviáveis, cada vez que algum dos municípios envolvidos não consegue comprovar sua regularidade, o que resulta, na prática, na paralisação do projeto ou da ação até a eliminação da pendência burocrática. Para ressaltar minha convicção da importância desta proposição, tomo a liberdade de mencionar o PLS nº 303, de 2015, de minha autoria, que versa sobre o mesmo tema e que, com a aprovação da proposição em análise, resta prejudicado.

A matéria está disposta como uma das prioridades definidas na Comissão do Pacto Federativo e de importância ímpar principalmente para os Municípios Brasileiros que precisam de maior apoio da União e não de imposição de regras que inviabilizam projetos de desenvolvimento do Estado Brasileiro.

III – VOTO

Pelo exposto, opinamos pela **aprovação** do PLS nº 196, de 2014.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O parecer é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se a sua apreciação.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto em turno único.

Para discutir, não há oradores inscritos.

Em votação o projeto.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicada na forma regimental.

É o seguinte o parecer na íntegra:



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

PARECER Nº 473, DE 2015

Redação final do Projeto de Lei do
Senado nº 196, de 2014.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2014, que *acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para limitar as exigências de regularidade aos consórcios públicos quando da celebração de convênios com a União ao próprio consórcio, sem estendê-las aos entes públicos que o compõem.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 4 de agosto de 2015.

JORGE VIANA, PRESIDENTE

ELMANO FÉRRER, RELATOR

ÂNGELA PORTELA

VICENTINHO ALVES

ANEXO AO PARECER Nº 473, DE 2015.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2014.

Acrescenta parágrafo único ao art. 14 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para limitar as exigências legais de regularidade, quando da celebração de convênios com a União, ao próprio consórcio público envolvido, sem estendê-las aos entes federativos nele consorciados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 14 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 14.

Parágrafo único. Para a celebração dos convênios de que trata o *caput*, as exigências legais de regularidade aplicar-se-ão ao próprio consórcio público envolvido, e não aos entes federativos nele consorciados.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*
Encerrada a discussão.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Líder Eunício Oliveira. *(Pausa.)*

Ponho em apreciação o requerimento de autoria do Senador Fernando Bezerra.

Requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado 303, de 2015, de minha autoria.

É o seguinte o requerimento na íntegra:



SENADO FEDERAL

*Aprovado
Em 4/8/2015*
Senador Sérgio Petecão
1º Suplente

Requerimento nº 875, de 2015.

*Requeiro a retirada, em caráter
definitivo, do Projeto de Lei do
Senado nº 303, de 2015, de minha
autoria.*

Em 4 de agosto de 2015

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É o Item 11 da pauta – 4 de agosto de 2015.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Mais uma vez peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que estão nas dependências do Senado que venham ao plenário, pois vamos ter votação nominal. Nós vamos fazer a apreciação de autoridades, e peço às assessorias que informem às Sr^{as} e aos Srs. Senadores. Faremos, então, a apreciação do Parecer nº 305, de 2015.

Item extrapauta:

PARECER Nº 305, DE 2015

Discussão, em turno único, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, tendo como Relator o Senador Randolfe Rodrigues, sobre o Ofício nº S/57, de 2015, de lideranças partidárias do Senado Federal – é uma indicação, portanto, do Senado Federal –, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho para recondução ao cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público – CNMP, na forma do art. 130-A, inciso VI, da Constituição Federal.

Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico, nos termos do disposto no art. 130-A da Constituição Federal, combinado com o art. 288 do Regimento Interno.

Em votação o parecer.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Volto a repetir que se trata da indicação do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho. É uma indicação do Senado Federal para uma recondução que contou com o parecer do Senador Randolfe Rodrigues.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar. O painel já está aberto.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para comentar a recente aprovação desse projeto de lei do Senado de autoria do Senador Pedro Taques.

Na realidade, esse projeto era uma aspiração, uma solicitação muito forte da Confederação Nacional dos Municípios. Eu, como Ministro da Integração Nacional, tive a oportunidade de me deparar com esse problema. Consórcios municipais, como, por exemplo, para a operação de hospitais regionais, muitas vezes ficavam impedidos de receber repasses e transferências federais, porque o consórcio reunia 11, 12 Municípios e não era, digamos assim, muito frequente ter um dos Municípios com Cauc não regularizado, o que impedia a transferência de verbas federais.

Por outro lado, também havia a situação em que consórcios municipais eram formados para a operação de máquinas agrícolas, para a exploração de poços artesianos, de perfuratrizes, e, muitas vezes, não conseguíamos estabelecer a transferência de recursos para a compra desses importantes equipamentos pela dificuldade da apresentação dos Cauc dos Municípios de forma individual.

Portanto, hoje o Senado Federal, de certa forma, avança na sua pauta de atender aos Municípios brasileiros. Essa é uma matéria que leva para a desburocratização, para a simplificação na relação entre a União e os entes federados – de forma particular, os Municípios brasileiros.

Eu queria, portanto, parabenizar aqui o atual Governador de Mato Grosso e ex-Senador Pedro Taques pela iniciativa da propositura e dizer que hoje nós demos um passo adiante no sentido de dar respostas concretas em relação aos reclamos e às demandas que foram apresentadas pelos Municípios brasileiros na sua mais recente marcha, que ocorreu aqui em junho do corrente ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra.

Mais uma vez eu queria pedir às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que estão nas dependências da Casa: estamos com votação nominal, apreciando a indicação, uma recondução, do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. É uma indicação do Senado Federal que teve como Relator o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com a palavra V. Ex^a, Senador Capiberibe. Aproveito para cumprimentá-lo. Não o vejo mais caminhando, correndo na quadra, mas acho que a partir de amanhã V. Ex^a vai passar como uma flecha.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Benedito de Lira também, grande corredor da nossa quadra.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pela ordem. Se revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, hoje pela manhã participei do 11º Fórum de Segurança Pública, que reúne as lideranças dos policiais militares e corpos de bombeiros de todo o País.

O tema da nossa palestra foi segurança pública e direitos humanos. Nós consideramos que as nossas forças de segurança, a Polícia Militar em especial, são de fato as grandes responsáveis pela garantia dos direitos da cidadania, incluindo a garantia dos direitos humanos. E para isso é necessário capacitar, preparar, adequar e ter políticas públicas nacionais.

O Brasil carece de uma política para a segurança pública. Nós temos política para a educação, nós criamos uma política nacional para a educação – nós podemos hoje reclamar da qualidade, mas não podemos reclamar mais da quantidade, nós universalizamos o ensino fundamental. Temos também política para a saúde. No entanto, nos falta política para a segurança.

E, na política de segurança, nós temos tramitando nesta Casa uma proposta de emenda à Constituição – a PEC 24 – que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, exatamente que vai permitir que a União abra o seu guarda-chuva sobre os Estados brasileiros e se una e estabeleça uma política integrada para garantir a segurança de todos os brasileiros e brasileiras.

Eu me sinto constrangido pelo tamanho da violência, pelo banho de sangue que a nossa juventude vive no País. É verdade que os países vizinhos superaram isso, mesmo depois de terem passado por situações de extrema violência, como é o caso da Argentina, em que mais de 20 mil pessoas, no período da ditadura, foram assassinadas e desapareceram. No caso do Chile, também, em que houve uma violência inusitada. E no Uruguai. E esses países hoje possuem indicadores de violência infinitamente menores do que os do Brasil. Os índices de assassinatos nesses países são semelhantes aos de países ricos.

Portanto, eu quero, Sr. Presidente, solicitar a V. Ex^a e solicitar ao Presidente Renan Calheiros que formem uma comissão de Senadores e de Senadoras para que possamos visitar o Uruguai, o Chile e a Argentina para saber como eles conseguiram controlar a violência. Nós não podemos continuar de braços cruzados diante do medo que a população brasileira tem. Hoje, 80% dos brasileiros têm pavor de morrerem assassinados. Isso é algo que não pode continuar. Não podemos ficar de braços cruzados diante dessa realidade.

Eu sugiro, então, que uma comissão de Senadores e de Senadoras visite e entre em contato para saber como os nossos vizinhos conseguiram controlar a violência e nós ainda não.

E os policiais militares e bombeiros de todo o País incumbiram-me de ler uma nota de repúdio assinada por todos eles. A nota de repúdio do seguinte:

NOTA DE REPÚDIO

A Associação Nacional de Entidades representativas de militares Estaduais do Brasil - ANERMB, entidade que representa aproximadamente 750 mil militares entre policiais, bombeiros, inativos e pensionistas vem através desta nota, REPUDIAR o parcelamento do salário dos policiais e bombeiros militares, bem como de todos servidores públicos estaduais do Estado do Rio Grande do Sul.

De modo algum o Brigadiano e sua família devem sofrer as consequências de um estado mal administrado.

Se for para cortar receitas que não seja do servidor que arrisca sua própria vida em prol do cidadão rio-grandense.

Portanto, a ANERMB apoia integralmente o movimento deflagrado pelos militares gaúchos, pois apenas exigem que o governador cumpra com seu dever e pague integralmente e na data correta o salário do servidor.

Essa nota de repúdio vai assinada pelas associações de policiais militares e bombeiros de todo o País. Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Capi-beribe. Eu sei da situação grave que Sergipe e o Rio Grande do Sul estão vivendo hoje.

Eu queria só, antes de passar a palavra, pela ordem, para o Senador Blairo, mais uma vez pedir aos Senadores e às Senadoras que estão no plenário que façam uso do painel.

Estamos apreciando a indicação de autoridades e, neste caso, a indicação do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho para a recondução como Conselheiro Nacional do Ministério Público, para o CNMP. Então, peço a todos que estão nas dependências da Casa que acionem o painel.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Ouço o Senador Blairo e, em seguida, V. Ex^a, Senador.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado pela compreensão, Senador Amorim.

Presidente, eu quero aproveitar, enquanto os colegas vêm para a votação, para fazer aqui um agradecimento à Presidenta Dilma e também ao Ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, pela sanção, ou pelo não veto, da Medida Provisória nº 673, que cuidou da questão do emplacamento dos tratores e colheitadeiras.

Também ali nós negociamos, na comissão provisória, uma alteração na lei para que os tratoristas, colheitadores e operadores de outras máquinas agrícolas e rodoviárias tenham o mesmo tratamento que têm os motoristas de caminhão. Hoje, a CLT permite que eles trabalhem oito horas, com mais duas horas extras – a possibilidade de mais duas –, podendo chegar então a dez horas.

Esse assunto foi discutido na comissão mista, depois a Câmara aceitou, o Relator Aleluia aceitou essa proposição, que acabou vindo para o Senado, e aqui também aprovamos.

E fizemos, então, um trabalho junto à Presidência para que não houvesse veto a essa matéria, como, de fato, não houve.

Então, quero agradecer à Presidente Dilma pela atenção, também ao Aloizio Mercadante, que tratou desse assunto, conversei também com o Vice-Presidente Michel Temer. E agradecer, aqui, aos nossos pares, às Senadoras e aos Senadores que acompanharam, nessa votação. Portanto, foi uma vitória de todos nós, que trará ao campo e também às empresas que trabalham na construção civil e no transporte rodoviário a possibilidade de ter uma redução muito grande nas questões trabalhistas. Provavelmente, em torno de 60% a 70% de todas as demandas jurídicas nessa área são por de ultrapassar, questão de meia hora ou uma hora, o tempo de trabalho com essas máquinas.

Como foi aprovado, já é lei. Hoje está em vigor. Claro que os agricultores e essas empresas terão que fazer um acordo coletivo, conforme prevê a CLT, para que possam, então, os tratoristas de áreas agrícolas e também da área industrial fazer essa hora extra, o que nós tanto desejávamos e de que tanto a agricultura precisava.

Então, Presidente, é para aqui deixar registrado o agradecimento a todos os colegas e também à Câmara Federal, através do Deputado Aleluia, que foi o Relator e que aceitou a proposição dessa questão.

Muito obrigado, Presidente. Estamos todos de parabéns e vamos em frente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Presidente, pela ordem

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Blairo Maggi, e passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, peço para que, depois da apreciação da votação do Dr. Leonardo Carvalho para o Conselho Nacional do Ministério Público, possamos também votar e apreciar o nome do Dr. Otávio Brito, pessoa extremamente qualificada, Procurador do Ministério Público do Trabalho, qualificado.

Tive a honra de relatar, na CCJ, a sua proposição, a sua indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público. E o senhor também, Sr. Presidente, o senhor também, e o Senador Petecão conhecem tão bem a pessoa do Procurador Otávio Brito.

Então, Presidente, peço que, depois da votação da indicação do Dr. Leonardo Carvalho para o Conselho Nacional do Ministério Público, possamos votar a indicação do Doutor Otávio Brito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex^a. V. Ex^a sabe que também tenho um grande apreço pelo Dr. Otávio Brito. É um construtor do bom juízo sobre o Direito, a aplicação do Direito, tem uma carreira exemplar e, certamente, passada a apreciação da indicação do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, nós faremos, então, atendendo a V. Ex^a, Senador Eduardo Amorim, a apreciação da indicação do Dr. Otávio Brito.

Só estamos aguardando. Eu queria pedir aos Senadores e às Senadoras que ainda não votaram... Eu penso que temos alguns Senadores no plenário que ainda não votaram. A impressão aqui é de que temos mais Senadores do que votos no painel.

Estamos apreciando a indicação do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho para a recondução ao cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público, no CNMP. É uma indicação do Senado Federal e é uma recondução.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que, ao final da Ordem do Dia, faça a leitura do requerimento de minha autoria, de autoria do Senador João Capiberibe e de outros Senadores, que requer a realização de uma sessão especial, no dia 14 de setembro, com a finalidade de celebrar os 72 anos de criação do então Território Federal do Amapá.

Nesses termos, Sr. Presidente, peço seu deferimento para, ao final da Ordem do Dia, fazer a leitura desse requerimento e, se possível, tão logo, a apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos atender V. Ex^a, Senador Randolfe Rodrigues. Certamente, esse requerimento deve ter a assinatura também do Senador Capiberibe e dos colegas. E eu queria autorização para colocar a minha também, como um amigo do Amapá, daquele povo generoso, que, nos bons tempos de governo do Capiberibe, tive o privilégio de visitar e até de ajudar. Não é, Senador Capiberibe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP.) – V. Ex^a será bem-vindo, amigo do Amapá que é e que tantas contribuições tem dado em diversos momentos, em especial no período em que o Senador João Capiberibe governou o Estado.

V. Ex^a já tem a medalha de Cidadão Honorário do Amapá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Bons tempos aqueles em que tínhamos uma pacificação na Amazônia. Para mim foi um privilégio.

Vamos fazer a abertura do painel, apurar os votos e proclamar o resultado.

Pergunto se há mais algum Senador...

Temos dois Senadores que estão votando.

Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 305, de 2015 - Leonardo Carvalho (CNMP)

Recondução do sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho ao CNMP, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal.

Matéria **PAR 305/2015**

Início Votação **04/08/2015 17:38:54** Término Votação **04/08/2015 17:59:47**

Sessão **126º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **04/08/2015 14:03:26**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PSDB	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	TO	Atáides Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PR	MT	Blairo Maggi	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PDT	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PPS	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
-	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
-	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 305, de 2015 - Leonardo Carvalho (CNMP)

Recondução do sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho ao CNMP, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal.

Matéria **PAR 305/2015**

Início Votação **04/08/2015 17:38:54** Término Votação **04/08/2015 17:59:47**

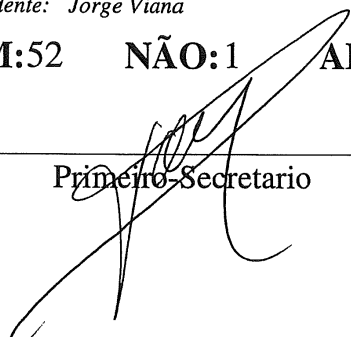
Sessão **126º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **04/08/2015 14:03:26**

PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	AM	Sandra Braga	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PDT	MG	Zezé Perrella	SECRETO

Presidente: *Jorge Viana*

SIM:52 NÃO:1 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:54



Primeiro-Secretario

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – 52 SIM; 1 NÃO.

Uma abstenção.

Aprovado o nome do Sr. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Fica prejudicado o Ofício nº S/56, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Conforme solicitação do Senador Eduardo Amorim, que tem também a minha chancela...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uma solicitação feita por mim também. Pensei que estaria na Presidência o Presidente Renan, solicitei a ele, que me garantiu que estaria aqui. Depois comuniquei a V. Exª também da votação do Conselheiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Vamos fazer a apreciação do Sr. Otavio Brito Lopes. Em seguida, faremos a apreciação do Sr. Cláudio Henrique Portela do Rego. Seriam as três autoridades que apreciaríamos hoje.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Então, atendendo o Senador Eduardo Amorim – também solicitação minha –, faremos a apreciação do Parecer nº 305, de 2015.

Item extrapauta:

PARECER Nº 306, DE 2015

Discussão, em turno único, do Parecer nº 306, de 2015, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que teve como Relator o Senador Eduardo Amorim, sobre o Ofício nº S/58, de 2015 (nº 5, de 2015, na origem), do Ministério Público da União, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Otavio Brito Lopes, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal.

Discussão do parecer. *(Pausa.)*

Não há oradores inscritos.

Encerrada a discussão.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico, nos termos do disposto do art. 130-A da Constituição Federal, combinado com o art. 288 do Regimento Interno.

Em votação a indicação do Sr. Otavio Brito Lopes, que teve como Relator o Senador Eduardo Amorim, a quem passo novamente a palavra para que possa encaminhar a votação, falando ao Plenário do Senado Federal.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado.

Como eu já disse, tive o privilégio de relatar a indicação do Dr. Otavio Brito Lopes, na CCJ, pessoa profissional, Procurador, o qual eu conheço, que desempenha com muito brilho, com muita determinação, no espírito de missão o seu trabalho. Portanto, está preparado para ocupar essa indicação ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Para tanto, peço o apoio dos demais colegas, porque se trata realmente de uma pessoa extremamente preparada para essa sua nova missão, se assim os colegas entenderem. *(Pausa.)*

Durante o discurso do Sr. Eduardo Amorim, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Jorge Viana, com a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só queria pedir a atenção dos colegas Senadores e Senadoras.

O Senador Eduardo Amorim foi Relator dessa indicação, já deu seu veredito, seu depoimento, seu parecer. E eu queria só endossar.

O Sr. Otavio Brito Lopes é uma acertada indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público, tendo em vista a sua carreira, o seu profissionalismo, a sua retidão no trabalho. Ele tem uma vivência no Ministério Público do Trabalho e, certamente, vai suceder à altura o Dr. Jefferson, que cumpriu também uma missão com serenidade, com competência e merece, inclusive, um sucessor como o Sr. Otavio Brito Lopes.

Então, peço aos colegas, Senadoras e Senadores, que acompanhem o voto do Relator, Senador Eduardo Amorim, nesta indicação em que eu pedi vênua a S. Exª para também assinar embaixo como coautor desse relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Tem a palavra V. Exª pela ordem, Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria que registrasse meu voto na votação anterior, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Sem revisão do orador.) – Vários Senadores estavam agora em reunião com o Procurador-Geral da República e, por essa razão, não participamos da primeira votação nominal. Eu queria registrar aqui o meu voto favorável à indicação do Sr. Leonardo Henrique.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC. Sem revisão do orador.) – O Senador Gladson Cameli estava na mesma reunião que o Senador Humberto. Então, eu gostaria de votar favorável e que se registrasse em Ata, por gentileza, bem como nas demais votações de que não participei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª, Senador Cameli.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que é um prazer encontrar V. Exª nesta Casa. E queria registrar o meu voto “sim” à indicação do Leonardo Henrique Cavalcante Carvalho. Estou acabando de chegar de uma reunião na Procuradoria Geral da República pela nossa CPI do Futebol. Então, registro o meu voto “sim” na primeira votação que houve aqui hoje. Está certo, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Se todos já votaram, nós vamos proclamar o resultado e encerrar a votação.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 306/2015 - Otávio Brito Lopes (CNMP)

Indicação do sr. Otávio Brito Lopes ao CNMP, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal.

Matéria **PAR 306/2015**

Início Votação **04/08/2015 18:02:35** Término Votação **04/08/2015 18:15:30**

Sessão **126ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

04/08/2015 14:03:26

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PSDB	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PR	MT	Blairo Maggi	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PDT	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PP	AC	Gladson Cameli	SECRETO
PSD	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PPS	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
-	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
-	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 306/2015 - Otávio Brito Lopes (CNMP)

Indicação do sr. Otávio Brito Lopes ao CNMP, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal.

Matéria **PAR 306/2015**

Início Votação **04/08/2015 18:02:35** Término Votação **04/08/2015 18:15:30**

Sessão **126º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **04/08/2015 14:03:26**

PMDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	AM	Sandra Braga	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
DEM	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PDT	MG	Zezé Perrella	SECRETO

Presidente: Jorge Viana

SIM:53 NÃO:2 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:56

Primeiro-Secretario

SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – SIM, 53; NÃO, 2.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovada a indicação de Otavio Brito Lopes para o Conselho Nacional do Ministério Público. Será feita a devida comunicação ao Procurador-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) –

Item extrapauta:

PARECER Nº 304, DE 2015

Discussão, em turno único, do **Parecer nº 304, de 2015**, da CCJ, que teve como Relator o Senador Eunício Oliveira, sobre o Ofício nº 5/53, de 2015 (nº 3/2015, na origem), do Procurador-Geral da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a recondução do Sr. Cláudio Henrique Portela do Rego ao Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal.

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir o parecer, declaramos encerrada a discussão do parecer.

A matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico, nos termos do disposto no art. 130-A da Constituição Federal, combinado com o art. 288 do Regimento Interno.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Omar Aziz, com a palavra, V. Ex^a.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Assim como outros Senadores, eu tinha uma audiência marcada às 17 horas, com o Ministro da Justiça, o Procurador-Geral Dr. Janot e o delegado diretor da Política Federal, para tratar sobre a CPI do Futebol. Então, quero justificar minha ausência nas duas primeiras votações, e os outros companheiros, colegas Senadores que estavam comigo, daqui a pouco vão justificar também. Mas eu queria justificar a ausência dessas duas votações por essa razão de estar fora do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a, Senador Omar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Romero Jucá, com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, gostaria que pudesse constar em ata o meu voto “sim” nas votações anteriores que ocorreram nominais, tendo em vista que me encontrava, junto com o Senador Romário e membros da CPI do Futebol, em reunião com o Ministro da Justiça, com o Procurador-Geral da República e com o Diretor-Geral da Polícia Federal, exatamente discutindo providências de investigação da CPI do Futebol.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Valdir Raupp.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Sr. Presidente... Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Apoio Governo/PT - PA) – Gostaria de pedir a V. Ex^a que registrasse em ata as votações anteriores com a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará as manifestações de V. Ex^a.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, questão de ordem. Estava em atividade externa e gostaria de registrar em ata, nas duas votações anteriores, o meu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

Se todos já votaram, vamos...

Senador Edison Lobão.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senadora Gleisi Hoffmann, com a palavra V. Ex^a.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas para justificar o meu voto, nas votações anteriores, pela orientação da Bancada.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará, Senadora Gleisi, a manifestação de V. Exª.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, só uma informação: quantas votações nominais ainda teremos?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Esta é a última. Nós hoje votamos três autoridades, das seis que tínhamos. As demais serão apreciadas amanhã.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse quórum de 60 Senadores... Havia um quórum de uns 70 Senadores, mas, com 62 Senadores, eu tenho a impressão de que, pelo menos, esta foi a manifestação dos Senadores, aqui no plenário, em relação à PEC da Irrigação: nós poderíamos abrir pelo menos o primeiro turno da PEC da Irrigação, até porque V. Exª, que é também conhecedor profundo desse tema, sabe como essa questão tem gerado diversos problemas para nós, do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Portanto, é uma PEC sobre a qual havia total acordo, que é a prorrogação. Nós já estamos tendo problemas na irrigação com a questão da energia. Então, era fundamental que a gente pudesse prorrogar a questão da irrigação para essas áreas, incentivando a produção no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Atendendo à sugestão do Senador Walter Pinheiro e de vários Líderes da Casa, nós vamos apreciar a Proposta de Emenda à Constituição nº 78, que é o próximo item da pauta. *(Pausa.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Ricardo Ferraço. Senador Valdir Raupp, na sequência. *(Pausa.)*

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Ricardo Ferraço, com a palavra, V. Exª.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em bom momento, V. Exª, em nome da convergência, do debate amplo, do contraditório, da democracia, constituiu uma comissão para que nós pudéssemos estudar e aprofundar o debate em relação ao projeto apresentado pelo Senador José Serra, que altera as regras do sistema de partilha, considerando a complexidade desse tema.

Ocorre, Sr. Presidente, que nós não estamos conseguindo colocar de pé essa comissão. Já se passam quase 30 dias da decisão de V. Exª, que foi apoiado pelo Plenário do Senado, e não estamos conseguindo nem sequer constituir a comissão, que deverá ser presidida pelo Senador Otto, para que possamos iniciar os nossos trabalhos. Isso revela, na prática, um sinal daqueles que não querem debater o assunto, mas querem procrastinar um tema como esse, que é da maior importância e relevância para o País, Sr. Presidente, à medida que pode intensificar, que pode dinamizar o arranjo econômico do petróleo e do gás, que não é importante apenas para o nosso País, é importante para alguns Estados federados.

Chamo a atenção de V. Exª para esse fato, porque foi a pedido do Plenário que V. Exª constituiu essa comissão e se faz necessário que, mais uma vez, possamos amanhã, às 15h30, conforme convocação feita pelo Senador Otto, constituir a comissão, eleger nosso presidente, eleger nosso relator, fazermos uma agenda para que, ao longo dos próximos dias, semanas, enfim, possamos ter uma decisão em relação a esse tema.

Então, levo ao conhecimento de V. Exª porque V. Exª fez aquilo em bom tom; num momento em que os ânimos estavam muito estressados aqui no Plenário, encontramos essa saída para que o debate pudesse se estabelecer. Mas, ainda assim, aqueles que queriam debater estão correndo, estão fugindo, não estão dando quórum, trazendo extraordinário prejuízo à economia brasileira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Acato a sugestão do Senador Ricardo Ferraço...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – ... e vamos dividir a comissão exatamente entre titulares e suplentes...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – ... de forma a facilitar o seu funcionamento, simplificar seu funcionamento.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – A obstrução é um mecanismo regimental, mas não pode haver obstrução contra os interesses do País. Isso é profundamente lamentável. Essa iniciativa de V. Exª cria condições para que a comissão possa existir e possamos conduzir nossa agenda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Quero cumprimentar V. Exª. Vamos fazer exatamente isso e instalar a comissão amanhã.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Estamos retomando nossos trabalhos. Hoje tive a oportunidade de dizer que vamos retomar a agenda do Pacto Federativo, pautando primeiramente as matérias que não afetem o equilíbrio fiscal e que sejam recomendadas pela Comissão de Aprimoramento do Pacto Federativo. Vamos retomar os itens da reforma política e vamos votar alguns assuntos de importância para o País, especialmente a atualização do Código de Defesa do Consumidor. Essa matéria está chegando ao Plenário do Senado Federal, e é importante que ela seja aqui discutida, que tenha aprofundada a discussão em torno dessas alterações e, afinal, possa ser apreciada.

A Presidência também informa às Srªs e aos Srs. Senadores a disponibilização de novos postos de votação, que garantem a acessibilidade. A partir de hoje, qualquer Parlamentar com deficiência poderá votar, sem qualquer empecilho, utilizando os pés e os olhos. O Senado, assim, reforça, como todos veem, o seu compromisso de que todos os brasileiros tenham a possibilidade de exercer a atividade política em igualdade de condições.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Também, a partir de hoje, como todos estão vendo, o cronômetro passa a integrar o nosso painel, exibindo os segundos, de modo a conferir instrumentos para que cada orador possa planejar exatamente o seu tempo na tribuna do Senado Federal.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – E, até o final do mês, é uma outra boa notícia, nós trocaremos o carpete aqui, do Plenário do Senado Federal.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Sem revisão do orador.) – Inicialmente, para apoiar a decisão de V. Exª de dar sequência à Ordem do Dia, com as matérias relativas ao Pacto Federativo, mas houve uma solicitação do Senador Walter Pinheiro para que fosse apreciada, dentro do âmbito do Pacto Federativo, a emenda à Constituição que fixa os percentuais de investimentos de irrigação no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Então, gostaria de solicitar a V. Exª que as matérias de interesse do Pacto Federativo fossem iniciadas pela PEC da Irrigação, como ela é denominada, como ela é conhecida, que é de interesse de todos os governadores, especialmente do Nordeste brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu agradeço ao Senador Fernando Bezerra, e vamos, tão logo encerrarmos essa votação, começar a apreciar este importantíssimo item da nossa pauta. Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA) – Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Marcelo Crivella, com a palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exª que, na sua indulgência, consignasse o meu voto favorável aos indicados.

Obrigado, Presidente.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação do Senador Marcelo Crivella.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/PMDB - PA) – Sr. Presidente, estava ausente da votação nominal anterior e gostaria que V. Exª determinasse o registro da minha presença.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª, Senador Jader Barbalho.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente Renan. Presidente Renan, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Blairo Maggi, com a palavra V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar quero cumprimentá-lo pelo retorno dos trabalhos. Que tenhamos um semestre produtivo aqui e que possamos responder à altura do que o Brasil precisa neste momento. Será preciso muita responsabilidade deste Congresso, deste Senado. A situação lá fora não é de céu de brigadeiro. A crise sobre a qual alertamos há poucos dias instalou-se no País e, na minha avaliação, ainda vai piorar muito antes de voltar a melhorar.

Então, temos que ter posições firmes aqui neste ano. Será um ano difícil, mas devemos fazer o nosso trabalho para a Nação brasileira, que conta com o Senado para que possamos conter alguns exageros que estão por aí, e não pela briga política, mas pelo bem do País e da população. Sempre que dois elefantes brigam quem perde é a grama. Quer dizer, é a população que perde com a briga dos líderes e a briga no Congresso.

Assim, quero desejar a V. Ex^a e a todos nós um bom retorno e um bom período.

Também quero solicitar de V. Ex^a que encaminhe o requerimento que cria aquela comissão sobre a qual já falei a V. Ex^a. Apresentei um relatório e V. Ex^a ficou de encaminhar aos partidos para que possam fazer a indicação de pessoas de renome nacional para discutir a questão da desburocratização no País, de mudanças de regras, azeitar um pouco as questões trabalhistas e das empresas, olhar um pouco para as empresas, porque elas estão morrendo afogadas, sufocadas pelo excesso de legislação, pelo excesso de controle. Estamos perdendo a eficiência. Portanto, penso que o Senado pode fazer um trabalho importante de ajudar as empresas brasileiras a serem mais eficientes, mais produtivas, a fim de pagarem melhores salários e competirem mundo afora.

Penso que nós aqui, no Senado, podemos fazer esse trabalho. E é essa proposta que está sobre a mesa. Gostaria, portanto, que V. Ex^a desse atenção e nos deixasse trabalhar nessa direção.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB – AL) – Nós agradecemos muito a V. Ex^a, Senador Blairo.

Queria aproveitar e pedir aos Líderes que, por favor, sugiram os nomes para que possamos, imediatamente, compor essa comissão que examinará o desenvolvimento do Brasil. É uma comissão importantíssima que foi proposta pelo Senador Blairo Maggi e é fundamental que ela seja rapidamente instalada.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 304, de 2015 - Cláudio do Rego (CNMP)

Indicação do sr. Cláudio Henrique Portela do Rego ao CNMP, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal.

Matéria **PAR 304/2015**

Início Votação **04/08/2015 18:17:07** Término Votação **04/08/2015 18:35:46**

Sessão **126º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão

04/08/2015 14:03:26

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PSDB	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PR	MT	Blairo Maggi	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PDT	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
PT	TO	Donizeti Nogueira	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PTB	AL	Fernando Collor	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PP	AC	Gladson Cameli	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PSD	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PPS	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
-	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PRB	RJ	Marcelo Crivella	SECRETO
-	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Parecer nº 304, de 2015 - Cláudio do Rego (CNMP)

Indicação do sr. Cláudio Henrique Portela do Rego ao CNMP, nos termos do art. 130-A da Constituição Federal.

Matéria **PAR 304/2015**

Início Votação **04/08/2015 18:17:07** Término Votação **04/08/2015 18:35:46**

Sessão **126º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **04/08/2015 14:03:26**

PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
PDT	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	AM	Sandra Braga	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PT	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
DEM	GO	Wilder Moraes	SECRETO
PDT	MG	Zezé Perrella	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:60

NÃO:3

ABST.: 1

PRESIDENTE:0

TOTAL:64

Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – SIM, 60; NÃO, 3.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome de Cláudio Henrique Portela do Rego ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Será feita a devida comunicação ao Procurador-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) –

Item 19 da pauta:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 78, DE 2013

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 78, de 2013 (nº 368/2009, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões do Centro-Oeste e do Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação.*

O parecer favorável, sob nº 201, de 2015, da CCJ, desta proposta de emenda à Constituição é do Relator: Senador Walter Pinheiro.

Votação, em primeiro turno.

A discussão da matéria, em primeiro turno, foi encerrada na sessão deliberativa do dia 9 de julho de 2015.

De acordo com o disposto no art. 60, §2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Votação da proposta, em primeiro turno.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Walter Pinheiro, que é o Relator desta proposta de emenda à Constituição. E os Líderes partidários, se desejarem orientar suas Bancadas, por favor, podem fazê-lo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, dizer da importância dessa matéria e também da própria decisão que V. Exª adotou, na medida em que viabilizou, a partir do fórum com os governadores e com os prefeitos, que nós pudéssemos tocar uma pauta que fosse ao encontro do desejo desses governantes pelo País.

Esse foi um dos itens por que principalmente os nossos Governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste clamaram muito, por conta da continuidade dos incentivos e principalmente para oportunizar a ampliação da nossa capacidade de utilização dessas técnicas, visando efetivamente o aumento da produção no campo brasileiro.

Portanto, essa é uma matéria importantíssima.

E hoje, inclusive, até falávamos com o Ministro Joaquim Levy, na casa de V. Exª, demonstrando exatamente que matérias como essa ajudam sobremaneira para que a gente ative ou pelo menos aponte a perspectiva do crescimento das atividades econômicas em cada canto do País.

Então, eu peço aqui às Srªs e aos Srs. Senadores o apoio a essa medida, que veio da Câmara dos Deputados. Eu só tive a oportunidade aqui de relatar, no Senado. Senador Blairo, um Deputado de Mato Grosso, Deputado Carlos Bezerra, foi o primeiro proponente, portanto, Moka, uma figura do Centro-Oeste brasileiro, que, enxergando a necessidade, trabalhou exatamente essa questão da prorrogação. E nós aqui, no Senado, estamos dando sequência a esse trabalho.

Então, conclamo aqui, aos nossos pares, para que a gente possa renovar essa política de incentivo, essa política da irrigação no Brasil inteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Moka e Senador Eunício na sequência.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Para encaminhar a votação favorável à proposta e também comunicar à Casa a ausência dos Senadores

Valadares e Roberto Rocha por razões de saúde. Eles estão convalescendo de cirurgia, mas estão bem, e nós os esperamos, ansiosamente, já a partir de segunda-feira que vem, quando estarão de volta à Casa.

E também, Sr. Presidente Renan, gostaria de reiterar o que eu acabei de solicitar ao Presidente Jorge Viana, que estava no exercício da Presidência, que V. Ex^a designe uma comissão de Senadores para que nós possamos visitar o sucesso do Chile e da Argentina, conhecer o sucesso do Chile, da Argentina e do Uruguai, no que diz respeito à redução da violência.

Hoje nós temos os dados, os índices de homicídio nesses países são semelhantes aos países europeus, aos países ricos. E nós sabemos o histórico desses países, de violência também. Na Argentina, durante o período da ditadura, foram assassinados para mais de 20 mil argentinos. No Chile, também, a violência foi extrema e no Uruguai. No entanto, hoje, esses países desfrutam de uma certa tranquilidade no que diz respeito à violência urbana. E nós gostaríamos, exatamente, de travar um contato com as autoridades destes países para que a gente saiba o que foi feito lá. Uma Comissão de Senadores e de Senadoras poderia entrar em contato com eles, para sabermos como eles conseguiram aquilo. Nós estamos mergulhados em um banho de sangue, e isso é desgastante e preocupante. Nós temos de tomar decisões.

Sr. Presidente, amanhã, estará na pauta da CCJ a PEC 24, que institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. Neste momento, Brasília reúne as lideranças de todos os policiais militares e bombeiros do País. Amanhã, eles estarão presentes na CCJ. É o item 16. Desde já, peço apoio para que possamos fazer uma inversão de pauta, para que possamos aprovar definitivamente esse projeto na CCJ e trazê-lo para o plenário.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra, o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Sr. Presidente, quero encaminhar pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Essa matéria é extremamente importante, porque, além de beneficiar a questão da prorrogação da irrigação no Centro-Oeste com um percentual, destina 50% desse percentual e amplia o prazo para a irrigação do nosso sofrido Nordeste brasileiro. Portanto, Sr. Presidente, essa matéria é extremamente meritória. O PMDB encaminha o voto favoravelmente.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra, o Senador Caiado, o Senador Moka, ou vice-versa, e o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Depois, falará o Senador Benedito de Lira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, o PT vota "sim".

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PT vota "sim".

Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Apenas quero dizer da importância da prorrogação. A irrigação, sobretudo nesses Estados, é fundamental. Então, estou conclamando, realmente, para que a gente...

(Interrupção do som.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Como se trata de uma PEC, nós precisamos de quórum especial.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – O PSDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado, Senador Benedito e Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – O PSDB vota "sim".

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Vamos dar prioridade à Senadora Lúcia Vânia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senadora Lúcia Vânia, tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO. Sem revisão da oradora.) – Agradeço a gentileza do Senador Caiado. Alguma coisa está acontecendo.

Sr. Presidente, eu gostaria de destacar aqui o impacto positivo para a agricultura da nossa região, das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Quero destacar que essa PEC também traz uma inovação. Além de prorrogar o período em que deve vigor o projeto de irrigação, ela também destina 50% para a agricultura familiar. Portanto, sem dúvida nenhuma, é uma PEC importante para a nossa região.

Termino, agradecendo ao Senador Caiado tamanha gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra, o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Caiado resolve a questão do microfone dele ali, quero dizer que o PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Esse foi o Senador Telmário. O PDT vota “sim”.

Com a palavra, o Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa PEC tem uma importância ímpar para a agricultura do Centro-Oeste e também do Nordeste, até porque é uma forma de podermos avançar na produtividade sem ter de expandir mais áreas. A irrigação tem a capacidade de poder gerar, em um único ano... Naqueles lugares onde já temos esse projeto implantado, principalmente no Estado do Tocantins, que tem uma experiência muito grande no Projeto Rio Formoso, há produtores rurais que já estão colhendo três safras por ano. Não é safrinha. É primeira safra, segunda safra e terceira safra. Isso mostra o quanto o Brasil hoje passou a ser referência em produtividade.

Quais são os dois grandes problemas que nós temos? Em primeiro lugar, estamos prorrogando até 2028. Na verdade, são 40 anos desde a promulgação da Constituição brasileira, mas estamos fazendo uma prorrogação de mais 13 anos.

Ora, Senador Walter, qual é a dificuldade que nós temos, nós que convivemos com isso no dia a dia? É que a PEC não sai do papel, porque não há o repasse financeiro. São projetos caríssimos que você tem de elaborar. É preciso construir grandes canais e fazer com que haja distribuição de água. Isso, sem dúvida alguma, obriga que tenhamos um aporte financeiro alto para que o projeto possa sair, para que a emenda constitucional possa sair aqui do papel e ser implantada no Nordeste ou no Centro-oeste.

Em várias regiões do Nordeste e no meu Estado de Goiás, infelizmente, esses projetos estão parados, sem produtividade ou com produtividade aquém daquela que podemos atingir.

Então, a posição do Democratas é favorável, mas chamamos a atenção para o fato de que o Governo precisa destinar dotações orçamentárias, para que possamos, aí sim, dar viabilidade a todos esses projetos que estão hoje elaborados e previstos no Centro-Oeste e no Nordeste brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O voto do Democratas é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra, o Senador Benedito de Lira.

O Senador Blairo Maggi falará na sequência.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa matéria é realmente relevante para o setor primário. A agricultura irrigável, é lógico, tem sua multiplicidade. Consequentemente, não só o Centro-Oeste mas também o Nordeste deverão ser privilegiados e beneficiados por isso. Não se pode praticar uma agricultura sazonal. Tem de haver uma agricultura permanente. Esse é o caminho. O milagre da irrigação é o que gera riqueza, melhoria de vida e qualidade de vida para as pessoas.

Por isso, o PP encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PP encaminha o voto “sim”.

Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero encaminhar pelo PR o voto “sim” e fazer uma homenagem aqui ao nosso ex-Prefeito, ex-Governador, ex-Senador, o Deputado Federal Carlos Bezerra, que é o autor dessa PEC. Aliás, já é a segunda que ele aprova neste pouco tempo aqui. Então, está de parabéns o nosso Deputado Federal Carlos Bezerra.

Quero encaminhar o voto “sim”, pela importância que é para o Centro-Oeste e para o Estado de Mato Grosso. Agora, também quero fazer um apelo ao Governo para que libere o dinheiro também. Temos a PEC, as

condições, mas não temos o dinheiro. Isso é importante, sim. Temos vários projetos que precisam de auxílio nessas regiões mais áridas, vamos chamar assim.

O Estado de Mato Grosso tem projetos específicos mais na área de pequenos produtores. Já que o clima lá é maravilhoso, é fantástico, conseguimos fazer duas safras sem o auxílio da irrigação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Cumprimentamos o nosso querido Senador Carlos Bezerra, ex-Governador do Mato Grosso, ex-Senador, que teve a iniciativa dessa proposta importantíssima para o Nordeste e para a Região Centro-Oeste.

Com a palavra, o Senador Pimentel.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, quero registrar a importância dessa matéria, dessa emenda constitucional que trata da política de irrigação para a nossa região, a Região Nordeste, e para o Centro-Oeste.

No Nordeste, temos um conjunto de perímetros irrigados, seja pelo DNOCS, seja pela Codevasf, que precisa de revitalização, que precisa de recuperação. Esses recursos são decisivos para que possamos manter esses perímetros irrigados produtivos, particularmente neste momento em que estamos saindo de uma seca de quatro anos, que dificultou muito a produção de fruticultura na nossa região.

Neste instante, 79% do Projeto São Francisco já estão feitos. Esperamos, ainda neste ano de 2015, iniciar o bombeamento da água no Projeto São Francisco, no chamado Eixo Leste, nos 39 primeiros quilômetros. Toda a parte de bombeamento está pronta. Neste mês de agosto, toda a parte de eletrificação rural, toda a parte de eletrificação onde será feito o bombeamento estará pronta. Queremos, ainda neste ano de 2015, iniciar o primeiro perímetro, pondo água nos canais, em 39 quilômetros, beneficiando, inicialmente, o Estado de Pernambuco e o nosso eixo, o eixo que beneficia o Ceará, o chamado Eixo Norte, beneficiando o Rio Grande do Norte, a Paraíba e Pernambuco, concluindo a barragem em Jati, que é a primeira cidade do Estado do Ceará que vai receber as águas.

Também colocaremos água no Canal Norte. Esse processo está previsto para fevereiro e março de 2016. Queremos, até o final de 2016, concluir tanto o Eixo Leste, que corta e beneficia todo o Estado de Pernambuco e que vai para a Paraíba, como também o Eixo Norte, que beneficia o Ceará, Pernambuco, a Paraíba e o Rio Grande do Norte.

Portanto, Sr. Presidente, essa emenda constitucional é decisiva para a nossa política regional, sem esquecer o canal de Alagoas; o canal de Sergipe, que está iniciando; e os vários perímetros na Bahia e também no nosso Piauí.

Portanto, Sr. Presidente, falta só um item em que estamos trabalhando junto ao Ministério da Integração Nacional, que é a ampliação dos Municípios do Semiárido que não estão incluídos ainda. V. Ex^a conhece muito de perto a bancada de Alagoas. Por unanimidade, houve aquele estudo da ampliação, houve um veto, porque beneficiava apenas três Estados. Mas ficou o compromisso da Presidência da República, do Governo e do Ministério da Integração Nacional de, agora, entre agosto e setembro, concluir isso, beneficiando os nove Estados da Região Nordeste e mais o norte de Minas Gerais.

Por isso, Sr. Presidente, parabéns pela pauta e pela aprovação dessa matéria!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Cumprimentamos o Senador Pimentel, que, mais uma vez, defende coerentemente a necessidade da aprovação dessa matéria muito importante.

Com a palavra, o Senador Eunício Oliveira

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só quero fazer a complementação do encaminhamento.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente...

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Quando fiz o encaminhamento, cometi uma injustiça com o nosso ex-Senador e companheiro Deputado Carlos Bezerra, que é o autor da PEC. Também deixei aqui de fazer justiça ao nosso companheiro Walter Pinheiro, que é o Relator dessa importante matéria.

Obviamente, V. Ex^a coloca aqui uma matéria dessa magnitude, que é de ampliação de prazo para a irrigação, principalmente para os pequenos produtores e para a agricultura familiar. Com isso, haverá novo alento para o Brasil e para o Nordeste.

Portanto, parabéns ao Senador Carlos Bezerra, Deputado hoje!

Parabéns ao Senador Walter Pinheiro, pelo brilhante relatório!

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Peço a palavra para encaminhar a votação pelo PSD, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Peço a palavra para encaminhar pelo PSC, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Amorim, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também o PSC vota “sim”. Entende que é de extrema importância dar o “sim” em um projeto como esse. Quero dizer que o Nordeste brasileiro e o Centro-Oeste agradecem.

Sr. Presidente, o senhor está ao lado de uma das pessoas que mais entendem de irrigação neste País, que é o ex-Governador de Sergipe e atual Prefeito da capital do nosso Estado, Aracaju, o ex-Governador João Alves, que muito fez, que muito irrigou o nosso Estado.

Portanto, manter um projeto como esse não só para o nosso Estado, mas também para todo o Nordeste é extremamente valioso. Essa é a esperança de muitos sertanejos, especialmente do sertanejo sergipano. Sergipe deve muito o projeto de irrigação ao ex-Governador João Alves.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – É verdade.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC - SE) – Com certeza, se tivéssemos mais recursos como esses, iríamos fazer muito mais. Mas a esperança é a última que morre. Recursos como esses serão muito bem-vindos, Sr. Presidente.

Quem sabe teremos o Canal de Xingó, esperança de todo sertanejo sergipano, Sr. Presidente? Os alagoanos já têm quase cem quilômetros de canal.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – Sr. Presidente...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Antes de dar a palavra ao Senador Fernando Collor, quero cumprimentar, em nome da Mesa, em nome dos Senadores e das Senadoras, o ex-Governador João Alves, que é Prefeito de Aracaju e que sempre colaborou no andamento de matérias como essa que estamos apreciando agora. Os cumprimentos da Casa ao Prefeito João Alves!

Com a palavra, o Senador Fernando Collor.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho o voto “sim” a essa matéria de extrema relevância para o Nordeste e o Centro-Oeste brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PTB recomenda o voto “sim”.

Senadora Vanessa Grazziotin.

Senador José Agripino.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, para encaminhar o voto “sim”.

Trata-se de uma proposta de emenda constitucional muito importante para duas regiões, porque amplia o prazo para a aplicação obrigatória de recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regional para a irrigação, Sr. Presidente, e ainda distribui esses recursos entre os diferentes produtores, sendo os pequenos produtores extremamente beneficiados com essa emenda.

Então, o voto é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Omar.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – O PSD encaminha o voto “sim”, entendendo que Sergipe, hoje, é uma referência, inclusive na produção de frutas, pela irrigação que faz. É importante para o Nordeste todo e para parte do Centro-Oeste que a irrigação chegue para que a gente possa produzir, e o Brasil já demonstrou mais de uma vez que, na produção agrícola, pode superar a crise.

Então, eu encaminho o voto “sim”. O PSD encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PSD encaminha o voto “sim”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador José Agripino e Senador Marcelo Crivella.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Eu quero manifestar o meu entusiasmo, Sr. Presidente, à apreciação e à votação dessa matéria. É a PEC da irrigação, é

a prorrogação dos incentivos que se dá à irrigação, é a forma mais segura de praticar agricultura. E para nós, do Nordeste, que convivemos com uma coisa chamada seca, é a salvação da lavoura do ponto de vista literal. De modo que a aprovação dessa PEC, que significa a prorrogação dos incentivos, significa a prorrogação de uma espécie de tábua de salvação para a agricultura do Brasil, principalmente para a agricultura do Nordeste.

O nosso voto é entusiasticamente “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Em nome do PRB, Presidente, eu queria encaminhar o voto “sim” e dizer da relevância desse projeto.

Tenho uma experiência. Nos anos em que morei em Irecê, na Bahia, irrigamos cem hectares, uma área pequena, mas isso era em 1999, e nós estamos já em 2015. Nunca deixamos de ter uma colheita, graças à irrigação. Enfrentamos muitas secas, mas é água gotejada, é água contabilizada.

O Brasil, com as mudanças climáticas que o mundo sofre hoje, precisa aumentar a sua área irrigada. Os pivôs e a irrigação por inundação já não nos atendem mais, nem em nível de produção, nem em níveis ambientais.

Então, Sr. Presidente, parabenizando o Senador Walter Pinheiro, que labutou, que se esforçou e que fez um relatório à altura do projeto do Governador Carlos Bezerra, eu quero encaminhar o voto “sim” e com louvor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra V.Ex^a, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP.) – Sr. Presidente, essa matéria é de suma importância, notadamente para as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte do País.

O Psol encaminha o voto “sim”.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já havia feito um encaminhamento da votação em nome do PSDB, apenas para também proclamar a nossa manifestação de integral apoio à iniciativa.

O Brasil vive uma dificuldade na sua economia, provocada pelo próprio Governo, que todo o País acompanha. Estamos já com perspectivas de retração de mais de 2% do Produto Interno Bruto; o desemprego, em São Paulo, já ultrapassa a casa dos 13%; estamos com inflação, para os mais pobres, já ultrapassando os dois dígitos; é a maior taxa de juros desde 2006; enfim, um quadro de completa desarrumação da economia, provocada exclusivamente pelo Governo. O Congresso Nacional, especificamente o Senado, de forma responsável, preocupado com os destinos econômicos do País, fará aprovar essa Proposta de Emenda à Constituição que apoia um segmento importante do setor primário da nossa economia, que é a irrigação.

Essa será a postura sempre, Sr. Presidente, do PSDB, preocupados que estamos com a possibilidade, cada vez mais real, de o Brasil perder o seu grau de investimento, com o desaquecimento da nossa atividade econômica, com o aumento do desemprego, com a diminuição do poder de compra do trabalhador brasileiro, com a falta de perspectiva pela inexistência de uma liderança firme à frente da Presidência da República – e esse talvez seja o maior problema do Brasil na atualidade, que é a falta de credibilidade do Governo –, o PSDB estará sempre atento a iniciativas como essa, para que nós possamos dar a nossa contribuição à saída da crise o mais rapidamente possível, pelo nosso País, porque, desta crise, o grande sacrificado tem sido o trabalhador e a trabalhadora brasileira. São aqueles que produzem, são aqueles que realizam que estão pagando a conta, de forma injusta, dos desmandos e dos desequilíbrios provocados pelo Governo Federal. Portanto, iniciativas dessa natureza terão sempre o apoio do PSDB.

Reafirmamos, neste instante, o voto “sim” de toda a nossa Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PSDB recomenda o voto “sim”.

Senador Wellington e Senadora Lídice, na sequência.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar também, em nome Bancada do Mato Grosso, e gostaria de parabenizar o Deputado Carlos Bezerra, que é o autor desta PEC na Câmara dos Deputados.

O importante é que essa PEC, além de ampliar de 25 para 40 anos, garantindo com isso os recursos da irrigação para todo o Centro-Oeste, garante que 50% desses recursos sejam destinados à agricultura familiar. Isso é extremamente importante porque o Centro-Oeste é o maior produtor de grãos, mas também porque grande parte dos hortifrutigranjeiros é importada de outros Estados. Portanto, ela vem garantir mais recursos para que o pequeno produtor tenha a capacidade de produzir aquilo que é mais importante, que é a cesta básica para a população da Região Centro-Oeste. Setenta por cento do que se produz para a cesta básica são produzidos pela agricultura familiar.

Quero aqui registrar também o voto favorável ao Relator, Senador Walter Pinheiro, e quero parabenizar o Deputado Carlos Bezerra não só por esta PEC como também por outra que votamos há pouco tempo, que foi a PEC das Domésticas.

Tudo isso mostra a capacidade do Deputado Carlos Bezerra, que já foi Senador e que tem experiência de ex-Governador. Ele está apresentando duas PECs extremamente importantes para o benefício da produção, da geração de alimento e, principalmente, para a garantia do emprego, através da PEC das Domésticas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, conforme o nosso Líder, Senador João Capiberibe, anunciou, o PSB vota a favor dessa matéria.

Eu, especialmente, gostaria de parabenizar o Senador Walter Pinheiro pela relatoria desta PEC, até porque, ao fazer isso, o Senador reafirma o seu compromisso histórico com a agricultura familiar em nosso País e demonstra a sua sensibilidade, a sua preocupação permanente com relação à garantia dos perímetros irrigados do nosso País, fortalecendo a produção de alimentos, fortalecendo a agricultura e, em especial, a agricultura familiar.

Quero, portanto, Sr. Presidente, em nome da Bancada da Bahia, também parabenizar o Senador Walter Pinheiro e o autor da PEC.

Muito obrigada.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Garibaldi Alves.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero manifestar o meu apoio a esse projeto, que é de vital importância para a Região Nordeste e para a Região Norte.

Eu quero apenas dizer que, a despeito de a Constituição autorizar a realização de projetos como esse, de irrigação, que são de vital importância para a nossa agricultura, na prática o que está acontecendo com relação ao perímetro irrigado do Apodi, ao projeto do Apodi, é que esse projeto está sendo paralisado por falta de recursos. Então, nós não podemos, de maneira nenhuma, deixar de aprovar esse projeto, mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de lamentar que um projeto como o da irrigação do Vale do Apodi esteja sendo paralisado depois da construção de uma barragem, como a Barragem de Santa Cruz, no Rio Grande do Norte, barragem essa que tem uma capacidade de 600 milhões de metros cúbicos. É verdade que agora nós não podemos ter a ilusão de que essa barragem também esteja com a sua capacidade mínima. Não se trata de volume morto. Trata-se ainda de uma barragem com volume vivo. Mas vivo sem dinheiro, Sr. Presidente, é a lição que aqui nós aprendemos: sem recursos, de nada valem os bons projetos. E ali, na nossa região, e a Senadora Fátima sabe bem disso, na nossa região do Apodi, nós temos um grande projeto de irrigação, um bom projeto. Agora, bom projeto faltando recurso, Sr. Presidente, é como dizer que o inferno está cheio de gente bem-intencionada.

Meus caros Senadores e Senadoras, é esse o apelo que eu faço, na hora em que se vê, por uma votação consagradora, a aprovação da prorrogação dos incentivos.

Conversando com o Senador José Pimentel, do Ceará, que conhece bem a potencialidade do Vale, a potencialidade das terras, as riquezas das terras ali existentes, ele inclusive me afirmou que nós poderíamos recorrer a um financiamento através do Banco do Nordeste.

Vamos esperar, Sr. Presidente, que uma aprovação como essa possa se tornar tão simbólica, tão positiva, tão abrangente, para que não tenhamos projetos como esse do Apodi – o Senador Tasso Jereissati sabe que essa região faz fronteira com o Estado do Ceará –, que estava evoluindo, que estava sendo executado e que foi paralisado por falta de recursos.

Era o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado:

(Procede-se à apuração.)

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 78, de 2013 (1º Turno)

Dá nova redação ao art. 42 do ADCT, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação.

Matéria **PEC 78/2013**

Início Votação **04/08/2015 18:41:04** Término Votação **04/08/2015 19:14:00**

Sessão **126º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **04/08/2015 14:03:26**

Partido	Orientação
PMDB	SIM
PT	SIM
PSDB	SIM
PDT	SIM
PSB	SIM
DEM	SIM
PP	SIM
PR	SIM
PSD	SIM
PTB	SIM
PRB	SIM
PSOL	SIM
PSC	SIM
PCdoB	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SIM
PSDB	PR	Álvaro Dias	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PR	MT	Blairo Maggi	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PP	PI	Ciro Nogueira	SIM
PDT	DF	Cristovam Buarque	SIM
PSDB	SC	Dalírio Beber	SIM
PMDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PT	TO	Donizeti Nogueira	SIM
PTB	PE	Douglas Cintra	SIM
PMDB	MA	Edison Lobão	SIM
PSC	SE	Eduardo Amorim	SIM
PTB	PI	Elmano Férrer	SIM
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SIM
PT	RN	Fátima Bezerra	SIM

Emissão 04/08/2015 19:14:03

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 78, de 2013 (1º Turno)

Dá nova redação ao art. 42 do ADCT, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação.

Matéria **PEC 78/2013**

Início Votação **04/08/2015 18:41:04** Término Votação **04/08/2015 19:14:00**

Sessão **126º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **04/08/2015 14:03:26**

PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTB	AL	Fernando Collor	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SIM
PSD	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PMDB	PA	Jader Barbalho	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	SIM
PT	AC	Jorge Viana	SIM
DEM	RN	José Agripino	SIM
PT	CE	José Pimentel	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PDT	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	SIM
-	GO	Lúcia Vânia	SIM
PRB	RJ	Marcelo Crivella	SIM
-	SP	Marta Suplicy	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
PT	PI	Regina Sousa	SIM
PDT	DF	Reguffe	SIM
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
PSB	RJ	Romário	SIM
PMDB	RR	Romero Jucá	SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SIM
PMDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PMDB	AM	Sandra Braga	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PDT	RR	Telmário Mota	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PT	BA	Walter Pinheiro	SIM

Emissão 04/08/2015 19:14:04

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Proposta de Emenda à Constituição nº 78, de 2013 (1º Turno)

Dá nova redação ao art. 42 do ADCT, ampliando o prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação.

Matéria	PEC 78/2013	Início Votação	04/08/2015 18:41:04	Término Votação	04/08/2015 19:14:00
Sessão	126º Sessão Deliberativa Ordinária	Data Sessão	04/08/2015 14:03:26		
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM		
DEM	GO	Wilder Moraes	SIM		

Presidente: Renan Calheiros

SIM:66 NÃO:0 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:67


Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/ PMDB-AL) –SIM, 66; nenhum voto NÃO.

Portanto, aprovada, por unanimidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 78, que dá nova redação ao art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, ampliando prazo em que a União deverá destinar às Regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados à irrigação.

A matéria constará da Ordem do Dia, oportunamente, para o segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) –Eu quero ressaltar, em nome de todos os Senadores, o pleito defendido pelo Senador Blairo Maggi, para que os recursos sejam finalmente destinados de fato, e não apenas na previsão da Constituição Federal em suas Disposições Transitórias.

Nós vamos apreciar apenas dois requerimentos que foram solicitados pelos Senadores: o de calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 84 e um outro requerimento que foi lido anteriormente, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a celebrar os 72 anos de criação do Território Federal do Amapá, a realizar-se no dia 14 de setembro.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a.

Além desses dois requerimentos, nós temos mais dois itens que dizem respeito ao Pacto Federativo. São matérias consensuais, com apoio de todas as Lideranças. É o Item nº 9, que é o Projeto de Lei do Senado nº 277, do Senador Antonio Carlos Rodrigues, e o Projeto de Lei nº 302, de 2015, de minha autoria. Eles estão prontos para serem deliberados. Então, eu queria contar com a sua colaboração e compreensão para que esses dois projetos pudessem ser votados.

O Item nº 9, o Projeto de Lei nº 277, é uma importante iniciativa, porque atende a demanda da Confederação Nacional dos Municípios e dos Srs. Prefeitos, que têm reclamado muito de recursos. Mas também tem havido muita perda de arrecadação, porque não se faz a revisão da planta de valores do IPTU no início de cada mandato dos Prefeitos. Então, essa matéria inclui na Lei de Responsabilidade Fiscal a obrigação de os Prefeitos, no início de sua gestão, realizarem a revisão da planta de valores, para que o IPTU possa ter uma melhor arrecadação.

A segunda matéria permite disciplinar a contratação de servidores pelos consórcios públicos municipais. Então, eu gostaria de fazer esse apelo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu quero consultar os Líderes partidários para saber se nós avançamos na Ordem do Dia, com a sugestão dos dois itens feita pelo Senador Fernando Bezerra, ou se deixamos – e aí consulto o Senador Fernando Bezerra – essas duas matérias para serem apreciadas na sessão de amanhã.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Tudo bem da minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Podemos, desde logo, colocá-los como os primeiros itens da pauta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – As matérias anteriores do Pacto Federativo, inclusive, não exigiam votação nominal, pelo consenso que elas traduziam. Acredito que esses dois itens também podem ser feitos sem a necessidade da votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a preocupação que tenho é a queda do quórum. Trata-se de lei complementar e não é possível dispensar a votação nominal, Senador Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O Item 9 da pauta é projeto de lei complementar, como lembra o Senador Cássio Cunha Lima, que vai exigir quórum qualificado.

O Item 10 da pauta é um projeto de lei do Senado que dispõe sobre Normas Gerais de Contratação de Consórcios Públicos e dá outras providências. Esse é simbólico. Permite que consórcios públicos possam contratar mão de obra pelo regime da CLT.

Senador Cássio Cunha Lima

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Sem revisão do orador.) – Permita-me uma sugestão.

Talvez, Presidente, mesmo dispensável a votação nominal, devêssemos fazer uma votação nominal para testar o quórum. Do contrário, colocamos em risco uma matéria que é muito Importante e que exige votação nominal por ser lei complementar. Apenas uma sugestão, caso o Senador Fernando Bezerra concorde e V. Ex^a, naturalmente, também.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA. Sem revisão do orador.) – Eu vou fazer coro aqui: a matéria de iniciativa do Senador Walter Pinheiro, da prorrogação desse projeto de irrigação do Centro-Oeste e do Nordeste, é importante, inclusive porque vai ao encontro do apoio à agricultura familiar.

Quinta-feira já está agendada uma audiência com o Ministro Eduardo Braga, das Minas e Energia, para tratar do assunto custo da energia. Eu estive recentemente no Município de Bom Jesus da Lapa, onde há o Projeto Formoso, de uma cooperativa que emprega oito mil pessoas e cujo custo da produção, em função do aumento de energia, chega hoje a 56% da composição de todos os custos. Então, é importante que nós possamos com o Ministro debater essa questão, porque, senão, vai ser inviabilizada a irrigação no Nordeste brasileiro, causando desemprego em grande quantidade. Quer dizer, da composição do custo de uma cooperativa de pessoas cooperadas que trabalham, que lutam já há muito tempo – oito mil pessoas podem deixar amanhã de produzir em função do custo da energia.

Então, o projeto do Senador Walter Pinheiro é muito importante. Nós vamos lutar lá e levar essa questão ao Ministro, na tentativa de encontrarmos uma solução para que se possa, de alguma forma, diminuir o custo da energia elétrica a fim de que todos esses projetos do Nordeste possam ter continuidade na produção de alimentos, na geração de emprego e renda para o povo baiano e para o povo nordestino como um todo, Sr. Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Sem revisão do orador.) – Eu acho que poderíamos votar o Item 10, porque não se trata de lei complementar, e os dois requerimentos que V. Ex^a já anunciou que podem ser deliberados em votação simbólica. Então, essas três matérias poderiam ser apreciadas hoje, e o Item 9, já que se trata de lei complementar, ficaria para o dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Se não houver objeção da Casa, vamos seguir esse roteiro que foi sugerido pelo Senador Fernando Bezerra.

Vamos apreciar o **Item 10** da pauta:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2015

(Em urgência, Requerimento nº 829, de 2015)

Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2015, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que *altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências (permite que consórcios públicos contratem mão de obra pela CLT)*.

A matéria tramita em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 829, de 2015, e depende de parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu concedo a palavra ao Senador José Pimentel para, em nome da Comissão de Constituição e Justiça, proferir parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 302.

Com a palavra V. Ex^a.

PARECER Nº 474, DE 2015–PLEN

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2015, de autoria do nobre Senador Fernando Bezerra Coelho, que altera a Lei nº 11.107, de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, permite que consórcios públicos contratem mão de obra pela CLT.

Sr. Presidente, esse projeto de lei é de suma importância porque ele vai fortalecer a constituição, a formação e a manutenção dos consórcios públicos. Por isso, ele preenche todas as condições regimentais, e o nosso parecer é favorável à matéria nos termos do projeto de lei original.

É esse, Sr. Presidente, o nosso parecer, o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O parecer é favorável.

Completada a instrução da matéria, passa-se a sua apreciação.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem quera discutir o projeto em turno único, nós declaramos encerrada a discussão e passamos à votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicado na forma regimental.

É o seguinte o parecer na íntegra:



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

PARECER Nº 475, DE 2015

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2015.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2015, que *altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 4 de agosto de 2015.

RENAN CALHEIROS, PRESIDENTE

ELMANO FÉRRER, RELATOR

DOUGLAS CINTRA

JORGE VIANA

ANEXO AO PARECER Nº 475, DE 2015.

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2015.

Altera o § 2º do art. 6º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para estabelecer que, no consórcio público com personalidade jurídica de direito público, o pessoal será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 6º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....

§ 2º O consórcio público, com personalidade jurídica de direito público ou privado, observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*
 Não havendo quem queira discutir a redação final, declaramos encerrada a discussão da redação final.
 Passamos à votação da redação final.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam a redação final permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a redação final, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Vamos apreciar os dois requerimentos, como sugerido, e encerrar a Ordem do Dia.

São os seguintes os requerimentos na íntegra:



SENADO FEDERAL
 Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

Aprovado
Em 4/8/2015
Quem?

REQUERIMENTO Nº ⁸⁷⁶, DE 2015

Requeremos calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2015 que *acrescenta o § 6º ao art. 167 da Constituição Federal, para proibir a criação, por lei, de encargo financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, decorrente da prestação de serviços públicos, sem a previsão da correspondente transferência de recursos financeiros, nos termos que especifica*, para que a matéria conste da Ordem do Dia de sessões deliberativas a serem convocadas para o dia __/__/2015, na forma que se segue:

PRIMEIRO TURNO

Sessão às _____ horas.	1ª sessão de discussão, em primeiro turno.
Sessão às _____ horas.	2ª sessão de discussão, em primeiro turno.
Sessão às _____ horas.	3ª sessão de discussão, em primeiro turno.
Sessão às _____ horas.	4ª sessão de discussão, em primeiro turno.
Sessão às _____ horas.	5ª sessão de discussão, em primeiro turno.

Recebido 15/7/2015
José Tadeu Faria Júnior 19/10/15
 Secretário-Geral da
 Mesa Adjunta



Página: 1/2 15/07/2015 10:33:51

7e4a3ce1eae45750a95aaa9d8d1c2fced403e3





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

SEGUNDO TURNO

Sessão às _____ horas.	1ª sessão de discussão, em segundo turno.
Sessão às _____ horas.	2ª sessão de discussão, em segundo turno.
Sessão às _____ horas.	3ª sessão de discussão, em segundo turno.



SF/15659.72605-96

Sala das Sessões, _____, de _____ de 2015.

[Handwritten signatures and notes covering the page]

→ João Caposantos
→ Raul
→ Carlos
→ Américo
→ Benedito da Lira
→ Oton
→ Alair
→ Marcos
→ La V...
→ G...
→ Fernando Mota
→ José...
→ Le...
→ Costa

Página: 2/2 15/07/2015 10:33:51

7e4a3ce1eae45750a95aaa9d8d1c2ffcd403e3





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2015

"Requer a realização de Sessão Especial do SENADO FEDERAL no dia 14 de setembro de 2015 com a finalidade de celebrar os 72 anos da criação do Território Federal do Amapá"



Requeiro, nos termos do que dispõe o art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, no dia 14 de setembro de 2015, destinada a celebrar os 72 anos de criação do Território Federal do Amapá.

JUSTIFICATIVA

Em 13 de setembro de 2015, completar-se-á 72 anos da criação do ex-Território Federal do Amapá, precursor do atual estado-membro de mesmo nome.

O Decreto-Lei nº 5.812, de 1943, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, criou o Território Federal do Amapá, por desmembramento do Estado do Pará. Este foi o primeiro passo para a construção da autonomia política e administrativa desta Unidade da Federação, que foi finalmente alcançada na Constituição Federal de 1988.

Para rememorarmos a importância deste ato de reconhecimento e afirmação dos povos do Amapá, bem como registrarmos os avanços sociais, econômicos, políticos e culturais



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

alcançados com a criação do então Território e deste novo Estado da República, propomos a realização desta sessão especial.

Sala das Sessões, em

Senador RANDOLFE RODRIGUES

Senador JOÃO CAPIBERIBE

Senador JORGE VIANA

Senador LINDBERGH FARIAS

Senador BENEDITO DE LIRA

Senador GLADSON CAMELI

Senador IVO CASSOL



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Votação do requerimento que propõe um calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2015, que proíbe a criação, por lei, de encargo financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios decorrente da prestação de serviços públicos sem a previsão da correspondente transferência de recursos financeiros, nos termos que especifica.

Este, só para lembrar, foi o principal pleito dos governadores na reunião que fizemos com S. Ex^{as} aqui no Senado Federal e também foi o principal pleito da reunião que realizamos com os prefeitos do Brasil, especialmente com os prefeitos das maiores cidades.

Senadora Ana Amélia, Senador Omar Aziz e Senador Pimentel.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Eu queria agradecer a V. Ex^a por ter colocado em votação esse requerimento de tramitação especial em função da urgência, emergência e relevância, diria nessa ordem, Presidente Renan Calheiros, de uma matéria exaustivamente debatida na Comissão Especial do Pacto Federativo criada por V. Ex^a para discutir e examinar essas questões.

Ela não tem nenhum impacto financeiro, ela apenas ajusta, normatiza e regulamenta, porque o grande problema hoje é criar uma despesa sem a correspondente receita. É o grande dilema que temos nas votações. Penso que isso dá um ordenamento absolutamente adequado à boa governança.

Agradeço a V. Ex^a por ter colocado a matéria em votação, já que o nosso relator também, Senador Fernando Bezerra, havia feito igual solicitação para votar esse requerimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós é que agradecemos a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, que hoje, inclusive, levou à Presidência do Senado Federal uma representação das Santas Casas de todo o Brasil. Combinamos, na oportunidade, que vamos realizar, aqui no plenário do Senado Federal, uma sessão temática para aprofundarmos essa discussão e, do ponto de vista do Senado Federal, apresentar uma solução, mesmo que seja emergencial.

Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Maioria/PSD - AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi iniciativa de V. Ex^a discutir com governadores e prefeitos um pacto federativo. V. Ex^a pensou no País e na administração direta que é feita na atividade-fim, na atividade dos governadores e prefeitos por este País afora.

Pode-se dizer do momento em que estamos votando esta matéria: antes tarde do que nunca, porque ao mesmo tempo... Quando foi votada a Lei de Responsabilidade Fiscal aqui no Congresso Nacional, esta lei que estamos votando hoje no Senado teria também de ter sido votada, uma coisa está ligada à outra.

Agora, neste momento, os governadores e prefeitos que mantêm uma folha salarial de anos atrás e este ano perdem receita... A Lei de Responsabilidade Fiscal vai atingir quase todos, porque a arrecadação não aumenta, mas o valor pago sob a forma de salários tanto a ativos como a inativos é o mesmo que foi praticado no ano passado e em outros anos.

Neste caso, Sr. Presidente, as dificuldades que governadores e prefeitos têm País afora é que quem presta o serviço final é o Estado e a prefeitura; quem tem de atender bem nos hospitais é o Estado e a prefeitura; quem tem de atender bem a segurança é o Estado e a prefeitura. Quando o Governo perde arrecadação e, consequentemente, os repasses do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios diminuem para os Estados e Municípios, há de se preocupar com isso!

Esta lei que estamos votando, que é fruto da discussão de um pacto feito com os governadores e prefeitos, vem regulamentar algo que já era para ter sido regulamentado, porque muitas vezes, quando chega ao prefeito do interior, a lei, em vez de ajudar, pune esse prefeito, porque ele só tem de acompanhar aquilo que é votado aqui no Congresso Nacional.

Por isso, Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pela iniciativa de estarmos discutindo o pacto federativo – volto a repetir: antes tarde do que nunca! É na crise, num momento de dificuldade, que temos de arrumar a casa. É o momento de arrumarmos a casa, não a Casa do Senado, mas a casa brasileira.

E quanto ao Governo Federal, que pouco ou quase nada está ajudando na atividade-fim dos governos e das prefeituras: é necessário, volto a repetir, que faça a sua parte, que corte na carne a atividade-meio que o Governo Federal pratica hoje para que possamos pegar esses recursos e jogar na atividade-fim.

Por isso, Sr. Presidente, sou amplamente favorável a que regulamentemos, em forma de lei, esta discussão que estamos travando agora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Pimentel, com a palavra, V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero começar registrando que é fundamental retomar este debate sobre o Pacto Federativo, as suas responsabilidades, as suas obrigações e os serviços prestados. Em todas as iniciativas que o Governo

Federal tem tomado após a Lei de Responsabilidade Fiscal, os programas criados, o Executivo, o Governo Federal tem aportado os recursos.

Ultimamente, nós criamos o Mais Médicos, que tem como objetivo prestar serviço da saúde pública nas comunidades mais distantes e atender diretamente os pequenos Municípios. Todos nós aqui, nos anos de 2011, 2012 e 2013, discutimos o custo da contratação de um médico para o Programa Saúde da Família, que cobrava R\$30 mil, R\$35 mil por mês para ir para os Municípios mais longínquos da Região Norte e da Região Nordeste. Com a criação do Programa Mais Médicos, o Governo Federal assumiu integralmente o pagamento desses médicos e da equipe Saúde da Família. E não tínhamos no Brasil médicos suficientes para atender todas as equipes Saúde da Família. Tivemos que trazer médicos de outros países. Para que isso seja regularizado e, na sua renovação, não precise mais trazer médicos de fora do Brasil foi criada uma política de ampliação da oferta de vagas para os estudantes de Medicina e a criação de mais 39 faculdades de Medicina, com a participação da iniciativa privada. Todas essas 39 faculdades são fora das capitais exatamente para que possamos formar esses jovens e eles fiquem naquela região.

Nós criamos e reconhecemos os direitos dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias. E o Congresso Nacional votou o seu piso nacional. De novo, o Governo Federal participa com 95% do custo de cada profissional dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de endemias. E tivemos uma série de outras ações.

Quando essa iniciativa é do Executivo, vem com a contrapartida dos recursos. Agora, precisamos dizer que nossos Parlamentares, nossos Congressistas, por conta das demandas, que são muitas, também têm iniciativa parlamentar nessa área. Criamos aqui uma série de obrigações para Municípios e Estados e, normalmente, não aportamos os recursos necessários.

Exemplo concreto: a PEC 300, muito importante, mas o Congresso Nacional não teve o cuidado de ver as fontes para atender a PEC 300 e, exatamente por isso, ela está pendente de conclusão na Câmara Federal.

Tivemos a reunião, no Congresso Nacional, das entidades, prefeitos, e governadores, e, na última semana, eles estiveram novamente com o Poder Executivo, os 27 governadores, e a governadora, que integram esses 27 gestores, também com essa agenda.

Portanto, essa emenda à Constituição vem numa hora oportuna, mas precisamos registrar que ela vai trazer muito mais limitação para a iniciativa parlamentar do que propriamente para o Executivo Federal.

Portanto, Sr. Presidente, nós vamos votar, mas é preciso fazer esta leitura para ver até onde ela vai alcançar. Se esta emenda à Constituição estivesse vigendo, a PEC 300 não existiria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Medeiros, com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Sr. Presidente, eu quero registrar meu voto “sim”. Eu não estava aqui na hora da...

Obrigado.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – ... de V. Ex^a.

Vamos colocar em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação de plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) –

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Foi lido, anteriormente, o requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando a realização da sessão especial destinada a celebrar os 72 anos de criação do Território Federal do Amapá, a realizar-se no dia 14 de setembro.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação de plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Presidente Renan Calheiros, antes de V. Ex^a deixar a Presidência, eu queria, em nome do Deputado Osmar Serraglio e em nome do cooperativismo brasileiro, agradecer a V. Ex^a e à Mesa, na pessoa do Dr. Bandeira, por terem viabilizado, na manhã de hoje, a sessão especial de homenagem aos 45 anos da OCB e ao Ano Internacional do Cooperativismo.

Foi muito importante e agradeço a V. Exª por essa gentileza, bem como pelo recebimento do documento acerca da gravidade da situação das Santas Casas e das providências tomadas por V. Exª.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com os cumprimentos a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Voltamos à lista de oradores inscritos. Senador Ricardo Ferraço, convido V. Exª para usar a tribuna. *(Pausa.)*

Senador Ataídes Oliveira. *(Pausa.)*

Senador João Capiberibe. Senador João Capiberibe, V. Exª está convidado para usar a tribuna. *(Pausa.)*

Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

Senador Telmário Mota. *(Pausa.)*

Senador Waldemir Moka. *(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro. *(Pausa.)*

Senador Otto Alencar. *(Pausa.)*

Senador Walter Pinheiro, V. Exª está sendo convidado a usar a tribuna.

Pronto.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, meu bravo companheiro de longa jornada, Srªs e Srs. Senadores, quero aqui tratar de um tema com o qual encerramos o semestre fazendo esse enfrentamento, meu caro Senador Moka. E estou falando em enfrentamento porque V. Exª é testemunha e um dos que se tem entrincheirado ao longo desses quase cinco anos que aqui nós estamos, fazendo um bom debate sobre saídas, alternativas, construindo algo, portanto, diferentemente do que muita gente diz, ou seja, que estamos produzindo pauta bomba ou coisa do gênero.

Em todos os momentos, as críticas que fizemos tiveram conteúdo, com propostas. Não fizemos aqui adjetivação. Não usamos aqui o adjetivo, mas, sim, o substantivo. Acho que isso é importante.

Fizemos isso durante os anos de 2011 e 2012, numa tentativa, naquele momento em que a economia não tinha os sinais de cansaço que tem hoje. Nós tínhamos inclusive preocupação com o conjunto de medidas que chegava a esta Casa e que, na realidade, trazia uma expectativa enorme com desoneração, com uma série de setores da nossa economia.

E nós insistíamos, Senador Moka. Faço questão de frisar que V. Exª esteve ali, lado a lado, na Comissão de Assuntos Econômicos, nas manhãs de terça-feira, e até nos embates que tivemos com o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento no sentido de dizer que resolveríamos de uma vez por todas a situação de Estados e Municípios ou, mesmo naquele momento, na excelência da economia, avisávamos que a conta não iria fechar.

Depois, convivemos com o drama de Estados que, naquele primeiro momento, inclusive patrocinados por nós, enfrentaram aqui uma batalha das mais aguerridas em relação ao ICMS Importação. E quero citar principalmente o Estado do Senador Ricardo Ferraço, o Espírito Santo, e o Estado de Santa Catarina, Senadora Simone, porque, na realidade, nós fizemos, a partir de um contexto. E a nossa reclamação era a de que, quando nós votamos aqui o ICMS Importação, nós dizíamos que haveria uma sequência de processos e projetos que nos levariam a completar a obra. E aí viriam os fundos, a discussão sobre a unificação das alíquotas, o debate envolvendo as dívidas de Estados e Municípios.

Por diversas vezes, Senadora Simone, recebi, inclusive trazida pelo Senador Moka, a comitiva do Mato Grosso do Sul, o então Governador Puccinelli e o Secretário Jader, um jovem Secretário de Fazenda. Fizemos um debate sobre o que seria o caminho para frente, para que não fizessemos aqui a aprovação pontual. Atacamos ali o ICMS Importação.

Nesse mesmo debate, Senadora Simone, nós chamamos a atenção aqui quando dos embates, digamos, do chamado ajuste. É o que dizíamos ao Ministro Levy, que veio aqui antes de tomar posse, em dezembro.

Nós conversamos com o Ministro Levy, Senador Moka, em dezembro. Ele ainda não havia assumido o Ministério, e nós apresentamos isso. Naquele momento, havia a pendência do debate envolvendo a dívida de Estados e a convalidação dos benefícios. Condições – estou me referindo a esses dois projetos – que haviam sido apontadas no momento da votação do ICMS Importação.

E até usei uma expressão, Senador Moka, não sei se V. Exª se lembra, naquela comissão geral. O Ministro da Fazenda estava aqui no plenário, e eu disse: “A sensação que eu tenho é de que nós tomamos uma rasteira”. Porque nós entregamos uma resolução em relação ao ICMS Importação, empenhamos a nossa palavra, tratamos

da caminhada e fizemos a pauta. Naquele momento, o Presidente Sarney montou uma comissão de notáveis para produzir uma série de questões, e nós insistimos em que não precisávamos de notáveis, precisávamos apenas de canais, pois quem conhece a realidade é quem está lá na ponta, não os notáveis.

Nós fizemos todo esse caminho. E eu diria até que chegamos a um patamar razoável, mas o patamar razoável requer de nós agora o compromisso que vimos hoje à tarde na retomada dos trabalhos, de votar as matérias que apontamos como sendo prioridade.

Não podemos mais permitir, Senador Moka, a montagem de comissões como a do Pacto Federativo, pois o que nós produzimos nós não temos a capacidade de implementar, porque não é uma produção a partir do que vai enaltecer este ou aquele Senador. A matéria que acabamos de votar aqui, da irrigação, não é de minha autoria, é do ex-Senador Carlos Bezerra, mas é uma matéria que compõe o contexto do Pacto, que compõe, inclusive, a necessidade de Estados, de agricultores na ponta.

Portanto, não é o rótulo da matéria nem quem a propõe, mas sim onde esse conteúdo incide, até para que possamos dar sequência àquilo que fizemos aqui com os prefeitos e os governadores, ou tudo se transforma em um mero teatro. Trazemos para cá prefeitos e governadores sob a égide da ausculta. Ou seja – V. Ex^a é médico –, a ausculta é mais profunda do que a escuta, porque a ausculta vai ao fundo, tira lá de dentro. Nós fazemos isso e depois não colocamos em prática. Na hora de passar a receita – no linguajar próprio da sua profissão –, acabamos dizendo: “Não, nós vamos retardar porque eu não sei se a dose do remédio mata ou se a dose do remédio cura”.

Portanto, esse debate não pode ser um debate em que o Executivo analisa a partir, inclusive, dos interesses do que vai representar o ajuste em suas contas ou coisa do gênero. Olha o exemplo do Rio Grande do Sul! Semana difícilíssima para um Estado que há muito tempo frequenta aqui, Senador Paulo Paim, trazido por V. Ex^a, com toda a equipe, anunciando essa tragédia que aconteceu essa semana no Rio Grande do Sul, que era exatamente o grau de endividamento, o problema do Estado.

Na realidade, quando nós propusemos esse caminho, não era o caminho para enaltecer “A” ou “B”, mas era o que nós enxergávamos como uma saída. Eu cheguei a dizer, Senador Moka, em uma coluna no jornal *Valor Econômico* de terça-feira – se não me falha a memória, dia 21 –, que o Governo tinha que trabalhar “samba de uma nota só”. Aí o Governo apresenta 300 propostas, quando ele não vai ao âmago da questão, tocar em um ponto, mexer na economia! Mas na economia da ponta, na economia local, envolver Estados e Municípios para encontrarmos a saída.

Um aparte ao Senador Moka.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu gostaria. Dois exemplos bem simples, mas importantes. V. Ex^a citou a aprovação da PEC da Irrigação – na verdade a prorrogação, não é?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas, veja bem, eu tenho um testemunho a dar: um pequeno produtor que tem como sobrevivência leite, tem gado leiteiro.

(Interrupção do som.)

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Se ele tiver condição de fazer, naquela área, irrigação, ele praticamente dobra a sua produtividade. Isso é gerar renda para o produtor rural! É um exemplo que eu estou dando. E outras coisas que aconteceram. O Rio Grande do Sul, que V. Ex^a citou, se tivesse recebido, assim como o Mato Grosso do Sul, a chamada Lei Kandir, não estaria nas condições que está. Por isso é que nós, hoje, não temos mais como votar as questões sem termos a garantia. O Estado tem que ter a garantia de que, para fazer a equalização, haverá um fundo constitucional para fazer o ressarcimento. Foi sempre isso que V. Ex^a defendeu, e eu sempre o segui, até porque isso é o que o meu Estado, Mato Grosso do Sul, também defende.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Pois é, esse raciocínio é um raciocínio que aponta para a diferença das coisas, e muita gente fica levantando aqui, Paulo Paim, a todo momento: “Vocês estão fazendo crítica ao Governo”. Nós não estamos fazendo crítica ao Governo; nós estamos dizendo ao Governo que a nossa contribuição é essa, e, pelo contrário, isso é que é ter espírito de ajudar a Nação. Esse é o papel, que é diferente.

Ora, se isso não vai ao encontro do que o Governo está pensando, aí não é mais um problema nosso. Agora, não se pode, de forma nenhuma, Senadora Simone, achar e dizer o seguinte: nós vamos aniquilar toda e qualquer possibilidade e capacidade propositiva que saia daqui, porque isso não bate e não vai ao encontro daquilo que o Governo chama de seu ajuste fiscal.

Respeitamos, e é correto o papel do Governo promover ajustes nos momentos de crise. Mas é correto também, é papel nosso, como Senadores da República e, principalmente, representantes do povo e de Unidades da Federação, tentar encontrar saídas, encontrar caminhos. E é nessa mistura, nesse bate, nesse vai e volta,

que conseguimos produzir algo, que efetivamente quando se votam matérias como essa dos consórcios, para facilitar, para desburocratizar, para permitir agilidade na liberação de recursos. Portanto, são medidas, enfrentando o período da crise, são posições adotadas para que continuem chegando à ponta os recursos, e não, simplesmente, a partir de coisas que são citadas no além.

Antes de dar o aparte a V. Exª, eu vou citar só uma coisa que temos discutido muito na nossa Comissão, que eu acho importante, inclusive pela contribuição que V. Exª tem dado. E muita gente acha que quem está aqui pela primeira vez chega muito neófito; na realidade, V. Exª vem de uma experiência de gestão municipal. Portanto, melhor até do que eu, por exemplo, que nunca fui Prefeito. Então, portanto, viveu a experiência na ponta.

Hoje nós pedimos ao Ministro Levy, Senadora Simone, que nos apresentasse algumas coisas, por exemplo, da área de infraestrutura, para discutirmos como projeto. Será que, em relação ao PIL, que foi lançado dia 9 ou 10 de junho, se não me falha a memória, alguém não poderia ter, pelo menos, dito: Dá para ouvir uma opinião do Mato Grosso do Sul? Amor, não quer ouvir a opinião da Senadora Simone? Escuta lá o Governador do Estado. Pergunta a ele se, no PIL, o Programa de Investimentos em Logística, é melhor eu fazer a estrada "A" ou a estrada "B".

Eu vou dar o exemplo da Bahia. No PIL, Senadora, entrou uma rodovia para ser duplicada que não é o nosso gargalo. Legal! Duplicar a BR-101? Maravilha! Mas não é esse o nosso problema. Eu preferiria duplicar outra estrada ou, talvez, botar o dinheiro para terminar a Ferrovia Oeste-Leste, e deixar a duplicação daquele trecho da BR-101 para depois.

E foi isso o que eu disse ao Ministro Levy. "O senhor topa mudar isso? É possível o senhor mandar para a gente uma proposta?" Não é, Otto? Inclusive para a gente se envolver, para haver consequência.

Então, faz-se uma mexida como essa, e depois a gente aplica o dinheiro no lugar que não é necessariamente o prioritário.

Portanto, é esse o chamamento que nós estamos fazendo. Nós não estamos exigindo sermos consultados. Não é isso! Mas qual é o problema em envolver? Não existe jeito: eu não tenho como falar do Mato Grosso do Sul porque lá não ando. Assim, qual é o problema de se chamar quem vive lá, quem anda por lá, quem sabe exatamente onde o calo está apertando, para apresentar a proposta e perguntar: você pode acrescentar? Qual teria sido o problema, Senador Otto, nesse processo todo, terem dito: "Senador Otto, V. Exª, que foi Secretário de Infraestrutura da Bahia e agora é Senador, quer dar um pitaco aqui? Diga, aqui, qual a melhor proposta que pode ser feita?".

O que nós estamos buscando é criar as condições para que isso possa fluir, para que isso possa andar, mas é preciso ainda ter mais um passo consequente. Só isso também não basta.

Senadora Simone.

A Srª Simone Tebet (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigada, Senador Walter Pinheiro. Primeiro, quero dizer que acho que V. Exª já percebeu que eu não consigo ouvi-lo sem apartear-lo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso é bom.

A Srª Simone Tebet (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E não consigo fazê-lo única e exclusivamente pela capacidade que V. Exª tem de dizer aquilo que nós e o Brasil precisamos ouvir. Quero aproveitar para, em seu nome, se me permitir, e do nosso Relator, Senador Fernando Bezerra, parabenizar todos os membros da Comissão Especial do Pacto Federativo, porque, em praticamente 30 dias, conseguimos avançar muito e cumprir uma grande missão determinada pelo Presidente Renan Calheiros. Além de estudos e trabalhos feitos setorialmente, através de três coordenadores, nós conseguimos elencar os projetos prioritários e importantes para os Estados e Municípios que tramitavam e tramitam nesta Casa. Conseguimos separar aqueles projetos que causam impacto financeiro para a União e deixar para médio e longo prazo a discussão e aprovação desses projetos num momento mais oportuno, quando as finanças federais estiverem mais equilibradas, mas já apresentarmos para o Plenário do Senado vários projetos que não causam impacto financeiro, mas que resolvem grande parte dos problemas, dos mais simples aos mais complexos, nos distantes rincões deste País. E hoje parabenizo todos os Senadores. Nós vimos projetos aqui – e é muito raro isso, Presidente Paim – ligados ao Pacto Federativo que foram aprovados por unanimidade, independente de discussão partidária, independente de posições pessoais. Muitas vezes, nós abrimos mão de alguma divergência para unirmos voz e esforço. Aprovamos a PEC da Irrigação, fundamental principalmente para o Nordeste e, no caso de Mato Grosso do Sul e Centro-Oeste, para os agricultores familiares. Aprovamos as alterações necessárias nos consórcios também importantes. Uma lei criada há dez anos – e aí confesso que tenho um pouco de experiência neste assunto porque fui Prefeita –, um projeto que visava melhorar a qualidade do serviço, do atendimento à população, de obras públicas com menor custo, permitindo que dois Municípios ou mesmo dois Estados pudessem se consorciar para o bem da

sua população, mas que tinha alguns empecilhos. E hoje acabamos de derrubar dois. Um em relação ao Cauc, exigindo apenas a regularidade do Cauc em relação à pessoa jurídica do consórcio, e não isoladamente de cada consorciado. Com isso, apenas havendo essa regularidade, já é possível a liberação de recurso para o consórcio. E a outra tirando dúvida naquilo em que havia interpretação divergente dos Tribunais de Contas nos Estados. Agora nós estamos dizendo que, uma vez consorciado, os contratos firmados, o pessoal que trabalhará nesses consórcios estará regido pelo regime celetista, porque, na realidade, ele é temporário, e isso facilita, vai facilitar muito. Muitos prefeitos deixaram, na minha época, de fazer consórcios porque tinham dúvidas e havia empecilhos. Então, projetos como esse, simples, são fundamentais para alavancar o desenvolvimento do País. Desculpe-me por estar prolongando-me em relação ao seu pronunciamento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É bom, porque contribui decisivamente para qualificar este debate.

A Srª Simone Tebet (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas gostaria também de parabenizar a sua lucidez e sensatez, principalmente agora, no final da sua fala. Nós precisamos que o Governo Federal nos ouça. Eu tenho visto, em relação a essa questão da unificação das alíquotas de ICMS, dessa pseudorreforma tributária – porque isso não é uma reforma tributária... Eu não estou contra a unificação das alíquotas. Não é isso! Mas é preciso que o Ministro da Fazenda ouça os Estados que vão perder, e que vão perder muito. Olha o que está acontecendo no seu Rio Grande do Sul, Presidente Paim! O Governador, seja de que partido for, não pode perder um centavo, porque isso significa deixar de honrar a folha de pagamento do servidor no início do mês, ou no final do mês, dependendo do seu Estado. Nós estamos falando de nove Estados hoje. De acordo com o que está hoje no PRS nº 1, nove Estados perderão receita, cujos fundos – já estão comprovados pelas notas técnicas feitas e valorosos trabalhos aqui dos nossos consultores do Senado – não vão cobrir o rombo que será causado nas contas públicas desses Estados. Fala-se que, talvez, se cubra 20%. A sua Bahia perde; o meu Mato Grosso do Sul perde; São Paulo perde bilhões, não são milhões. Então, temos que ter responsabilidade, serenidade, justamente nos momentos de dificuldades e de crise. Encerro, portanto, dizendo que V. Exª faz aqui um pronunciamento com total lucidez, e, de tudo, se eu pudesse deixar uma única palavra, que ficou da sua fala neste momento, é “diálogo”.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso.

A Srª Simone Tebet (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O Governo Federal precisa dialogar com o Senado, mas, principalmente, com os Senadores que representam os 27 Estados da Federação brasileira. Muito obrigada e desculpe-me pelo alongamento da fala.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Nada, Senadora, isso é importante, porque acho que vamos tendo oportunidade de enxergar o Brasil através da representação que está aqui dentro. É assim que fazemos a radiografia. Não há como, se não fizermos essa radiografia, chegarmos a tratar desses problemas. Porque não adianta chegar e apresentar uma solução mágica, “resolvo aqui, faço ajuste acolá”. Essa conta tem que fechar, tem que bater lá embaixo, tem que ter consequência, e o melhor das consequências é pelo que tanto estamos clamando.

Quando discutimos exaustivamente, lá na Comissão, o Fundo de Desenvolvimento, quisemos mostrar que não adianta, que eu posso fazer o ajuste que for, mas, se eu não tiver a capacidade de receber mais recursos para investir, para atrair e para desenvolver localmente, amanhã terei que, de novo, bater à porta atrás de compensação de perdas. E é por isto que a queremos constitucionalizar: para acabar com essa história de “pires na mão”, com essa história de bater à porta. Esse foi o exemplo muito bem citado aqui pelo Senador Moka, em relação à Lei Kandir.

Conversei com o Governador do Pará, Senador Otto, na quarta-feira à noite, na quarta que antecedeu a reunião dos governadores com a Presidenta – fiz isso, Moka, inclusive durante o período do FPE, dialoguei com todos os governadores. Conversei com o Governador Jatene e ele virou e disse: “Pinheiro, tenho quase R\$2 bilhões para receber da Lei Kandir, e o que vai ser pautado para mim de compensação disso serão R\$140 milhões”. Isso, para receber no próximo ano.

Imaginem, o cara faz essa conta e diz: “Bom, vou mexer agora nisso. Essa situação vai mudar? Vai”.

O Ministro Levy dizia para nós hoje – não é, Senador Otto?: “Não, rapaz, vamos fazer diferente, não vai ser igual à Lei Kandir II”. Eu disse: então, pronto: se vai ser diferente – eu não estou com desconfiança do Ministro ou no Ministro –, eu estou propondo é que isso deixe de ser palavra de um ou compromisso de outro e passe a ser regra, letra da lei! E lei é para cumprir.

Senador Otto; depois, eu passo para o Senador Moka.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Maioria/PSD - BA) – Senador Walter Pinheiro, primeiro, eu, baiano, tenho muito orgulho de ser seu companheiro aqui, ser seu colega.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu digo o contrário: V. Exª tem mais estrada do que eu, lá na Chapada, inclusive.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Maioria/PSD - BA) – V. Exª é realmente um dos melhores Senadores, pelo seu preparo, pelo seu compromisso, pela sua seriedade, um homem que tem uma conduta moral ilibada, e eu fico muito feliz em vê-lo defender o nosso País numa situação tão delicada como ele passa agora. Todos os projetos, inclusive esse agora da prorrogação da irrigação para o Centro-Oeste e para o Nordeste, são importantes para a produção de alimentos, e o agronegócio é que está salvando essa crise que nós atravessamos, em parte. Eu participei da reunião com o Presidente Renan Calheiros. Eu tenho dito que o Senado tem dado uma contribuição muito grande, neste período de crise, ao Brasil e eu acho que a solução pode sair desta Casa e também da Câmara dos Deputados, desde que exista, na consciência de cada Parlamentar, o sentimento de Brasil, de patriotismo, de olhar para os interesses do povo brasileiro, para a solução da crise e do desemprego que atravessa o País, da inflação, das dificuldades das empresas que estão concluindo projetos, e eu não vejo novos projetos para 2016. Acho que o Brasil chega ao final deste ano se arrastando, com dificuldades, mas a grande pergunta – e que também nós fizemos ao Ministro Levy – é o que vai acontecer em 2016. Quais são os novos projetos para o Mato Grosso do Sul, para a Bahia, para o Rio Grande do Sul? Qual vai ser a mola propulsora do desenvolvimento econômico para recuperar os empregos perdidos nos estaleiros, como no Estaleiro Enseada do Paraguaçu, que desempregou mais de seis mil trabalhadores, que estão concluindo agora o seguro-desemprego? Até agora, no mês de julho, já são 620 mil desempregados no Brasil, e a projeção é para dois milhões de desempregados! O ajuste fiscal está sendo feito, o Congresso de alguma forma ajudou, mas o que é preciso mostrar ao País, com clareza, é um projeto para retomada do desenvolvimento econômico, do emprego e da renda. É isso que é importante dizer e fazer. Eu vejo que tem sido muito importante, para solução de um problema crônico no Brasil, que são os desvios de conduta, a improbidade administrativa, a corrupção.

(Soa a campanha.)

O Sr. Otto Alencar (Bloco Maioria/PSD - BA) – E essa Operação Lava Jato tem feito um benefício muito grande ao Brasil, como também a CPI do Carf e a do HSBC estão fazendo. Todo esse conjunto de ações para fazer assepsia geral no Brasil tem sido importante. A crise moral é profunda, mas ela tem que ser tratada em separado, e a crise econômica tem que ser tratada de outra forma. O Senado Federal, sob o comando do Senador Renan Calheiros, que tem mostrado isso desde o início em que estou aqui – sou um Senador de seis, sete meses –, tem procurado coisas propositivas, ao lado de outros Senadores, como V. Exª, o próprio Senador José Serra, outros Líderes, outras vozes prestigiosas da Base do Governo e da oposição ao Governo, para encontrar essa saída. Essa questão da resolução para a unificação do ICMS é importante que seja votada aqui, mas com as garantias de que os Estados não perderão, como perderam na Lei Kandir, a que V. Exª se referiu há pouco. Esse fundo constitucional tem que ser um fundo com recursos assegurados. É claro que o projeto de lei do Senado de autoria do Senador Randolfe Rodrigues é importante para internalizar esses recursos do exterior. Mas isso é uma coisa ainda insegura. O que é importante é que se coloque, dentro da PEC do Fundo Constitucional, uma verba carimbada, destinada a recompensar as perdas do ICMS. E, além disso, constituir o fundo para o desenvolvimento econômico do Brasil, que atravessa uma fase... Eu não pensei em chegar aqui em Brasília – minha vida inteira foi na Bahia, como secretário, vice-governador, governador, conselheiro do Tribunal de Contas, a que renunciei para voltar à política – e encontrar uma situação dessas. Espero que o Governo Federal, a Presidente Dilma, os homens que trabalham a economia, o Ministro Levy, o Ministro Nelson Barbosa possam dar essa luz, esse caminho. Que nós possamos caminhar, aprovar essas matérias aqui, com uma pauta propositiva – não essa pauta-bomba de alguém que, comandando o poder, tem que ter, acima de tudo, equilíbrio emocional e compostura para dirigir um Poder. Isso é importante! Digo isso e peço que essa compostura possa existir na consciência do Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Eduardo Cunha, porque aqui tem tido essa capacidade de dialogar, de conversar. O Brasil não precisa, neste momento, de alguém que não tenha o equilíbrio emocional, que não tenha moderação. Na minha vida inteira, na minha experiência de médico, de professor universitário, nesses cargos todos que ocupei na minha vida, tudo de bom que se concretizou aconteceu pelo entendimento e pela mão dos moderados, nunca pela mão dos exaltados. Se pelos moderados você não pode encontrar boas soluções, você não vai encontrar soluções supremas pela mão dos exaltados. Portanto, o Brasil precisa parar e trabalhar, pelas duas Casas aqui, pelo Governo Federal, e resolver o problema do desempregado, do pobre, daquele que não tem mais condição de vislumbrar um futuro melhor. O meu Estado está sofrendo muito isso, com a paralisia das obras da Ferrovia Oeste-Leste, do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, com as estradas federais em uma situação muito ruim, o Programa Luz para Todos. Todos esses grandes programas começaram no governo Lula e foram concluídos no primeiro Governo Dilma Rousseff. E quero aqui dar o meu

testemunho: em quatro anos, a Presidente Dilma Rousseff foi a presidente que fez mais pela Bahia, mais do que os oito anos de Lula e os oito anos de Fernando Henrique, sem comparação. V. Ex^a é testemunha disso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Botou muito mais recurso.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Maioria/PSD - BA) – Ela ajudou muito o nosso Estado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Lógico! Nós quatro anos.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Maioria/PSD - BA) – O nosso metrô está funcionando nesse sentido, as estradas, enfim, os investimentos urbanos em Salvador, nas cidades do interior...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Minha Casa, Minha Vida.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Maioria/PSD - BA) – ... Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos, Água para Todos. Foram muitos os investimentos. A Presidente Dilma, em quatro anos, fez mais do que o Lula em oito e o Fernando Henrique em oito! Mas é importante que se saia dessa situação porque não dá para suportar mais ver o Brasil sangrar, como já sangrou sete meses, completados agora, e continuar sangrando mais três anos e cinco meses. O povo brasileiro não vai suportar. E nós vamos ter uma crise sem precedentes no nosso País.

(Soa a campanha.)

O Sr. Otto Alencar (Bloco Maioria/PSD - BA) – E V. Ex^a tem sido um Senador que orgulha a Bahia e os baianos. Eu não gosto de dar às pessoas aquilo que elas não têm. Estou dando a V. Ex^a o mérito de ser um homem trabalhador, competente, capaz, comprometido e muito afinado com os interesses do Brasil. Então, parabéns pelo seu pronunciamento e, acima de tudo, pela sua atuação no Senado, que orgulha a todos os baianos, inclusive o seu amigo aqui, Otto Alencar, que conhece a sua trajetória e fica muito feliz com seu trabalho no Senado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Otto, eu tenho a agradecer, inclusive, essa boa parceria. Eu acho que a nossa Bancada no Senado, incluindo a companheira Lídice, recebeu um reforço que eu diria de peso, Senador Moka, por esse compromisso, por essa tenacidade e, principalmente, por uma das grandes coisas que considero a virtude do homem público, Otto: a lealdade e a sinceridade. Esse é um...

E, aliás, V. Ex^a até usa um termo muito interessante. Desde a época da nossa campanha, juntos, em 2010, V. Ex^a usava uma expressão que sempre ficou na minha memória. Por exemplo, há uma mentira aqui, acusação acolá e tal; então, V. Ex^a dizia assim: “Nada resiste ao trabalho”. Era um lema que V. Ex^a sempre botava adiante. E é isso, entendeu, Moka? É para esse trabalho que nós estamos chamando o Governo Federal!

Então, isso não é ataque, Senador Otto. A gente reconhece o que o Governo Federal fez para a Bahia, o volume de recursos e tal, mas nós estamos numa crise! Portanto, chegou a hora de a gente dizer assim: “Mas que saída? O que é que a gente pode fazer?” E isso não é um problema de Moka, de Pinheiro, de Otto: nós estamos tentando encontrar uma saída para o Brasil. É óbvio que eu tenho obrigação de defender a minha Bahia. Mas não vá eu defender só a Bahia e o Brasil afundar, e vice-versa.

Dessa forma, é essa combinação de esforços que eu acho que a gente tem feito aqui, e eu tenho a impressão, Moka, de que a gente está conseguindo encontrar a chamada sintonia fina, que é importante para dizermos assim: “Vamos lá! Onde é que nós vamos encontrar isso? Na redação, Senador Otto, da resolução, que a gente vai lá e diz: “Tudo bem, nós vamos aceitar o processo de unificação das alíquotas, mas isso tem que funcionar – vou repetir uma expressão até que o Ministro usou com a gente hoje – ‘como um relóginho’”. Depois que tiver os fundos, funcionalizá-los, nós veremos a garantia. E, se os recursos desse projeto de repatriação, vamos chamar assim, desses volumes que estão tratados como volumes de recurso, se esses recursos não forem suficientes, nós temos que ter a garantia de aporte de recursos para garantir essa passagem, essa travessia, que é muito importante para resolvermos o problema do povo brasileiro.

Senador Moka.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador Walter Pinheiro, vou ser muito objetivo. Não vou... Já discutimos e eu ouvi a fala, atentamente, do Otto Alencar. Aliás, temos duas afinidades, ou três: somos Senadores, médicos e professores. Então, eu diria que o Governo precisa prestar atenção, sobretudo nesta Casa, na Câmara também. Aqui há Parlamentares que às vezes trazem consigo uma independência, mas é uma independência de quem quer ajudar. Não é aquela independência de dizer “eu sou independente.” Não! Eu sou capaz de reconhecer – e tenho humildade para isso – que, quando você comete um erro, é preciso corrigi-lo. E, neste momento, mais do que nunca, eu acho que a população olha, perplexa... O Otto disse: “São seis, sete meses de um novo Governo, são mais três anos e meio.” O que é que nós vamos fazer? Nesses 15 dias em que eu estive em meu Estado, a primeira pergunta da população era: o que vai acontecer? Como é que vocês vão resolver isso? E a população espera que o Congresso Nacional possa ajudar a tirar o País desta crise. E eu quero dizer que eu sou um daqueles, como o Otto, que admiram o trabalho de V. Ex^a, até porque nós já divergimos muito, Senador Walter Pinheiro. V. Ex^a sabe disso. O Paulo Paim sabe disso também. Já discutimos muito V. Ex^a e eu, mas sempre nos respeitamos e sempre fizemos acordos para serem cumpridos. Eu quero ajudar o meu País.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso!

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Agora, não me peçam para votar alguma coisa aqui que vá prejudicar o meu Estado...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Lógico!

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... o Mato Grosso do Sul, assim como V. Exª não prejudicaria o seu Estado, que é a Bahia, assim como o Paim não vai prejudicar o Rio Grande do Sul. Então, nós temos que encontrar a solução, e a solução, sem dúvida nenhuma, é a criação da fonte, que tem que ser constitucional, senão nós vamos ter novamente que ficar de pires nas mãos, pedindo. Imaginem, hoje, um Estado do porte do Rio Grande do Sul ter que passar pelas dificuldades que está passando. Muitíssimo obrigado pelo aparte.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Correto, Senador Moka.

Eu vou encerrar, Senador Paulo Paim, até para entendermos o tempo. A própria proposta do Ministro é uma proposta que atravessa este mandato. É uma proposta, Paulo Paim, para oito anos, para a compensação das perdas.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Permitirei.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Rapidíssimo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Permito, permito.

Então, esse é um negócio, Senador Garibaldi, quer dizer, nós estamos fazendo uma votação para recuperar perdas e nós estamos cravando lá oito anos. Então, nós não temos a garantia de que a mesma pessoa que está negociando conosco hoje vai ficar durante os oito anos.

Portanto, esse instrumento não é o instrumento da dúvida. É o instrumento da possibilidade efetiva de realização, independentemente de quem esteja no cargo.

Senador Garibaldi.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu quero apenas dizer a V. Exª que, na qualidade de Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, nós estamos dispostos a estimular esse debate proposto por V. Exª naquela Comissão, que acredito seja um fórum dos mais adequados. Já inclusive conversamos sobre isso.

Era só isso, reconhecendo a importância do pronunciamento de V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Muito obrigado, Senador.

Senador Paulo Paim, eu quero encerrar, meu caro Otto, dizendo que continuo com otimismo, apesar das dificuldades, apesar dos problemas, apesar de enxergar que nós temos uma crise enorme no País. Mas não é algo que você pode olhar e dizer: não há saída. Tem saída sim. Agora, é necessário assumir posições, é necessário comandar, é necessário ter a capacidade, inclusive, de juntar.

Aliás, há outra expressão, Senador Otto, que ouvimos muito na campanha, dita por um companheiro nosso que hoje é Ministro de Estado e que, à época, era Governador. Ele sempre nos dizia assim: “Eu prefiro abraçar do que empurrar.” Portanto, é para isso que estamos chamando o Governo Federal. Não é para fazer pactuação aqui a partir de posições partidárias ou coisa do gênero. Mas é o seguinte: nós precisamos fazer essa “concertação” para a Nação, o que é diferente. Então, é para isso que nós estamos chamando.

Nós temos aqui hoje, por exemplo, três matérias importantíssimas, que nós apreciaremos no plenário e que vão nortear exatamente um caminho. É um projeto de lei que saiu, Senador Otto, do debate, inclusive, de uma CPI desta Casa, buscando encontrar fontes, recursos. É a Resolução nº 1, que é tarefa exclusiva do Senado para buscarmos organizar essa questão que se arrasta há 40 anos no Brasil, no que diz respeito ao que batizaram de guerra fiscal, mas que, para o nosso Estado, por exemplo, foi uma guerra benéfica. Se não tivéssemos travado essa guerra de atração de benefícios, atração de investimentos com benefício, talvez o Estado do Rio Grande do Norte, da Bahia e outros do Nordeste estivessem, inclusive, em uma situação de penúria.

Portanto, o terceiro ponto é exatamente a emenda à Constituição. Ora, nós acabamos de votar aqui recursos para a irrigação, a sua prorrogação, numa emenda à Constituição. Então, qual é o problema de haver essa mesma coisa?

Então, é este o pensamento: é organizar esse caminho para dizer que nós estamos dando a contribuição para encontrarmos juntos uma saída para o Brasil.

E este Brasilão só vai andar quando a gente conseguir fazer aquilo, Otto, que é importante: cuidar da gente que está lá na ponta, dos agricultores lá de Rui Barbosa, de Andaraí, de Chorrochó, do povo que vive na cidade grande ou que vive na cidade pequena.

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Esse é que é o desafio. E, para esse desafio, o Governo precisa aprender esta palavrinha mágica que se chama diálogo, isso que travamos hoje, meio-dia, com o Ministro Levy. Sentamos e conversamos, ele externando suas posições, mas também se permitindo ouvir as sugestões. Nós ponderamos para ele qual seria o próximo passo. Não é só votar isso. Já estávamos dizendo: “Depois disso, para onde vamos apontar? Para que caminho nós vamos direcionar agora as nossas baterias?”

Esse é o debate. Eu continuo, Senador Paulo Paim, com a mesma marca que disse aqui no semestre passado. Nós não poderemos permitir, de forma alguma, que o Senado feche este ano sem votar essa matéria. Não tem mais como. Chega! Este é o ano para decidir essa questão e a gente organizar, de uma vez por todas, as finanças e, principalmente, o desenvolvimento dos Municípios e dos Estados brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O Senador Walter Pinheiro, com a competência de sempre, faz um pronunciamento importante para o País, e não só para o seu Estado, que defende também e tão bem. O Rio Grande do Sul também abraça essa proposta, já que a situação, de fato, lá no meu Estado, está desesperadora.

Senador Garibaldi Filho, V. Exª tem a palavra neste momento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores: “O sonho sempre despertou o fascínio da humanidade. Fazer Medicina sempre foi o meu sonho”.

(Soa a campanha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Mas logo agora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Anunciando que V. Exª vai falar agora.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pensei que era para terminar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Não, é para começar.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sei que V. Exª há de ser tolerante, porque nós estamos falando aqui do sonho de uma estudante de Medicina chamada Ana Luiza Silva de Lima, aluna do Curso de Medicina da Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte/UFRN, em Caicó.

Ela diz, em seu discurso:

Mas assim como para muitos outros jovens, eu presenciava meu sonho distanciar-se de mim ao encarar as dificuldades para ingressar em uma faculdade, tanto pública como privada.

Além disso, o fato de morar no interior do Rio Grande do Norte distanciava-me ainda mais desse desejo. Todavia, no meio de uma dessas reviravoltas que só a vida sabe fazer, deparei-me com o meu sonho ali, possível: uma escola de Medicina em minha cidade Caicó, em pleno sertão nordestino, terra da qual sou filha.

E prossegue:

As escolas médicas, antes privilégio de grandes centros urbanos, tornaram-se realidade para cidades e cidadãos do interior, os quais, assim como eu, dificilmente acreditavam que um dia teriam médicos sendo formados em suas próprias regiões. O processo de interiorização das escolas de Medicina levou os olhos da sociedade para as áreas remotas do País. Mais que isso, deu voz aos sertanejos, ribeirinhos, indígenas e tantas outras comunidades do Brasil.

Sr. Presidente, eu peço a V. Exª que faça constar nos *Anais* desta Casa o discurso dessa estudante de Medicina de Caicó, minha terra natal, em meu Estado, onde nasci. Hoje, esse discurso pronunciado perante a Presidenta da República, Dilma Rousseff; o Ministro da Saúde, Arthur Chioro; o Ministro da Educação, Ministro Renato; o Ministro Aloizio Mercadante, pronunciado perante centenas de Parlamentares – posso estar exagerando, digamos, dezenas de Parlamentares –, esse discurso, eu diria, roubou a cena.

Emocionou a todos. E eu não poderia deixar de fazer com que ele tivesse essa repercussão aqui, no plenário desta Casa, e constasse dos *Anais* desta Casa.

Associo-me, inclusive, à Senadora Fátima Bezerra, que aqui já registrou o discurso dessa estudante.

Na verdade, o Programa Mais Médicos fez hoje dois anos e vai tomar um outro rumo, um outro curso, porque não serão mais os médicos vindos de Cuba, de outros países, que enveredarão por essas regiões mais distantes do País, mas serão médicos brasileiros. As 4 mil vagas que estão reservadas para esse programa ago-

ra serão ocupadas por irmãos nossos e futuramente ocupadas por médicos como essa estudante sonhadora que me fez hoje, meu caro Paulo Paim, acreditar que este País tem futuro.

Muito obrigado.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– Discurso da aluna de Medicina Ana Luiza Silva de Lima

Pronunciamento da estudante de medicina Ana Luiza Silva de Lima, aluna do curso de medicina da Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte, da UFRN em Caicó.

O sonho sempre despertou o fascínio da humanidade. Fazer Medicina sempre foi meu sonho. Mas, assim como para muitos outros jovens, eu presenciava o meu sonho distanciar-se de mim ao encarar as dificuldades para ingressar em uma faculdade, tanto pública como privada. Além disso, o fato de morar no interior do Rio Grande do Norte distanciava-me ainda mais desse desejo. Todavia, no meio de uma dessas reviravoltas que só a vida sabe fazer, deparei-me com o meu sonho ali, possível: uma escola de medicina em minha cidade, Caicó: em pleno sertão nordestino, terra da qual sou filha.

As escolas médicas, antes privilégio de grandes centros urbanos, tornaram-se realidade para cidades e cidadãos do interior, os quais, assim como eu, dificilmente acreditavam que um dia teriam um médico sendo formado em suas próprias regiões. O processo de interiorização das escolas de medicina levou os olhos da sociedade para áreas remotas do País. Mais que isso: deu voz aos sertanejos, ribeirinhos, indígenas e tantas outras comunidades do Brasil.

Lugares que há décadas estavam esquecidos e “calados à força” pelo discurso do “não faltam médicos” e que hoje podem inflar o peito e bradar: “teremos os médicos que a comunidade precisa!”. É isso o que acontece

quando se põe em prática um dos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde: a equidade. Criam-se oportunidades, fomentam-se mudanças, promove-se justiça e amenizam-se iniquidades. É, de fato, uma verdadeira revolução social.

Cara Presidenta Dilma, nesse momento me vem à memória seu primeiro discurso, quando foi eleita como a primeira mulher na Presidência da República do Brasil. Naquela ocasião, a senhora falou aos pais e mães de todo o Brasil para que olhassem nos olhos de suas filhas e lhes dissessem que elas também podiam ocupar o cargo mais importante do Brasil.

Pois agora, peço-lhe permissão para reconstituir sua afirmação dizendo que, no Brasil de hoje, a neta de um agricultor do sertão do Nordeste - ou de qualquer região do interior do Brasil - já pode sonhar em ser doutora. Em meu nome, de meus colegas e de tantos outros que estão tendo acesso à universidade, eu lhe agradeço por contribuir para transformar as nossas realidades de vida.

É importante destacar também que os recém-criados cursos de medicina não são apenas meros centros de formação de mão-de-obra para a saúde. Muito além disso, eles são comprometidos com as necessidades da comunidade e com o fortalecimento do SUS. Nesse ponto, acho importante deixar claro que não pretendo desmerecer de forma alguma os cursos já existentes, haja vista também formarem profissionais de excelência comprometidos com a saúde e com o social.

No entanto, é importante ressaltar que o modelo hegemônico de formação médica já não é suficiente para li-

dar com as necessidades de saúde da população de um país tão plural quanto o Brasil. Nessa perspectiva, as mudanças nas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de medicina assumiram o compromisso legal de uma verdadeira reforma na educação médica, reorientando o eixo do progresso para mais acesso, mais igualdade, mais saúde, Mais Médicos.

Desse modo, as novas graduações médicas, a exemplo da que estou vivenciando na UFRN, em Caicó, são baseadas na utilização de métodos de ensino inovadores, centrados na comunidade e no nosso sistema de saúde, que enfatizam uma participação ativa e protagonista do estudante em sua própria formação profissional.

Se, por um lado, o programa Mais Médicos tem aumentado o acesso da população à serviços de saúde, por outro, juntam-se os esforços que vem sendo construídos nos últimos 12 anos em torno das ações afirmativas que ampliaram o acesso ao ensino superior no Brasil. A implantação da Lei de Cotas e de políticas como o Argumento de Inclusão Regional, criado pela UFRN, tem provocado uma mudança significativa no perfil dos estudantes que hoje ingressam nos cursos de medicina das universidades públicas. Isso é o que há de mais novo no âmbito da educação médica e que é posto em prática desde o Canadá, até o interior do Rio Grande do Norte, onde a minha UFRN promove políticas para o ingresso de candidatos da região ao seu novo curso de medicina. É nessa juventude engajada com a região da qual orgulhosamente faço parte, que precisamos acreditar como capazes de modificar a realidade da saúde vigente de suas regiões. Eu estou tendo a minha realidade transformada pela força da educação e do sonho. E dar aos nossos conterrâneos a

esperança e a possibilidade de ser tão grande quanto o seu sonho – como o meu um dia foi – é apostar em um futuro mais igualitário, em um futuro mais justo, em um futuro que vale a pena viver. O futuro que eu quero viver.

Como disse uma vez um querido professor: “coragem é o que menos falta a uma nordestina, a um seridoense”. Quem conhece de onde eu venho, sabe que o queijo é marcado a ferro e fogo, a carne é de sol e as cercas são de pedra. É certo que os desafios não cessarão, e que temos muito pela frente. O movimento estudantil está atento e comprometido com a formação médica e com o desenvolvimento da saúde no país.

Termino, então, com uma frase do grandioso mestre, Ariano Suassuna, que certa vez disse. “É muito difícil vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos”. E acrescentou em outra ocasião: “O sonho é o que leva a gente para a frente”.

Coragem, Presidenta Dilma, pois estamos certos de que nada mais nos impedirá de sonhar.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Garibaldi, quero fazer dois registros muito rápidos. Se V. Exª puder ficar aqui, serão seis minutos. Se fizer o registro daqui, não será publicado como se eu fizesse da tribuna. Se V. Exª pudesse presidir para mim aqui, farei com muita rapidez, até porque está havendo uma reunião de Bancada e quero participar.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Assumo a Presidência dos trabalhos e, sem maiores delongas, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Filho, eu tinha de fazer esse registro, a pedido dos servidores públicos do INSS. Temos recebido inúmeras manifestações sobre a greve dos trabalhadores do INSS.

Sr. Presidente, desde julho, essa categoria está em greve. O que eles pedem no documento que recebi – e aqui vou sintetizar – é que haja de fato uma negociação concreta para que se construa um entendimento e eles possam voltar a trabalhar vendo nem que seja parte da sua pauta atendida. Eles lembram que, em aproximadamente 70% dos Municípios brasileiros, a renda distribuída pela Previdência supera o próprio Fundo de Participação dos Municípios, o chamado FPM.

Devido à importância para toda a sociedade, e V. Exª foi Ministro dessa pasta, é importante que se lembre aqui que o salário deles, comparado com o de outros setores do serviço público, está muito distante. Eles querem um diálogo aberto, franco, números, dados, sobre as propostas por eles apresentadas, por exemplo, a incorporação de gratificação, a extensão do turno de seis horas, a criação de um plano de cargos e carreira, a retomada da progressão funcional, a criação do adicional de qualificação, a valorização dos cargos, o reajuste e a equiparação dos benefícios – aí, é claro que eles pedem a aprovação da PEC 271 –, melhoria na política de definição de metas, andamento do PDL 2.304, que se encontra aqui no Senado, que prevê anistia e multas para os servidores que estiveram em greve em 2009. Enfim, são reivindicações objetivas, justas, mas entendo que será no diálogo, como todos falamos, que se poderá chegar a um acordo.

Seria bom para eles voltar ao trabalho, seria bom para a população que esses servidores, com a competência de sempre, voltassem a atendê-la. Eu sempre digo que ninguém faz greve porque gosta, é um gesto extremo na busca do diálogo com o Governo. Por isso, fica aqui o meu pedido no sentido de que as portas do entendimento, do diálogo, sejam abertas para que se construa um grande acordo com esse setor tão importante para todo o povo brasileiro.

Por fim, Sr. Presidente, queria registrar que, no dia 27 de julho, lembramos o Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Em âmbito mundial, o problema apresenta considerável gravidade, sendo objeto de permanente preocupação por parte, inclusive, da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), as condições perigosas em que se exercem as atividades continuam a ser uma ameaça diária para centenas de milhões de trabalhadores em todo o mundo. Tanto é assim, que mais de 313 milhões de trabalhadores sofrem acidente de trabalho não fatais a cada ano, o que representa uma média de 860 mil pessoas feridas no trabalho diariamente. O número de pessoas que morrem em acidentes no trabalho chega a uma média de 6,4 mil ao dia, resultando 2,34 milhões de mortes por acidente no trabalho ou por doença no trabalho por ano. São 2,34 milhões de mortes!

Ainda segundo a OIT, cerca de 4% do Produto Interno Bruto mundial ou US\$2,8 trilhões são perdidos por ano em custos diretos e indiretos devido às doenças e acidentes no trabalho.

Em face dessa realidade, o comunicado divulgado pela OIT no dia 28 de abril deste ano, marcando a passagem do dia Mundial da Saúde e Segurança no Trabalho, destaca de forma muito oportuna que “recessão econômica ou pressão para maximizar os lucros não podem justificar o corte em segurança do trabalho”.

Sr. Presidente, aqui, os dados vão longe, demonstrando que é preciso que, não só no Brasil mas também no mundo todo, haja uma campanha internacional de combate às doenças e acidentes no trabalho.

O documento com esses indicadores aponta também, Sr. Presidente, que não é como tentaram fazer recentemente, dizendo que, dando o EPI, não se pagariam mais os adicionais e que os acidentes diminuiriam. Isso não é verdade! Eu venho de dentro das fábricas. Nas fábricas em que trabalhei – fui técnico de segurança no trabalho –, usando o EPI, que é o equipamento de segurança do trabalho... É importante usá-lo, mas isso não quer dizer que isso vai evitar as áreas insalubres, penosas e perigosas. É preciso eliminar essas áreas penosas, perigosas e insalubres e as áreas onde acontece aquilo que chamamos de trabalhadores em atividades em condições inseguras.

Tem de haver política de prevenção. É a isso que se refere este documento, que aqui resumo, Sr. Presidente. É um documento de 25 páginas que estou resumindo aqui e que diz que o segredo para combater as doenças e os acidentes no trabalho está na palavra “prevenção”. Tem de se antecipar aos fatos e fazer com que

as máquinas proporcionem proteção, para que não causem acidentes que mutilam, que deixam sequelas e que, infelizmente, levam à morte milhões de trabalhadores no mundo.

Fico com a última parte, Sr. Presidente, lembrando, então, que o dia 27 de Julho, Dia Nacional da Prevenção de Acidentes de Trabalho, constitui ocasião propícia para renovarmos nossos esforços no enfrentamento de tão grave problema. Que não haja prevenção só de 27 de julho a 27 de agosto! Que seja o ano todo de prevenção, de cuidado, de atenção, de atenção até mesmo carinhosa, para evitar que as pessoas percam parte do seu corpo e a vida por acidentes!

Resumo, dizendo que, afinal, os agravos à saúde do trabalhador no Brasil apresentam grande relevância e têm desafiado as políticas públicas e a atuação do Estado. Por isso, é preciso exigir uma ação mais ampla e coordenada, capaz de reduzir os danos aos trabalhadores, inclusive ao orçamento da Seguridade, para o bem da economia do País, mas, principalmente, para a vida, para o bem dos trabalhadores, que, não se acidentando, não perderão braço, perna e olhos e não ficarão com sequelas – infelizmente, os dados mostram que, no mundo, milhões morrem por esse motivo.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço muito a V. Ex^a.

Eu havia me comprometido de ficar, no máximo, de 5 a 10 minutos na tribuna. Espero que eu tenha feito isso e que V. Ex^a considere na íntegra os dois pronunciamentos.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu gabinete tem recebido centenas de manifestações a respeito da greve do INSS. Os trabalhadores em saúde, trabalho, previdência e assistência social querem uma solução.

Em 7 de julho de 2015 o INSS deflagrou greve nacional. As negociações tiveram início em fevereiro de 2014 mediante apresentação de pauta de reivindicações aos Ministérios da Previdência Social e do Planejamento.

As negociações não avançaram. A última alternativa para o efetivo estabelecimento de uma mesa de negociações foi a deflagração da greve.

Os servidores do INSS tem plena consciência de suas responsabilidades perante a sociedade brasileira.

Eles buscam melhores condições de trabalho, pois conforme se verifica em diversos estudos e pesquisas disponíveis na internet, o INSS é um órgão que reconhece direitos e distribui renda.

Para cada benefício pago, 2,5 cidadãos brasileiros são beneficiados indiretamente. Em 2014 foram mais de 94 milhões de beneficiados.

Em aproximadamente 70% dos municípios, a renda distribuída pela Previdência supera a do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Diante da importância perante a sociedade brasileira, os trabalhadores do INSS se sentem desprestigiados pelo Governo Federal.

Quando comparadas as atribuições, responsabilidades e remuneração com a de outras carreiras da esfera federal, vemos um nítido desequilíbrio, já que a remuneração dos servidores do INSS não corresponde ao nível de complexidade e exigências de suas atividades.

Os trabalhadores do INSS defendem as seguintes proposições:

Realização de concurso público, com vagas suficientes, para evitar o colapso do INSS;

Data base de revisão anual das remunerações, baseada na inflação, conforme art. 37, da Constituição Federal;

Incorporação das Gratificações diminuindo a parcela variável da remuneração;

Extensão das 6 horas diárias ininterruptas, sem redução da remuneração, para todos os servidores;

Criação de um Plano de Cargos e Carreira com definição e separação das atividades entre Técnicos e Analistas do Seguro Social;

Retomada da progressão funcional em 12 (doze) meses, de maneira real e com maior expressão financeira entre os níveis;

Criação de Adicional de Qualificação como forma de incentivo à continuidade de aquisição de conhecimento e aprimoramento profissional;

Valorização financeira de todos os cargos de Chefia e do Controle Interno;

Reajuste e equiparação dos benefícios mediante aprovação da PEC 271/2013;

Melhoria na política de fixação de metas mediante participação ativa dos servidores;

Andamento do PDL 2304/09 que se encontra no Senado Federal e prevê a anistia do corte de ponto e de muitas aos servidores do INSS que estiveram na greve de 2009;

Sr. Presidente, as reivindicações dos trabalhadores do INSS são justas.

Ninguém faz greve porque quer ou porque gosta. Esperamos que o diálogo entre os sindicalistas e o governo avance e se chegue a um denominar comum.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero falar sobre a comemoração, no dia 27 de julho, do Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, pois esse tema é muito relevante.

Em âmbito mundial, o problema apresenta considerável gravidade, sendo objeto de permanente preocupação por parte da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Segundo essa agência da ONU (Organização das Nações Unidas), as condições perigosas em que exercem suas atividades continuam a ser uma ameaça diária para centenas de milhões de trabalhadores em todo o mundo.

Tanto assim que mais de 313 milhões de trabalhadores sofrem acidentes de trabalho não fatais a cada ano, o que representa uma média de 860 mil pessoas feridas no trabalho diariamente.

E o número de pessoas que morrem em acidentes ou em decorrência de doenças associadas ao trabalho chega, em média, a 6.400 a cada dia, resultando em 2 milhões 340 mil mortes por ano.

Ainda segundo a OIT, cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, ou 2 trilhões e 800 bilhões de dólares, são perdidos por ano em custos diretos e indiretos dos acidentes de trabalho e das doenças relacionadas ao trabalho.

É em face dessa realidade que o comunicado divulgado pela OIT no dia 28 de abril deste ano, marcando a passagem do Dia Mundial da Saúde e Segurança no Trabalho, destaca, de forma muito oportuna, que “recessão econômica ou pressão para maximizar os lucros não podem justificar o corte em segurança do trabalho”.

No Brasil, Sr. Presidente, a situação é ainda mais séria. Informações do Anuário Brasileiro de Proteção 2015, que utiliza os dados do Anuário Estatístico da Previdência Social, mostram que, no ano de 2013, foram quase 718 mil acidentes no total, com 2.814 óbitos e 16.121 incapacidades permanentes.

Os gastos anuais com encargos previdenciários referentes a acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho ascendem a mais de 10 bilhões de reais.

A esse montante têm de ser acrescidos os milhões desperdiçados com perda de produtividade nas empresas e afastamentos do trabalho.

Em audiência realizada no ano passado na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, o Coordenador de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, Sr. Jorge Mesquita, afirmou ser o Brasil o quarto país do mundo em número de acidentes fatais no trabalho, apontando como principais causas para nossa vergonhosa classificação nesse ranking a banalização das ocorrências e a falta de política de prevenção.

Ele afirmou, ainda, que os profissionais mais vulneráveis são os motoristas, os agentes de segurança, os trabalhadores da construção civil e os trabalhadores rurais.

Na mesma oportunidade, aquele servidor público lembrou dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) segundo os quais o risco de um empregado terceirizado morrer em decorrência de um acidente de trabalho é cinco vezes maior do que o de um trabalhador não terceirizado.

E eu mesmo já trouxe a esta tribuna a informação assustadora de que, de cada dez acidentes no trabalho, oito vitimam empregados de empresas terceirizadas.

São inquestionáveis, portanto, as avaliações dos especialistas de que a cultura de não priorizar a prevenção no ambiente laboral constitui a principal causa do alto índice de acidentes de trabalho.

Esses elencam, ainda, a ineficiência do Poder Público na criação de políticas preventivas e na fiscalização dos locais de trabalho, bem como o uso de máquinas inadequadas, pois muitos fabricantes não cumprem as normas de segurança e orientações estabelecidas em lei.

Por fim, para completar o tenebroso quadro, temos a precariedade das condições de trabalho, em decorrência da flexibilização equivocada dos direitos trabalhistas.

Â verdade é que a falta de investimento das empresas em segurança constitui uma forma dissimulada de violência que mata, mutila e adoecce trabalhadores.

E isso reduz a produtividade, arruína a vida de muitas famílias e produz custos sociais e financeiros que, no fim, são injustamente suportados pela sociedade e pelo Estado brasileiro.

De fato, a falta de investimento em prevenção é o maior obstáculo para reduzir os acidentes de trabalho no País.

Embora os empresários aleguem os altos custos do investimento em máquinas apropriadas e em bons equipamentos de proteção, é evidente que esses são investimentos que compensam, não só por motivos econômicos, mas, sobretudo, por motivos humanos.

A reparação dos danos ao acidentado é mais onerosa ao País do que o custo da prevenção.

No que tange à insuficiência de investimentos por parte do Poder Público, basta lembrar o baixíssimo número de auditores do trabalho que temos no Brasil.

Em 1984, existiam menos de 1.500. No ano passado, decorridos 30 anos, eles eram menos de 3.000. Por mais que se esforcem para bem desempenhar suas atribuições, é óbvia a impossibilidade de fiscalizarem o vasto universo do mercado de trabalho brasileiro.

Entre 2010 e 2013, menos de 42 mil empresas foram fiscalizadas. Em 2014, até o mês de junho, não mais que 111 companhias foram inspecionadas, quantitativo que só pode ser qualificado como insignificante.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a insegurança a que vive submetido o trabalhador brasileiro pode ser mais bem dimensionada quando comparamos as taxas de mortalidade por acidentes de trabalho no Brasil e nos Estados Unidos da América, país que realiza um censo abrangente de acidentes fatais do trabalho.

Em 2013, houve, naquele país, 4.405 acidentes do trabalho fatais, o que equivale a uma taxa de 3,2 acidentes desse tipo por cada grupo de 100 mil trabalhadores em tempo integral.

Já no Brasil, naquele mesmo ano, ocorreram 2.797 acidentes fatais, representando uma taxa de mortalidade de 6,53 trabalhadores por cada 100 mil segurados da nossa Previdência Social. Ou seja, mais que o dobro da taxa norte-americana.

E, ao fazermos essa comparação, devemos ter em mente que as principais estatísticas brasileiras na área de segurança e saúde do trabalhador são consolidadas pelo Ministério da Previdência Social, a partir da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), documento exigido de todos os empregadores em relação aos trabalhadores sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que sofreram doença ou acidente do trabalho.

As doenças e acidentes ocorridos com servidores públicos que não integram o regime da CLT e também com os trabalhadores do chamado mercado informal não integram essas estatísticas.

Além deles, não integram tais estatísticas os acidentes e doenças do trabalho sofridos pelos segurados não cobertos pelo SAT (Seguro de Acidentes do Trabalho), ou seja, empregados domésticos, empresários, trabalhadores autônomos e trabalhadores avulsos.

Consideradas essas restrições quanto à abrangência das estatísticas brasileiras, impressiona ainda mais a comparação da nossa taxa de mortalidade por acidentes do trabalho com a norte-americana, valendo ainda ressaltar que há países com taxas bem menores que a dos Estados Unidos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, conquanto ainda não tenham produzido os resultados almejados, merecem reconhecimento alguns esforços que têm sido feitos, seja por parte do Poder Público, seja por parte da sociedade civil, para reduzir os acidentes de trabalho em nosso País.

Em primeiro lugar, cabe mencionar o pioneirismo brasileiro no estabelecimento, ainda na década de 1970, da obrigatoriedade de existência de serviços de medicina e segurança do trabalho em todas as empresas com mais de cem funcionários.

Muito mais recentemente, começaram a surgir iniciativas que colocam a segurança do trabalhador como objeto de políticas públicas.

A Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho foi instituída em 2011. Em 2012, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, alinhando a atenção à saúde no trabalho ao conjunto de políticas de saúde no âmbito do SUS (Sistema Único de Saúde).

Com base nesse arcabouço normativo, foi lançado o Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, o PLANSAT, que tem por finalidade realizar as aspirações e os objetivos dessa política nacional.

Por último, no dia 31 de março deste ano, o Ministério do Trabalho lançou a Estratégia Nacional para Redução de Acidentes do Trabalho, com o objetivo de intensificar a fiscalização e obter a almejada queda nos lamentáveis índices que o País ostenta.

Na mesma oportunidade, o Ministro do Trabalho, Manoel Dias, promoveu a adesão do Governo Federal à Campanha Abril Verde, uma articulação nacional que busca a conscientização de trabalhadores e patrões para a melhoria das condições de trabalho e de saúde do trabalhador.

O Ministro lembrou que o fato de o Brasil ter, ao longo dos últimos doze anos, aumentado a geração de emprego acarreta novos desafios.

Segundo ele, tendo dobrado o número de empregos e incluído milhões de brasileiros na classe média e no mercado de consumo, o País defronta-se agora como o desafio de melhorar a qualidade do emprego, precisando fazer um grande esforço no combate aos acidentes de trabalho e para a melhoria da saúde e da segurança do trabalhador.

O objetivo da estratégia lançada em março último é ampliar as ações do Ministério do Trabalho e Emprego para redução dos acidentes e doenças de trabalho, desdobrando-se em quatro eixos: Intensificação das ações fiscais; Pacto Nacional para Redução dos Acidentes e Doenças do Trabalho no Brasil; Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho; e Ampliação das Análises de Acidentes do Trabalho realizadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho, melhorando sua qualidade e divulgação.

Embora o objetivo principal seja evitar todo custo social, emocional e pessoal acarretado pelos acidentes de trabalho, a expectativa é, também, de que a estratégia lançada tenha como consequência a redução dos gastos do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) com o pagamento de benefícios previdenciários deles decorrentes.

Afinal, é certo que as fiscalizações constantes nos locais de trabalho proporcionam maior segurança e menor adoecimento.

Também a Campanha Abril Verde, à qual o Ministério do Trabalho e Emprego aderiu na mesma oportunidade em que lançou a Estratégia Nacional para Redução de Acidentes de Trabalho, tem o objetivo maior de reduzir os acidentes de trabalho e os agravos à saúde do trabalhador, além de mobilizar a sociedade para prevenção das doenças associadas ao trabalho.

Sr. Presidente, a comemoração, no dia 27 de julho, do Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho constitui ocasião propícia para renovarmos nossos esforços no enfrentamento de tão grave problema.

Afinal, os agravos à saúde do trabalhador no Brasil apresentam grande relevância e têm desafiado as políticas públicas e a atuação do Estado, exigindo uma ação mais ampla e coordenada, capaz de reduzir os danos aos trabalhadores, ao orçamento da Seguridade Social e à economia do País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Ao encerrar os trabalhos do Senado Federal, quero me associar ao Senador Paim com relação ao seu pronunciamento, quando ele tratou de dois temas. O primeiro diz respeito à greve dos servidores do INSS. Ele fez um apelo para que se possa encontrar um entendimento que possa fazer com que as atividades do INSS não permaneçam paralisadas, porque elas dizem respeito ao atendimento de milhares e milhares e milhares de brasileiros. São mais de 40 mil servidores que prestam esse atendimento na concessão de benefícios, como aposentadorias, pensões.

Então, resta fazer esse apelo ao Ministro Gabas, que é um servidor de carreira que chega ao Ministério da Previdência pela segunda vez, e também fazer um apelo à própria Presidente da República e às autoridades da área econômica.

Com relação à segunda parte do seu pronunciamento, também quero me associar a V. Ex^a, usando apenas esta palavra que V. Ex^a disse que é simbólica, que é chave: prevenção. A prevenção é que vai evitar que essas estatísticas de acidentes de trabalho possam continuar enlutando nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Perfeito, Sr. Presidente!

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. presidente, Sr^{as} senadoras e Srs. senadores, em 1º de agosto comemora-se o Dia Mundial da Amamentação, data criada em 1992 pela Aliança Mundial de Ação Pró-amamentação. Seu objetivo é promover o aleitamento materno e a criação de bancos de leite, garantindo, assim, melhor qualidade de vida para crianças em todo o mundo.

A data se inclui na Semana Mundial de Aleitamento Materno, comemorada anualmente em 120 países, inclusive o Brasil, entre os dias 1º e 7 de agosto.

Quando deputada federal, aprovei em Comissão especial PEC que amplia a licença maternidade de 4 a 6 meses, com o duplo objetivo de garantir prazo mais longo para a amamentação e proporcionar maior convivência entre mãe e filho nesse período crucial para o desenvolvimento dos bebês.

Essa proposta, reforçada por projeto originado do Senado, tornou-se lei e ganhou reconhecimento, internacional inclusive, como medida capaz de produzir efeitos extremamente benéficos para as crianças e suas mães.

Sr. presidente, Sr^{as} senadoras e Srs. senadores, de acordo com estudos conduzidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a amamentação é a forma mais adequada de fornecer ao bebê os nutrientes necessários para sua sobrevivência e seu desenvolvimento.

É por esse motivo que, nos primeiros seis meses de vida, o ideal é contar com o aleitamento materno exclusivo, sem a complementação com nenhum alimento. Após o período de seis meses, outros alimentos podem ser oferecidos à criança.

Faço aqui um registro: há também estudos sugerindo que crianças devem ser alimentadas com leite até, pelo menos, os dois ou três anos de idade. Seria uma forma de lhes garantir anticorpos que proporcionam maior resistência a agentes externos e a doenças, em especial infecciosas.

Nesses casos há muitas crenças populares que se revelam errôneas. Costuma-se afirmar-se que o leite de uma pessoa pode ser fraco. Esse fato não é realidade. A quase totalidade das mulheres apresenta leite capaz de nutrir e proteger a criança. Portanto, salvo as exceções que confirmam a regra, não é necessário adicionar produtos à alimentação no início da vida de um bebê. O leite materno já está na temperatura ideal para a criança, não necessita de esterilização e pode ser usado sem medo.

No leite materno, a criança encontra não só as substâncias necessárias para a sua nutrição, mas também, como dizíamos, os anticorpos fundamentais para protegê-la no início da vida.

Estudos comprovam que a mortalidade por doenças infecciosas é menor em crianças que são amamentadas. O princípio é válido especialmente como proteção contra infecções respiratórias, além de evitar casos de diarreia e o seu agravamento.

Também há estudos mostrando que, a médio e longo prazo, a amamentação faz com que as crianças apresentem pressões arteriais mais baixas, menores níveis de colesterol e uma redução do risco de desenvolver obesidade e diabetes tipo 2. Em vários desses casos, a mulher que amamenta também apresenta esse risco reduzido.

Para a mulher, o aleitamento também traz benefícios. O maior de todos, provavelmente, é a convivência mais longa e intensa com seu bebê, o que estimula um desenvolvimento saudável, cria forte vínculo afetivo e leva a uma interação extremamente positiva.

Do ponto de vista médico, o aleitamento comprovadamente ajuda na proteção contra o câncer de mama e de ovários, assim como a diminuição dos riscos de artrite reumatoide.

Nos primeiros seis meses, o ato de amamentar pode garantir ainda uma proteção contra nova gestação. Estudos indicam que a ovulação está relacionada com o número de mamadas diárias do bebê. Dessa forma, ocorre mais antecipadamente em mulheres que amamentam menos vezes.

Sr. presidente, Sr^{as} senadoras e Srs. Senadores, é preciso reconhecer que vários motivos impedem determinadas mulheres de amamentar, ou dificultam esse processo. Por isso mesmo precisamos definir mecanismos capazes de contornar esse tipo de problema.

É o caso dos chamados Bancos de Leite Humano. Esses bancos são mantidos graças às mulheres na fase de amamentação que apresentam excesso de leite e realizam a doação, garantindo, assim, qualidade de vida para outras crianças. Cabe ao Poder Público investir nesses serviços, cumprindo sua obrigação de trabalhar para um futuro melhor dos nossos cidadãos.

Tudo isso mostra como a amamentação é fundamental para a saúde da criança. Iniciativas como a Semana Mundial de Aleitamento Materno e o Dia Mundial da Amamentação são essenciais para garantir a conscientização da sociedade sobre essa questão.

Além disso, é importante investir em campanhas que desmistifiquem conceitos errôneos e preconceituosos a respeito da amamentação, ao mesmo tempo em que ensinam como realizá-la da maneira adequada.

Tudo isso garantirá, de forma simples e natural, mais saúde para nossas crianças e para suas mães, além de uma convivência que terá benéficos resultados para ambas e para a sociedade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Está encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 37 minutos.)



SENADO FEDERAL
Agenda Cumprida pelo Presidente

04/08/2015
terça-feira

13h00 **Ministro da Fazenda, Joaquim Levy**
Residência

16h00 **Ordem do Dia**
Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

S/Partido - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC

Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfé Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 2

Lúcia Vânia.	GO
Marta Suplicy.	SP

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	2
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (S/Partido-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p>Líder Lidice da Mata - PSB (11,25)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p>Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lidice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

7) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final: 25/08/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

** . O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508

E-mail: coceti@senado.gov.br

9) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015**Finalidade:** Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Ato do Presidente nº 20, de 2015

Número de membros: 27**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)**MEMBROS****Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)**

Senador Humberto Costa (PT)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Fátima Bezerra (PT)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Telmário Mota (PDT)

Senador Benedito de Lira (PP)

Senador Ciro Nogueira (PP)

Senadora Regina Sousa (PT) ⁽¹⁾**Bloco da Maioria (PMDB, PSD)**

Senador Eunício Oliveira (PMDB)

Senador Edison Lobão (PMDB)

Senador Roberto Requião (PMDB)

Senador Raimundo Lira (PMDB)

Senador Ricardo Ferraço (PMDB)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Otto Alencar (PSD)

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)

Senador Dalirio Beber (PSDB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senador Wilder Moraes (DEM)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)

Senador José Medeiros (PPS)

Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)

Senador Marcelo Crivella (PRB)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Fernando Collor (PTB)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, fixa em 27 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Roberto Requião, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Fernando Collor para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

1. Em 04.08.2015, a Senadora Regina Sousa foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 94/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldês**Telefone(s):** 33034854**E-mail:** coceti@senado.leg.br

10) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Doriêdo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggiaro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Eduardo Sanovicz

Milton Arantes Costa

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Doriêdo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggiaro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.

Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015

Instalação: 23/06/2015

Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTE
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) (1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) (3)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) (1)	5. Senador Telmário Mota (PDT) (2)
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) (4)
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	29.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta e Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

**.. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá
Telefone(s): 33034854/3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**.. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

** Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

** Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

***** Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas - Ala Alexandre Costa, Plenário nº 19

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 311-3516/4605

Fax: 3303-4344

E-mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605/3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: ce@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lidice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lidice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Ana Amélia (PP) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁴⁾	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(10,11)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)
VAGO ^(6,13)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS) ^(7,9)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	VAGO
PP	VAGO
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	VAGO
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS	
PMDB	VAGO
PT	VAGO
PSDB	VAGO
PTB	
PP	
PDT	VAGO
PSB	VAGO
DEM	
PR	VAGO
PSD	VAGO
PCdoB	VAGO
PV	VAGO
PRB	VAGO
PSC	VAGO
PSOL	VAGO
SD	VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfê Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSOL
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - S/Partido/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Moraes - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA ⁽⁹⁾	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO (12,14)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - S/Partido/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Jéssica Sales - PMDB/AC	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. VAGO
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

ATN nº 3, de 2015 - Responsabilidade das Estatais

Finalidade: Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

Número de membros: 5 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

Instalação: 18/06/2015

Prazo final prorrogado: 21/08/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Deputado Andre Moura (PSC/SE)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)
Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ⁽²⁾

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Senador José Serra (PSDB/SP)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Substituição do Senador Romero Jucá na Presidência da Comissão pelo Senador Tasso Jereissati, conforme ATN nº 4/2015.
2. Vaga criada em decorrência do ATN nº4, de 2015

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTE
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO**

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Lourival Santos
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 298 páginas
(O.S. 12933/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

